



A integração da agricultura urbana no planeamento urbano

O caso de estudo da cidade do Porto

Joana Sofia Vilas Boas Leal

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Urbanismo e Ordenamento do Território

Orientadora

Professora Doutora Ana Isabel Loupa Ramos

Júri

Presidente: Professora Doutora Maria Beatriz Marques Condessa

Orientadora: Professora Doutora Ana Isabel Loupa Ramos

Vogal: Professor Juan José Mascaró

Outubro de 2015

AGRADECIMENTOS

Gostava de agradecer à minha orientadora, a Professora Doutora Ana Isabel Loupa Ramos, pelo apoio constante, pelo entusiasmo e principalmente pelos conhecimentos transmitidos ao longo desta jornada.

A todos aqueles que entrevistei no âmbito deste estudo e que demonstraram que a agricultura urbana está bem presente e representada na cidade do Porto, um muito obrigada por me mostrarem as vossas visões e perspectivas e por contribuírem para aprofundar esta dissertação. Os agradecimentos seguem a ordem cronológica das entrevistas e são para:

- Dr. Pedro Medeiros, da Câmara Municipal do Porto;
- Eng.^a Aldora Pinheiro, da LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto;
- Eng.^a Patrícia Neto e Sr. José Inácio, da Quinta Pedagógica do Mitra;
- Dr. Luís Chambel, da Quinta Musas da Fontinha;
- Dr.^a Alcina e Dr.^a Auxília, da ACISJF;
- Sr. Casimiro Gomes, da Obra Social Nossa Senhora da Boa Viagem;
- Eng.^a Elisabete Alves, da Horta Pedagógica do Parque de Serralves;
- Dr.^a Margarida Silva, da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica do Porto;
- Dr.^a Josefina, da APPACDM – Porto;
- Dr.^a Elisabete Gomes, do Centro Hospitalar Conde Ferreira;
- Dr. Luís Monteiro, da Câmara Municipal do Porto.

Aos professores que, durante o meu percurso pelo Instituto Superior Técnico, me transmitiram vários tipos de saberes que espero vir a pôr em prática da melhor forma possível no mundo profissional.

Aos meus pais, família e amigos pelas constantes palavras de incentivo e por me ouvirem falar infinitas vezes sobre a agricultura urbana da cidade do Porto.

RESUMO

A agricultura urbana, devido ao seu carácter multifuncional, contribui para a melhoria da qualidade de vida e para a sustentabilidade urbana. O planeamento urbano apresenta-se como o processo de selecção do melhor caminho de acção para alcançar os objectivos desejados para uma área urbana e para prevenir novos e existentes problemas. Assim, a presente dissertação tem como objectivo propor recomendações para uma melhor articulação entre a agricultura urbana e o planeamento urbano, utilizando como caso de estudo o concelho do Porto.

O bem-estar das comunidades e a tentativa de resposta aos seus anseios define a pertinência, a necessidade e a oportunidade de obter uma imagem clara da evolução, da situação e das perspectivas do universo da agricultura urbana, desenvolvida e abordada durante a revisão bibliográfica. Posteriormente analisam-se, comparativamente, os modelos de gestão de agricultura urbana do Porto e de Lisboa, tendo em conta que são as principais áreas metropolitanas a nível nacional e com o seu solo totalmente classificado como urbano. Com base nas entrevistas realizadas aos principais “*stakeholders*” da área da agricultura urbana no concelho do Porto, apresentam-se medidas, objectivos e acções a seguir para atingir o objectivo geral proposto inicialmente.

A reabilitação do espaço público urbano, a salvaguarda e valorização da estrutura ecológica municipal, a certificação de produtos provenientes de agricultura urbana e a continuidade da agricultura urbana, tanto a nível espacial, ao longo do território municipal e intermunicipal, como temporal, entre gerações, são recomendações que permitem melhorar a qualidade de vida dos cidadãos do concelho do Porto.

Palavras-chave: Agricultura urbana; planeamento urbano; infra – estruturas verdes; sustentabilidade; articulação

ABSTRACT

Urban agriculture, due to its multifunctional character, contributes to improve the life quality of the population and also to improve the urban sustainability. Urban planning is presented as the process of selecting the best way of action to achieve the desired objectives for an urban area and to prevent new and existing problems. Regarding to this, the present dissertation aims to propose recommendations for a better articulation between urban agriculture and urban planning, using the city of Porto as a case study.

The well-being of communities and the attempt to answer their yearnings defines the relevance, the necessity and the opportunity to obtain a clear picture of the evolution, the situation and the perspectives of urban agriculture's universe, developed and discussed on the literature review. Subsequently were analyzed, comparatively, the urban agriculture management models of Porto and Lisboa, considering that these are the main metropolitan areas nationwide and whose soil is fully classified as urban. Based on the interviews performed to the main stakeholders of urban agriculture area in Porto municipality, are presented measures, goals and actions, which should be followed to achieve the main objective initially proposed.

The rehabilitation of public space, the protection and enhancement of municipal ecological structure, the certification of products from urban agriculture and the continuous urban agriculture, both at spatial level, along the municipal and inter-municipal territory, and also between generations, are recommendations that improve the quality of life of residents in the municipality of Porto.

Keywords: Urban agriculture; urban planning; green infrastructures; sustainability; articulation

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vii
ÍNDICE	ix
LISTA DE QUADROS	xi
LISTA DE FIGURAS	xiii
1. INTRODUÇÃO	1
2. AGRICULTURA URBANA	5
2.1 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA URBANA	5
2.2 RELAÇÕES DA POPULAÇÃO URBANA COM A ALIMENTAÇÃO	15
2.3 A CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA URBANA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	19
2.4 A AGRICULTURA URBANA E O PLANEAMENTO URBANO	24
3. A AGRICULTURA URBANA NO PLANEAMENTO E GESTÃO LOCAL	33
3.1 EXEMPLO DE MODELOS DE GESTÃO DE AGRICULTURA URBANA	37
3.1.1 MUNICÍPIO DO PORTO.....	37
3.1.2 MUNICÍPIO DE LISBOA.....	43
3.2 SÍNTESE DOS MODELOS DE GESTÃO DE AGRICULTURA URBANA	46
4. CASO DE ESTUDO - CONCELHO DO PORTO	47
4.1 LOCALIZAÇÃO	47
4.2 SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS BIOFÍSICAS	48
4.3 SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÓMICAS	51
4.4 IDENTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DE AGRICULTURA URBANA	54
5. DIAGNÓSTICO	57
5.1 ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DOS “STAKEHOLDERS”	58
5.1.1 QUESTÕES DE ENQUADRAMENTO	60
5.1.2 MOTIVAÇÕES.....	62

5.1.3 ARTICULAÇÃO ENTRE AGRICULTURA URBANA E PLANEAMENTO URBANO	63
5.1.4 PERSPECTIVAS FUTURAS.....	65
5.2 ANÁLISE SWOT.....	65
5.3 VECTORES-CHAVE.....	67
5.4 CENÁRIO.....	68
5.5 RECOMENDAÇÕES PARA UMA MELHOR ARTICULAÇÃO DA AGRICULTURA URBANA COM O PLANEAMENTO URBANO.....	70
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	74
ANEXOS.....	83
ANEXO A – Modelos de Inquéritos.....	85
ANEXO B – Regulamentos.....	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferenças e semelhanças entre agricultura em espaço rural, agricultura peri-urbana e agricultura urbana.....	8
Quadro 2 – Características entre os modelos de sistemas alimentares.....	24
Quadro 3 – Área das classes de ocupação do solo do concelho do Porto	50
Quadro 4 – Evolução da população residente	51
Quadro 5 – Evolução do emprego no Porto por sector de actividade	53
Quadro 6 – Análise SWOT da agricultura urbana no concelho do Porto.....	66
Quadro 7 – Permutações das variáveis associadas a cada vector-chave.....	69

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema metodológico adoptado na elaboração da dissertação	4
Figura 2 – Diferentes tipologias de agricultura	6
Figura 3 – Requisitos do sistema de sustentabilidade local	19
Figura 4 – Contribuição da Agricultura Urbana para o desenvolvimento sustentável	22
Figura 5 – As 9 questões abordadas no Bristol Food Plan	28
Figura 6 – O conceito de CPUL	31
Figura 7 – Planta de Ordenamento do Plano Director Municipal em vigor para o concelho do Porto .	39
Figura 8 – Planta de Ordenamento – Estrutura Ecológica Municipal do Plano Director Municipal em vigor para o concelho do Porto.....	40
Figura 9 – Qualificação do Espaço Urbano do Plano Director Municipal em vigor para o concelho de Lisboa	44
Figura 10 – Estrutura Ecológica Municipal do Plano Director Municipal em vigor para o concelho de Lisboa	45
Figura 11 – Localização do concelho do Porto na Área Metropolitana do Porto	47
Figura 12 – Localização das freguesias do concelho do Porto.....	48
Figura 13 – Rede hidrográfica do concelho do Porto.....	49
Figura 14 – Ocupação do solo do concelho do Porto	51
Figura 15 – Evolução da população residente	52
Figura 16 – Evolução da população residente no Porto e da proporção da população idosa (65 ou mais anos de idade) e jovem (menos de 15 anos de idade)	52
Figura 17 – Evolução da taxa de desemprego no Porto	53
Figura 18 – Localização das principais hortas urbanas no concelho do Porto, de acordo com as suas tipologias.....	55
Figura 19 – Técnicas de Recolha de Informação.....	58
Figura 20 – Técnicas de amostragem	59
Figura 21 – Esquema de apresentação dos resultados das entrevistas	59
Figura 22 – Proprietários dos terrenos afectos à AU	60
Figura 23 – Infra-estruturação dos terrenos afectos à AU	61
Figura 24 – Objectivos dos vários projectos	62
Figura 25 – Exigências legais a cumprir	63
Figura 26 – Participação dos “Stakeholders”	64

LISTA DE ABREVIATURAS

ACISJF	Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina
AMP	Área Metropolitana do Porto
APPACDM- Porto	Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental do Porto
AU	Agricultura urbana
AUGI	Áreas Urbanas de Génese Ilegal
AUP	Agricultura Urbana e Peri-urbana
AVAAL	Associação de Valorização Ambiental da Alta de Lisboa
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CMP	Câmara Municipal do Porto
CPUL	Continuous Productive Urban Landscape
DGOTDU	Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DMGA	Divisão Municipal de Gestão Ambiental
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
GEE	Gases com Efeito de Estufa
HU	Hortas Urbanas
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IDRC	International Development Research Centre
INE	Instituto Nacional de Estatística
JIT	Just In Time
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Política Agrícola Comum
PDM	Plano Director Municipal
PER	Plano de Intervenção em Espaço Rural
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PORTAU	Portal da Agricultura Urbana e Periurbana
PU	Planeamento Urbano
RAU	Rede Portuguesa de Agricultura Urbana e Periurbana
REOT	Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território
RUAF	Resource Centre on Urban Agriculture and Food Security
SPOT	Sociedade Portuense, Outras Tendências
VCI	Via da Cintura Interna

1. INTRODUÇÃO

As questões ambientais e de sustentabilidade, a qualidade e segurança alimentar, a necessidade de subsistência e a procura de espaços de recreio e lazer, conduzem a uma procura crescente, pela população das cidades, de espaços onde possam cultivar os próprios alimentos, isto é, onde possam desenvolver agricultura urbana (AU). Em paralelo, a expansão urbana e os processos de intensificação, especialização e concentração da actividade agrícola produtiva em áreas rurais e peri-urbanas têm vindo a determinar um afastamento crescente entre o local de produção e o local de consumo dos alimentos, podendo originar dificuldades de fornecimento que, aliadas à subida dos preços dos combustíveis, se traduzirão em “crises de abastecimento” tal como a observada em meados de 2008.

Os preços dos combustíveis que se verificaram durante grande parte do ano de 2008 levaram a uma crise em várias empresas relacionadas com logística e transportes e em Portugal muitas delas paralisaram as suas frotas¹, o que se traduziu na falta de abastecimento de combustíveis em muitos postos de abastecimento e também de determinadas mercadorias nos supermercados e grandes superfícies. Esta realidade remete para questões relacionadas com a segurança alimentar dos centros urbanos, questões às quais a AU, aliada a acções de planeamento urbano e ordenamento do território, tenta dar resposta.

O bem-estar das comunidades e a tentativa de resposta aos seus anseios define a pertinência, a necessidade e a oportunidade de obter uma imagem clara da evolução, da situação e das perspectivas do universo da agricultura urbana.

Muitas das definições de "agricultura urbana" desprezam as características críticas que a fazem ser realmente "urbana". A agricultura em espaço urbano é diferente da agricultura em espaço rural (e complementar a ela) justamente porque está integrada no sistema económico e ecológico urbano (Mougeot, 2006). A AU, pela sua transversalidade a outros temas tais como o abastecimento alimentar das cidades, a educação ambiental, a integração social ou os espaços de lazer, permite aos urbanistas intervir e elaborar propostas para uma melhor articulação destes espaços a nível territorial.

Em Portugal, várias cidades têm investido recentemente na gestão de áreas de agricultura urbana numa perspectiva de melhorar a qualidade de vida das suas populações e de encontrar um destino adequado para determinados espaços vazios.

Devido à crescente procura, por parte da população, de espaços de AU que se traduzem em longas listas de espera por um talhão ou, por vezes, pela ocupação de terrenos públicos ou privados que se encontram actualmente sem qualquer uso no concelho do Porto, pretende-se, como objectivo geral desta dissertação, propor recomendações para a AU no concelho do Porto, através da sua articulação com o planeamento urbano.

¹ Há vários postos de combustíveis que estão secos. RTP, 11 de Junho de 2008. http://www.rtp.pt/noticias/economia/ha-varios-postos-de-combustiveis-que-estao-secos_v180542

O referido objectivo geral é decomposto nos seguintes objectivos operacionais:

1. Analisar a agricultura urbana e a sua articulação com o planeamento urbano.
2. Analisar, comparativamente, os modelos de gestão de AU de Lisboa e do Porto.
3. Auscultar as perspectivas dos “stakeholders”, nomeadamente, dos decisores e promotores/gestores de AU, no concelho do Porto.

A **metodologia** adoptada na presente dissertação foi definida de forma a alcançar os objectivos pré-definidos e desenvolveu-se através das seguintes fases:

1. Elaboração de uma revisão bibliográfica sobre o **estado da arte** da AU, na qual se efectuou uma pesquisa sobre os conceitos e as principais características da AU, a relação da população urbana com a alimentação, discutiu-se a contribuição da AU para a sustentabilidade urbana, a sua relação com o planeamento urbano e a sua abordagem em Portugal.

2. **Recolha de informação** sobre os modelos de gestão de AU dos concelhos do Porto e de Lisboa. Privilegiaram-se estes concelhos devido ao facto do solo estar totalmente classificado como urbano e de ambos se encontrarem inseridos em contextos metropolitanos.

Para o concelho do Porto, os dados foram recolhidos através de observação directa e realização de entrevistas aos movimentos / iniciativas de AU, onde se exploraram as perspectivas dos decisores e dos promotores/gestores dos espaços face a questões relacionadas com o planeamento urbano. No caso de Lisboa, os dados foram obtidos através de dissertações de mestrado sobre o tema, contactos com entidades responsáveis pela gestão de espaços de AU e através de pesquisa na Internet. Em ambos os casos, os respectivos Planos Directores Municipais (PDM) e os seus estudos de caracterização foram igualmente importantes na análise dos modelos de gestão.

3. Selecção e caracterização do **caso de estudo** que recaiu sobre o concelho do Porto, tendo em conta a carência de espaços verdes, a necessidade da melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes e a importância desta temática no município, traduzida em longas listas de espera por talhões, assim como, a necessidade de uma maior integração entre planeamento urbano e AU. De acordo com Tzoulas *et al.* (2007) cit. in C.M.P. (2011), o valor global desejável para a estrutura verde urbana é de 40 m²/habitante, valor que no concelho do Porto era de 12m²/habitante em 2011.

4. Elaboração de um **diagnóstico**, uma vez que devido ao crescente grau de complexidade e às alterações cada vez mais imprevisíveis a que os territórios estão sujeitos, considera-se pertinente abordar a solução ao problema apresentado através do planeamento estratégico.

Para tal recorreu-se à elaboração de uma matriz SWOT, de pontos fortes, pontes fracas, ameaças e oportunidades, a qual permitiu obter uma visão das principais dinâmicas do território, numa perspectiva de médio e longo prazo. Posteriormente identificaram-se os principais vectores-chave, isto é, as questões fundamentais e a estudar em prioridade e às quais se deverá atender, independentemente do cenário a seguir, que poderá ser tanto o cenário mais provável, como o mais desejado.

Por último, compararam-se cenários alternativos e definiu-se qual o mais desejável, da perspectiva da melhoria de qualidade de vida da população, mas que fosse, ao mesmo tempo, plausível de realização.

5. Com base na informação obtida nas fases anteriores agregada numa **análise crítica**, foram propostas recomendações, envolvendo **medidas, objectivos e acções**. As medidas asseguram a implementação do cenário escolhido, assentando em objectivos concretos. Os objectivos, por sua vez, são efectivados em acções, onde se pretende contribuir de forma positiva e prospectiva para o horizonte temporal de médio / longo prazo.

Na Figura 1 apresenta-se o fluxograma da metodologia adoptada na presente tese.

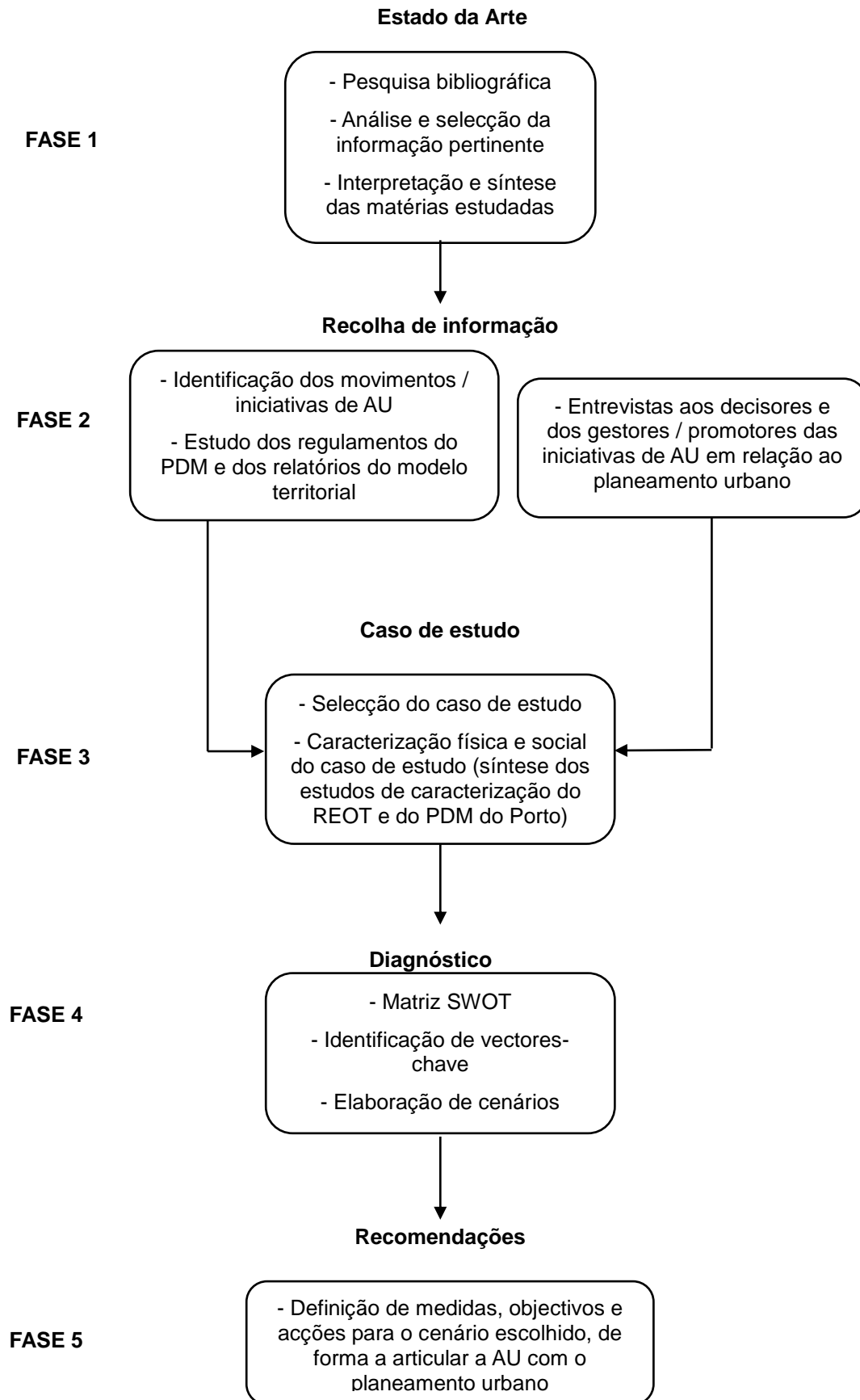


Figura 1 – Esquema metodológico adoptado na elaboração da dissertação

2. AGRICULTURA URBANA

2.1 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA URBANA

A agricultura pode ser definida como “a actividade económica que tem por fim a produção de bens a partir da cultura de plantas e da criação de animais” (Mantas, 1992). Pode, igualmente, ser definida como o “esforço para situar a planta cultivada nas condições óptimas de meio, para lhe tirar o máximo rendimento em quantidade e em qualidade” (Diehl, 1984 cit. in Almeida, 1999). Ou ainda, como a “arte de obter do solo, mantendo sempre a sua fertilidade, o máximo lucro” (Diehl, 1984 cit. in Almeida, 2014). Dadas as suas características, tanto podem remeter para a função primária de produção alimentar, como para o domínio do aproveitamento dos solos, passando pelo enquadramento paisagístico, ou mesmo, pelo papel desempenhado na economia. A agricultura pode ser apresentada através de um vasto conjunto de definições diferentes mas complementares.

Por sua vez, à agricultura urbana (AU) atribui-se-lhe igual diversidade de conceitos, dos quais se destaca o da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) por ser uma organização de renome na área. Para a FAO, a agricultura urbana pode ser definida como “a que ocorre no interior e na periferia de cidades em todo o mundo e inclui a produção vegetal, a pecuária, a pesca e a silvicultura” (FAO, 1999 cit. in FAO, 2001, p. 4). De acordo com a Acção COST² – Urban Agriculture Europe (2013), a AU pode ser definida como “a agricultura praticada no interior (agricultura intra-urbana) ou na periferia (agricultura peri-urbana) de contextos espaciais que são percebidos como “urbanos”, abrangendo todos os actores, comunidades, actividades, lugares e economias que se concentram sobre a produção de base biológica.” (p.1).

A AU pode ser encontrada no interior da cidade em parcelas desocupadas, em jardins privados, na orla das estradas, em recipientes, em varandas, em terraços, na cobertura de edifícios, em jardins e parques, em viveiros, em jardins escolares, em quintais de instituições sociais, em espaços abertos, junto a linhas de caminho de ferro, na proximidade de rios e em terrenos comunitários. Na Figura 2 apresentam-se os diferentes tipos de agricultura.

As hortas urbanas (HU) compreendem um grupo de tipologias que se distinguem pelas suas próprias especificidades e pelos objetivos que pretendem alcançar. Deste modo, agrupam-se em três categorias: sociais/comunitárias, de recreio e pedagógicas. “As hortas sociais/comunitárias são desenvolvidas sobretudo pelas famílias que as cultivam com o intuito de fazer face às suas próprias necessidades alimentares e/ou para complementar a renda familiar através da venda dos produtos cultivados. As hortas de recreio atraem uma população mais jovem, motivada pelo recreio, lazer, educação ambiental, entre outras razões. Já as hortas pedagógicas são espaços que fomentam a educação ambiental dos diversos segmentos da sociedade, sendo o seu principal objetivo proporcionar um contacto direto com a terra e promover técnicas mais sustentáveis” (Saraiva, 2011, p. 43-44).

² A “Acção COST – Urban Agriculture Europe” é constituída por investigadores de várias universidades europeias e desenvolve uma pesquisa relacionada com a agricultura urbana na Europa. A página encontra-se disponível em: <http://www.urbanagricultureeurope.la.rwth-aachen.de/>

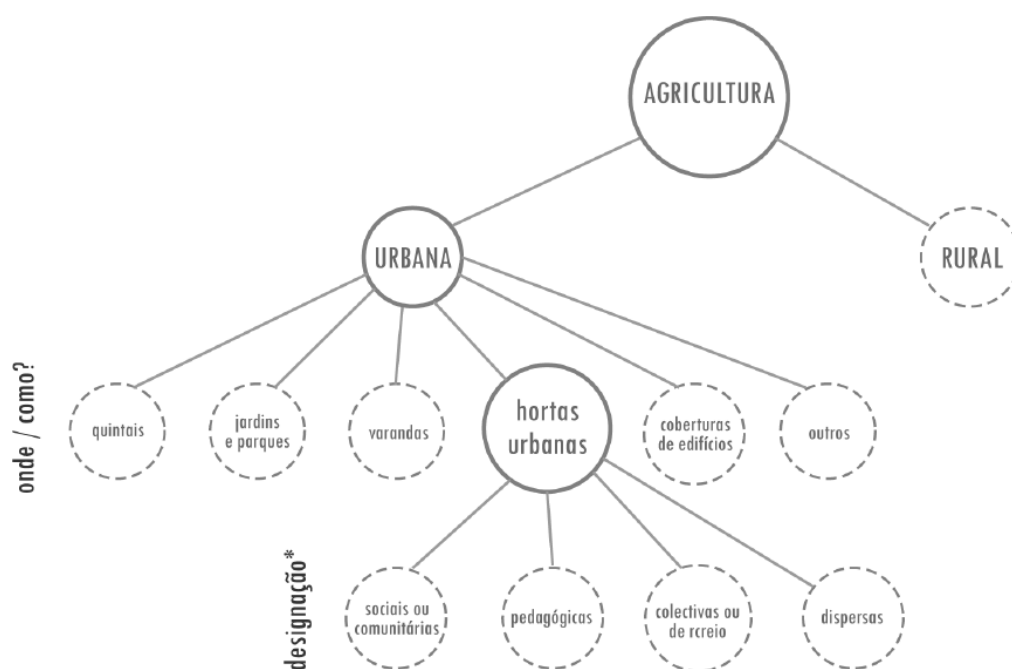


Figura 2 – Diferentes tipologias de agricultura

(Ramos, 2011)

Entre a AU e a agricultura em espaço rural encontram-se um conjunto de diferenças, das quais se destaca a localização por ser talvez o elemento mais diferenciador destes dois conceitos, e um conjunto de semelhanças, onde o objectivo desta actividade, isto é, a produção de alimentos, poderá ser considerado o elemento mais aglutinador.

Apesar das diferenças entre estes tipos de agricultura, estas não se dissociam, mas actuam antes como complementares. A agricultura em espaço rural fornece alimentos em quantidade e emprega, por vezes como única actividade, um grande número de pessoas que, no entanto, são cada vez menos devido à mecanização. Por sua vez, a agricultura urbana, apesar de não conseguir “competir” com a produção em quantidade e não ser, na sua essência, uma agricultura de mercado, consegue explorar uma série de nichos de mercado que muitas vezes se encontram remetidos para segundo plano na agricultura em espaço rural, como é o caso da produção de plantas aromáticas, propiciando igualmente espaços de lazer e convívio aos seus praticantes.

De igual modo, a agricultura não se limita apenas à agricultura em espaço rural e à AU, nas áreas suburbanas e periurbanas também se encontra presente. As áreas suburbanas são definidas, de acordo com a DGOTDU (2000), como “*territórios urbanizados que rodeiam um centro populacional marcadamente urbano. Simultaneamente reflectem a situação de inferioridade, ou dependência desse território, relativamente à cidade*”. Como áreas peri-urbanas, a DGOTDU (2011) define “*as áreas que se encontram numa posição de transição entre espaços estritamente rurais e áreas urbanas. As áreas peri-urbanas garantem, em geral, uma articulação urbano-rural de proximidade e podem eventualmente tornar-se totalmente urbanas*”.

De acordo com a FAO (2001), a agricultura periurbana engloba uma série de actividades e o seu âmbito varia de continente para continente. No entanto, considera-se fazer parte da agricultura periurbana a produção de culturas vegetais e horticultura, a criação de animais, a silvicultura e a aquicultura. A agricultura periurbana foi oficialmente reconhecida pela 15ª sessão do Comité de Agricultura em Roma, em 1999 e, posteriormente, pela Cúpula Mundial da Alimentação, em 2002 e, mais tarde, em 2008 pela Força Tarefa de Alto Nível da ONU para a Crise Global de Alimentos, como uma estratégia para reduzir a insegurança alimentar urbana e construir cidades mais resilientes durante a crise (Arruda, 2011).

Nos países em desenvolvimento, as áreas agrícolas das zonas periurbanas ainda têm um elevado valor produtivo, actuando como agricultura de subsistência para as classes urbanas mais fragilizadas e para as comunidades periurbanas, enquanto nos países desenvolvidos estas áreas estão cada vez mais associadas a novos serviços, o que destaca a sua natureza multifuncional.

Nos espaços urbanos há uma proporção elevada de edifícios e ruas, assim como um reduzido número de espaços abertos (parques) em comparação com os espaços suburbanos e periurbanos onde a densidade de edifícios e das ruas é reduzida, enquanto os espaços abertos constituem a maior superfície. Os corpos de água e as áreas florestais são característicos de áreas periurbanas e suburbanas. Os espaços suburbanos são habitualmente habitados por população que procura emprego na cidade, podendo co-existir várias culturas. Por outro lado, nos espaços periurbanos a população possui frequentemente o mesmo sistema de valores e uma forte ligação à terra e às tradições sociais e culturais (Losada *et al.*, 2011).

Apesar da presente dissertação não incidir sobre a agricultura em espaço rural nem sobre a agricultura periurbana, apenas sobre a AU, torna-se importante apresentar as principais diferenças e semelhanças entre estas agriculturas (Quadro 1). Estes tipos de agricultura diferenciam-se essencialmente pelo local onde a actividade é desenvolvida, o tipo de população e a estrutura da actividade no ambiente familiar, as entradas, os produtos e a gestão ambiental dos resíduos causada pela presença de diferentes sistemas de produção (Losada *et al.*, 2011). No entanto, a presente dissertação apenas incide sobre a agricultura urbana.

Quadro 1 – Diferenças e semelhanças entre agricultura em espaço rural, agricultura peri-urbana e agricultura urbana

(Adaptado de FAO, 2007 e Drescher, 2001)

	Agricultura em espaço rural	Agricultura peri-urbana	Agricultura urbana
Localização	Localizada em áreas rurais	A urbanização pode por em causa a manutenção da actividade	Localizada em áreas mais urbanizadas
Densidade populacional	Reduzida densidade populacional	Com tendência a aumentar	Forte densidade populacional
Tipo de parcela	Convencional; parcelas que podem consistir em sub-unidades interdependentes	Unidades independentes mais especializadas que actuam em <i>cluster</i> / cadeias	Não convencional; parcialmente sem solo
Meio de subsistência	A agricultura é o principal meio de subsistência; os agricultores encontram-se dedicados a tempo inteiro a esta actividade		A agricultura é habitualmente um meio secundário de subsistência; os agricultores trabalham apenas a tempo parcial
Agricultor	Habitualmente já “nascidos agricultores”; conhecimento adquirido por meio de tradições		Alguns são “princípios”: cidadãos urbanos cativados pela necessidade ou por escolha (como é o caso dos empreendedores)
Produtos	Culturas tradicionais; gado	Culturas produzidas em estufas	Produtos perecíveis, especialmente hortícolas, lacticínios, aves, cogumelos, plantas ornamentais e ervas aromáticas
Calendário agrícola	Períodos sazonais		Cultivo de culturas durante todo o ano
Sectores predominantes	Predomínio das actividades do sector primário	Predomínio das actividades do sector primário e secundário	Predomínio das actividades do sector secundário e terciário
Tempo disponibilizado	Actividade desenvolvida a tempo inteiro		Actividade desenvolvida a tempo parcial
Factores de produção	Custos reduzidos com o terreno; custos reduzidos com a mão-de-obra; custos variáveis com a água	Custos com a mão-de-obra e com o solo acessíveis	Elevados custos com o terreno e área escassa; elevados custos com água potável; grande disponibilidade de resíduos orgânicos e de águas residuais

Tecnologias	Explorações com mecanização e outras tradicionais	Agricultura mecanizada; explorações com recurso a tecnologia de ponta e produção intensiva	Escasso recurso a tecnologias de produção
Motivação	O autoconsumo e a venda dos produtos agrícolas são as principais motivações	A venda dos produtos agrícolas é a principal motivação para prática da agricultura	O lazer e o recreio são os principais motivos para o desenvolvimento deste tipo de agricultura
Organização agrícola	Muitas vezes já presente no local e com apoio efectivo aos agricultores, uma vez que estes acabam por partilhar a mesma origem social		Muitas vezes em falta e difícil de concretizar, uma vez que os agricultores se encontram dispersos e são de origens sociais muito variadas
Contexto social	Comunidade; a maioria das famílias dedicam-se à agricultura e partilham uma origem social comum; contexto social mais homogéneo e relativamente estável	Perspectiva empresarial e de negócio, várias vezes com mão-de-obra assalariada externa	Os agricultores urbanos realizam por diversas vezes actividades fora do seu bairro; a percentagem de famílias envolvidas na agricultura varia de bairro para bairro, assim como a origem sócio-cultural dos agricultores; estes últimos têm mais dificuldade em organizarem-se entre si
Contexto ambiental	Relativamente estável; recursos “água” e “solo” pouco poluídos		Frágil; recursos “água” e “solo” geralmente poluídos
Disponibilidade de serviços de apoio (extensão rural)	Existentes, embora em declínio	Inexistentes mas facilidade de acesso a bibliotecas e a organizações de investigação	
Disponibilidade de acesso a crédito / fundos comunitários (PAC)	Mais provável, no entanto mais disponível para agricultores com grandes propriedades		Crédito dificilmente disponível mas existentes para sectores informais; fundos comunitários inexistentes pelo facto dos agricultores urbanos não serem considerados agricultores
Mercado	Mercados distantes; comercialização através da cadeia	Mercados muito próximos; comercialização directa através de possíveis clientes	Não é uma agricultura de mercado
Segurança do terreno	Relativamente elevada	Inseguro, zonas periféricas de grandes aglomerados urbanos	Inseguro; geralmente, uso informal de espaço público; usos do solo competitivos

A oposição entre o espaço urbano e o espaço rural correspondeu, no passado, a uma determinada divisão social e espacial do trabalho. As actividades directamente ligadas à obtenção de alimentos e de matérias-primas ocorriam no espaço rural, enquanto os espaços urbanos eram lugares de comércio, de gestão e de poder por excelência. No entanto, esta oposição não impede que a cidade e a agricultura estejam historicamente relacionadas uma com a outra. Aliás, as actividades urbanas desenvolveram-se a partir da gestão e da distribuição de excedentes, viabilizado pelo desenvolvimento da agricultura (Silva, 2009).

De acordo com a Lei n.º 31/2014, de 30 de Maio, Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, o solo urbano é *“o que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afecto em plano territorial à urbanização ou à edificação”* e o solo rústico *“aquele que, pela sua reconhecida aptidão, se destine, nomeadamente, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação, valorização e exploração de recursos naturais, de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo, recreio e lazer ou à protecção de riscos, ainda que seja ocupado por infra-estruturas, e aquele que não seja classificado como urbano”*.

No entanto, segundo Gonçalo Ribeiro Telles (2013), numa reportagem à RTP2, “o homem do futuro, que está a nascer por todo o lado, é o homem que vai juntar a cidade e o campo”. E, dirigindo-se a um agricultor, acrescenta “a ONU defende hoje que em qualquer cidade moderna é importante a agricultura, a horticultura, pessoas como o senhor que são tão urbanos como aqueles que vão para o escritório todas as manhãs”. E deveria haver uma importância crescente na, “preservação dos valores que são indispensáveis à vida, como é o caso do solo arável, da circulação da água, do abastecimento alimentar”.

O aparecimento da AU relaciona-se com a história do urbanismo. Segundo os utópicos do século XVIII, a cidade ideal seria o local de melhor organização social. Owen preconiza a fundação de cidades de harmonia e cooperação reagrupando 1200 pessoas alojadas em conjuntos habitacionais e explorando em conjunto uma área agrícola. Essas utopias eram dominadas pela procura de higiene tendo como corolário o verde, a luz, o espaço e a água (Harouel, 1990).

Durante a revolução industrial as novas tecnologias de transporte e de conservação dos alimentos tornaram possível o distanciamento dos lugares de produção dos lugares de consumo de produtos alimentares. Em âmbitos urbanos de maior escala, a era industrial acarreta três fenómenos que estão directamente associados ao tema da AU, a) o abandono e a proibição de muitas práticas urbanas de produção de alimentos nas zonas mais centrais das grandes cidades do mundo industrializado (devido ao aumento dos preços dos terrenos, a intensificação da ocupação do solo urbano e a própria precariedade das condições habitacionais da classe trabalhadora), b) a sobrevivência da AU de subsistência, surgindo como parte de um contra-movimento para proteger a população da deslocação social e c) a difusão de um modelo de desenvolvimento urbano caracterizado, entre outros aspectos, por um determinado tipo de “agricultura urbana de deleite” (Silva, 2009).

O aparecimento da AU e peri-urbana está estreitamente ligado às épocas de maior expansão urbana e de imigração de população rural para a cidade, tendo sido já observado em Inglaterra, nos grandes centros urbano-industriais no período de 1850, como resposta à necessidade de

subsistência num ambiente altamente concorrencial por parte de uma população sujeita às leis do mercado e vivendo em condições muito precárias (Castel' Branco, Saraiva e Neto, 1985).

Este movimento ligado ao cultivo de pequenas parcelas de terreno nos arredores das cidades por pessoas de menores recursos económicos surgiu em diversos países europeus, tendo sido nalguns casos institucionalizado através da formação de Associações, nomeadamente em França, onde recebeu a designação de “Jardins Operários” - *Jardins Ouvriers* (Castel' Branco, Saraiva e Neto, 1985).

Na Alemanha existem hortas urbanas desde 1864, ano em que se criou a primeira associação (*Schreiberverein*), em Leipzig, prática que conheceu um novo incremento no rescaldo das duas grandes guerras do século XX, assumindo-se, então como um movimento social. Na Dinamarca, o país europeu com a maior percentagem de AU, esta tradição remonta ao século XVIII (Matos, 2010).

Em 1898, Ebenezer Howard propõe a Cidade-Jardim, um núcleo urbano que não deveria ultrapassar os 30000 habitantes, equidistante de vários núcleos agrícolas e rodeado por espaços verdes. A vantagem deste modelo era aproveitar as vantagens do meio rural, evitando as desvantagens da cidade. No seu livro, *Garden Cities of Tomorrow*, Howard argumentava que a combinação entre campo e cidade não era apenas saudável mas também económica devido à co-localização dos produtores e dos consumidores de alimentos, o que traria grandes benefícios para ambos e faria muito para reparar a debilitada divisão entre o meio rural e o meio urbano (Morgan, 2009).

A AU fez parte das paisagens urbanas dos Estados Unidos da América e da Europa durante o século XX (McClintock, 2010), principalmente durante a I e a II Guerra Mundial, constituindo os chamados “*victory gardens*”, “*war gardens*” ou “*food gardens for defense*”. Eram parcelas de terreno cultivadas pela população em solo urbano privado ou público de modo a suprir as necessidades da população afectada pela Guerra e a garantir a segurança alimentar nas cidades atingidas.

Normalmente verifica-se o incremento deste tipo de movimentos em períodos de maior crise económica (Castel' Branco, Saraiva e Neto, 1985).

De 1955 até aos primeiros anos da década de 70, período de estabilidade e crescimento, as hortas viram diminuída a sua importância económica, subsistindo apenas em alguns casos como uma função de recreio e ocupação de tempos livres, sobretudo para a terceira idade (Castel' Branco, Saraiva e Neto, 1985).

Após as Guerras e, principalmente, porque muitos terrenos eram cedidos, a agricultura urbana voltou a perder o interesse da população. A política agrícola europeia do pós-guerra centrou-se na produção de grandes quantidades de alimentos a preços reduzidos para evitar a fome e para assegurar a estabilidade social. Os argumentos económicos ditaram que tal política poderia ser melhor concretizada através da agricultura praticada por um número reduzido de produtores, em tão grande escala quanto possível, a fim de reduzir os custos de produção por unidade e maximizar a produção (Deelstra, Boyd e Biggelaar, 2001).

Em Portugal e Espanha, entre os anos 50 e 70, assistiu-se a uma industrialização tardia e a um êxodo rural, uma migração populacional dos espaços rurais para as cidades que não se encontravam

preparadas para absorver tantos cidadãos, associada ao regresso de cidadãos das ex-colónias, o que levou à construção, de forma por vezes precipitada, de edifícios sem condições e esquecendo muitas vezes os espaços públicos. Esta construção apoiada na filosofia do crescimento urbano contínuo teve pouca consideração pelos aspectos sociais e ambientais. Durante este período, a população anteriormente rural que agora habitava nas cidades, ainda mantinha uma forte ligação com o meio rural, criando hortas urbanas nos espaços deixados livres por esta “urbanização sem planeamento” (Domene e Saurí, 2007, p. 290). Após 1973, com a independência das colónias, 600000 portugueses retornaram a Portugal, metade dos quais para a capital, num curto espaço de tempo (aproximadamente 3 anos), o que levou igualmente a uma “apropriação” de solo para a prática de agricultura (Valença, 2001 *cit. in* Luiz e Jorge, 2011).

Durante os anos 80, assistiu-se a uma drástica redução da prática agrícola na maior parte das cidades europeias, em primeiro lugar devido à consolidação da expansão urbana e todas as suas infra-estruturas relacionadas e, em segundo lugar, devido ao aparecimento de uma nova consciência ambiental urbana que, paradoxalmente, tendia a repelir as hortas urbanas devido à sua falta de apelo estético (Domene e Saurí, 2007).

No entanto, enquanto a AU reduzia em área na maior parte das cidades, em Cuba o movimento foi o inverso. O bloqueio dos Estados Unidos da América (EUA) juntamente com o colapso da União Soviética em 1989 causou um choque no abastecimento de alimentos, fertilizantes e petróleo, causando uma enorme dificuldade à população de Havana. Dez anos depois, existiam cerca de 400 associações hortícolas em Havana, produzindo anualmente 8500 ton de vegetais, 7,5 milhões de ovos e 3650 ton de carne (Altieri *et al.*, 1999 *cit in* Barthel e Isendahl, 2012).

Em 1999 foi criado o RUAF (Resource Centre on Urban Agriculture and Food Security) na Holanda, após a observação da crescente procura de organizações e de governos locais com origem no hemisfério sul pela formulação de uma ferramenta estratégica de transformação social e económica. Possui organizações-membros em África, Ásia, Médio Oriente, América Latina e Europa. Assume-se como um dos principais centros de especialização no campo da (intra e peri) agricultura urbana e nas estratégias alimentares das cidades. Apoia governos locais, organizações de produtores urbanos, organizações não governamentais (ONG), centros de pesquisa e outros “*stakeholders*” através de formações, assistência técnica, pesquisa-acção, defesa e *design* no campo da agricultura urbana e estratégias alimentares urbanas. O RUAF publica igualmente revistas sobre Agricultura Urbana e livros sobre orientações técnicas e metodológicas (RUAF, 2014).

Entre 1984 e 2004, o *International Development Research Centre* (IDRC) levou a cabo uma investigação formal sobre a AU. Durante esses 20 anos, o IDRC promoveu mais de 90 projectos relacionados com a AU em mais de 40 países. A pesquisa surge inicialmente alicerçada em questões relacionadas com a segurança alimentar, nutrição e tratamento e reutilização de resíduos orgânicos, porém é ampliada para abarcar o processamento e a distribuição de alimentos no meio urbano (Mougeot, 2006).

Actualmente, as reconhecidas consequências negativas da agricultura do pós-guerra, não só a nível económico mas também ambiental, a globalização da economia, a crise económica e financeira

e o facto das cidades competirem entre si para atrair investimento, faz com que os decisores políticos procurem criar elevados padrões de qualidade de vida nos seus territórios. Muitas das iniciativas da “Agenda 21 Local” em vários municípios portugueses, como em Évora e Cascais, incluem a atribuição de talhões para hortas urbanas.

A AU traz consigo um conjunto de vantagens, tais como (FAO, 2007):

- benefícios económicos directos (produção agrícola, produção de composto, auto-consumo, complemento ao rendimento familiar, redução do consumo de combustível e dos custos com o transporte dos alimentos);

- benefícios económicos indirectos (educação alimentar e ambiental, redução de resíduos orgânicos para aterro através da sua incorporação na compostagem, revitalização de espaços vazios ou degradados, de espaços indevidamente ocupados e de espaços expectantes, estabilidade económica, mudanças no valor económico do solo, negócios atraídos pela proximidade aos produtos agrícolas, tais como restaurantes);

- benefícios sociais (segurança alimentar, alimentação mais saudável, melhoria da qualidade de vida, prevenindo e reduzindo o stress, espaços de recreio e lazer, fortalecimento do sentido de comunidade, reconectando consumidores com agricultores e valorizando a cultura alimentar local, criação de empregos, inclusão social e geracional, aumento da consciência ambiental e de saúde pública, promoção da participação pública e da aprendizagem social).

- benefícios ecológicos (aumento da permeabilidade do solo, reduzindo a erosão e o risco de deslizamento de terras e de cheias, melhoria da qualidade do solo, melhoria da qualidade do ar e do microclima urbano, aumento da biodiversidade e poupança de energia através da redução da distância entre o local de produção e o de consumo).

Tem, no entanto, alguns custos associados (Toronto Food Policy Council, 1999), tais como:

- custos directos (utilização de recursos naturais - solo e água, trabalho - familiar, pago ou voluntário, capital, matérias-primas - máquinas, ferramentas, fertilizantes, pesticidas e sementes, energia - electricidade, gásóleo, gasolina);

- custos indirectos (impactes na água, solo e poluição atmosférica, eliminação de resíduos, efeitos na saúde humana - resultado do uso de pesticidas ou contaminação das culturas por metais pesados devido à proximidade a zonas industriais e a vias com veículos motorizados);

- apreciação / depreciação (aumento do valor do solo).

De acordo com Domene e Saurí (2007), p. 289 “(...) os benefícios da AU não se limitam apenas aos seus utilizadores, sendo transversais à comunidade envolvente e ao meio ambiente”, podendo ser considerada um serviço ambiental.

O conceito de multifuncionalidade da agricultura (económica, social, ambiental, territorial) surgiu em 1992 durante a Cimeira da Terra no Rio de Janeiro. O conceito surgiu como uma reacção aos efeitos negativos do sistema agrícola intensivo: poluição dos recursos, riscos alimentares, redução da biodiversidade e desertificação das áreas rurais. Nas áreas urbanas os impactes positivos da

agricultura podem ser integrados no desenvolvimento da cidade, onde a produção é associada a outras áreas de interesse para a comunidade: a protecção do ambiente, o envolvimento de grupos marginalizados, a promoção da cultura local e o fornecimento de actividades de lazer e educativas (Antonelli e Lamberti, 2011).

2.2 RELAÇÕES DA POPULAÇÃO URBANA COM A ALIMENTAÇÃO

Historicamente, o mundo rural destaca-se do mundo urbano por se organizar em torno de quatro aspectos bem conhecidos, nomeadamente, uma função principal - a agricultura; uma actividade económica dominante - a agricultura; um grupo social de referência - a família camponesa, com modos de vida, valores e comportamentos próprios; e um tipo de paisagem que reflecte a conquista de equilíbrios entre as características naturais e o tipo de actividades humanas desenvolvidas (Ferrão, 2000).

Apesar da dicotomia rural / urbano, em termos sociais, já existir desde a Antiguidade Clássica, foi a partir da Revolução Industrial que acabou por ganhar mais força e importância. A divisão do trabalho em rural, mais associado à agricultura, e em urbano, mais associado à indústria, ao comércio e aos serviços, agravou ainda mais as disparidades económicas, sociais e culturais dos diversos territórios. Por outro lado, o progressivo afastamento da população urbana ao meio rural fez com que muitos dos conhecimentos sobre agricultura deixassem de passar de geração em geração, tornando a população citadina menos informada sobre o modo de produção e a proveniência dos alimentos (Ferrão, 2000).

“Este mundo rural secular opõe-se claramente ao mundo urbano, marcado por funções, actividades, grupos sociais e paisagens não só distintos mas, mais do que isso, em grande medida construídos “contra” o mundo rural. As realidades actualmente designadas por “regiões urbanas” incluem espaços urbanos, suburbanos, rurais agrícolas e rurais não agrícolas, articulados sistematicamente entre si, nuns casos de forma conflituosa - suburbanização depredadora de usos do solo e património não urbanos, por exemplo - mas noutros de forma simbiótica - corredores verdes, regeneração urbanística e sócio-económica de espaços construídos tradicionais, recuperando-se, nestes últimos, algumas componentes da complementaridade que caracterizou a relação tradicional urbano-rural” (Ferrão, 2000, p. 46).

A FAO estima que praticamente todo o crescimento populacional que se irá registar nas próximas duas décadas nos países em desenvolvimento será concentrado em áreas urbanas e por volta de 2030 mais de 60% dos habitantes desses países viverão em cidades. A agência das Nações Unidas insiste, portanto, na importância da agricultura urbana como uma fonte de alimento para as cidades (Naïli, 2011).

Actualmente, a governança urbana deixa um reduzido espaço para a população urbana se envolver nas questões agro-alimentares, devido a tendências históricas que definiram a produção agrícola como uma questão rural, devido à economia do uso do solo urbano que deixa pouco espaço para a produção de alimentos nas cidades, e devido ao fracasso dos municípios para incluir o público nos processos de tomada de decisão (Travaline e Hunold, 2010).

No entanto, e cada vez mais, por questões de saúde, a produção de alimentos está na ordem do dia para os habitantes das cidades. A procura por uma alimentação mais saudável, variada, saborosa, cuja proveniência seja conhecida e que preserve o ambiente, representa uma preocupação

crescente da sociedade. A importância dada a programas televisivos de culinária e a existência de tão grande número (só o programa “Masterchef” está presente em 28 países do mundo), reforça o que já foi referido anteriormente.

Existem igualmente preocupações da população urbana com o actual sistema alimentar, entre as quais se destacam os preços dos alimentos e a sua volatilidade, a obesidade de 1,5 mil milhões de pessoas e a subnutrição de 925 milhões de pessoas (FAO, 2010 *cit in.* Ashe e Sonnino, 2013), questões ambientais relacionadas com os impactes negativos do actual sistema agrícola no ambiente, a localização da produção de alimentos, a insustentabilidade do actual sistema de abastecimento alimentar e a falta de segurança alimentar. As questões relacionadas com a segurança alimentar e com o acesso a alimentos de boa qualidade e a preços acessíveis são aspectos considerado muito importantes e fundamentais para o dia-a-dia dos cidadãos (Skordili, 2013).

Por contraposição ao sistema tradicional, têm surgido alguns movimentos tais como o “*Local Food Movement*”, no qual os “*locavores*” apenas comem, ou preferencialmente comem, alimentos produzidos na região ou na localidade onde residem. O termo “*locavore*” surgiu em 2005 na Califórnia pela contração da palavra “*local*” com a palavra “*vore*” que significa devorar. Os “*locavores*” defendem que ao consumir alimentos locais estão a contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade, criando postos de trabalho e revitalizando a economia, produzindo externalidades ambientais positivas, ao mesmo tempo que consomem alimentos não processados e cuja origem é conhecida.

Também o célebre “*potato movement*” (movimento batata), que tem ocorrido em várias cidades gregas, é um processo que volta a aproximar os produtores primários dos consumidores urbanos em cadeias de abastecimento curtas, constituindo-se como uma experiência social de eliminação de intermediários. A crise económica e financeira criou oportunidades em várias cidades gregas para desenvolver uma estratégia alimentar de base comunitária, na qual as políticas alimentares podem contribuir para moldar um novo rumo para o desenvolvimento urbano e para a justiça social.

O “*slow food movement*”³, iniciado em 1986 por Carlo Petrini, tem como principal objectivo constituir-se como uma antítese do “*fast food*”, sob o lema “alimentos bons, justos e limpos”. Segundo este movimento é preciso saber exactamente a origem da comida, a forma como vem parar-nos ao prato e trabalhar para a preservação dos valores gastronómicos regionais. Actualmente o movimento conta com mais de cem mil membros, individuais e institucionais, espalhados por 150 países.

Para além das questões relacionadas com uma alimentação mais saudável, livre de compostos químicos de síntese, mais próxima da agricultura biológica, menos processada, cuja origem é conhecida, estão também presentes questões relacionadas com o abastecimento de alimentos em quantidade e em qualidade às cidades. Este último conceito, a segurança alimentar, nem sempre se encontra totalmente claro, pelo que convém desde já distinguir o conceito de “*food safety*”, do conceito de “*food security*”.

³ <http://www.slowfood.com/>

Apesar dos termos "*food security*" e "*food safety*" terem aparentemente o mesmo significado, uma vez que em várias línguas, incluindo o português, a tradução das palavras "*security*" e "*safety*" são sinónimas, significando "segurança", as expressões têm no entanto um significado diferente, apesar de estarem relacionadas. Por um lado, "*food safety*" refere-se a segurança alimentar no sentido da qualidade dos alimentos (conservação dos alimentos, qualidade da produção, utilização de fitofármacos durante as etapas produtivas, qualidade da água utilizada na produção e condições sanitárias nos mercados), por outro lado, "*food security*" relaciona-se com o acesso e disponibilidade de alimentos (depende do poder de compra das famílias, produção de subsistência, vínculos campo-cidade) e a disponibilidade dos mesmos (no que se refere à produção, comercialização e distribuição de alimentos, infra-estruturas e disponibilidade de combustível), ou seja, não apenas com qualidade mas também em quantidade suficiente para suprir as necessidades da população urbana (Pinto e Yves, 2009).

O interesse crescente nos problemas de "*food security*" voltou a surgir com a volatilidade dos preços dos alimentos em 2008, decorrentes do aumento dos preços do petróleo. As implicações do chamado "pico de produção de petróleo" ("*peak oil*"), para um sistema alimentar extremamente dependente de combustíveis fósseis "baratos", tem despertado a atenção, entre um alargado grupo de cidadãos, organizações ambientais, académicos e urbanistas, para o problema relacionado com o abastecimento alimentar sustentável às suas cidades (Lang e Miao, 2013).

As cidades norte-americanas apenas têm, em média, um abastecimento alimentar para 3 dias. As tempestades de neve ocorridas em 1998 em Montreal, no Canadá, deveriam chamar a atenção para a importância das reservas alimentares, não apenas na América do Norte mas em todo o planeta. O sistema alimentar é cada vez mais um sistema JIT - "*just-in-time*", o que significa que para muitos alimentos essenciais, apenas existem alguns dias de abastecimento na cidade. As cidades são mais vulneráveis a interrupções de abastecimento resultantes de quebras de produção, de dificuldades de transporte, por exemplo, devido ao clima e às greves de transportes. Assim, a AU deve ser, cada vez mais, encarada como uma possibilidade de fazer face a essas situações de emergência (Toronto Food Policy Council, 1999).

Em Portugal, em 2008, a greve dos transportadores rodoviários de mercadorias causou nalgumas superfícies comerciais a ruptura de stock de certos alimentos. Caso a referida greve se tivesse prolongado por mais tempo as consequências seriam certamente bastante graves, o que realça a dependência dos transportes e dos combustíveis fósseis nas cidades para provisão dos seus alimentos ("*food security*").

Nas últimas décadas, um pouco por todo o mundo, os hipermercados e supermercados, expandiram-se rapidamente para uma série de mercados (Coe e Wringley, 2007 *cit. in* Skordili, 2013). A escala e o âmbito das suas operações deram-lhes um poder sem precedentes. Actualmente, estes actores têm um impacto significativo na vida das pessoas, na sustentabilidade e no desenvolvimento (Skordili, 2013). Numa fase inicial desenvolveram supermercados em bairros com elevadas densidades populacionais e em áreas centrais da cidade. Depois, seguindo o movimento da população para a periferia, construíram-se supermercados e hipermercados em locais com bons

acessos e com facilidade de estacionamento nos subúrbios das cidades.

Recentemente, à luz da crise económica, têm sido desenvolvidos formatos mais pequenos, ao nível do bairro, uma tendência que resulta na maior parte dos países da Europa e na América do Norte. Os bairros, mesmo os mais carenciados, são locais atractivos devido à sua densidade populacional. Actualmente, em vários países há uma preocupação crescente sobre o aumento da concentração de supermercados e hipermercados, com repercussões no comércio tradicional e no sistema agro-alimentar e nos agricultores (Skordili, 2013). O declínio das pequenas mercearias causa uma série de significativos impactos sócio-económicos. Devido à grande frequência com que a população efectua as compras de vegetais e de frutas, as pequenas mercearias actuam também como um elemento aglutinador da vizinhança, um local de encontro e socialização, mantendo as comunidades unidas.

As alterações climáticas, com longos períodos de seca ou demasiadas cheias, concorrem para a instabilidade de muitos sistemas de produção alimentar pouco resilientes, determinando cada vez mais onde se pode e onde não se pode cultivar. Isto torna a agricultura extremamente desafiante, por vezes até impossível, dificultando a obtenção de altos rendimentos das culturas em várias partes do mundo (Despommier, 2011).

De igual forma, vários outros acontecimentos têm surgido, contribuindo para um certo sentimento de desconfiança da população urbana em relação aos alimentos consumidos. Inúmeras doenças tal como a encefalopatia espongiforme bovina, vulgarmente conhecida como doença das "vacas loucas", da gripe das aves e da peste suína contribuíram para um sentimento de desconfiança por parte dos consumidores, relacionado com a segurança alimentar ("*food safety*"). Os últimos acontecimentos que envolveram o aparecimento de carne de cavalo num elevado número de alimentos processados, tais como hambúrgueres, almondegas e carne picada voltaram a aumentar a desconfiança associada à segurança alimentar ("*food safety*").

Para além da preocupação da população urbana com as questões anteriormente referidas, o próprio sistema actual de produção e distribuição alimentar é um sistema extremamente ineficiente que consome bastante energia e tem emissões de carbono bastante elevadas, origina degradação da qualidade do solo, da água e da biodiversidade, utilizando de forma exagerada químicos de síntese, com consequências negativas para a saúde humana.

Para além de Havana (Cuba), já referida no capítulo anterior, são também considerados casos de estudo a cidade de Buffalo no Estado de Nova Iorque, Singapura, Sydney, Shanghai e Berlim, por terem respondido aos desafios da segurança alimentar. Também os "*farmers markets*", uma iniciativa que tem como objectivo aproximar os produtores dos consumidores, reforçam que uma das melhores formas de promover a resiliência urbana é através do fomento da ligação entre a população urbana e os seus sistemas de suporte de vida, podendo a agricultura urbana desempenhar aqui um papel fundamental.

2.3 A CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA URBANA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável é formalmente apresentado pela primeira vez no Relatório Brundtland (1987), p. 46, e define-se como o “*desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras suprirem as suas próprias necessidades*”.

Em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, teve lugar a “Cimeira da Terra”, também conhecida como ECO-92, a primeira conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento que teve como objectivo reconciliar o desenvolvimento económico com a protecção do ambiente. A Agenda 21, documento que surgiu na Cimeira da Terra, constitui um documento orientador dos governos, das organizações internacionais e da sociedade civil, para o desenvolvimento sustentável, visando conciliar a protecção do ambiente com o desenvolvimento económico e a coesão social. A Agenda 21 Local é a expressão local da Agenda 21 e consiste num instrumento de gestão para a sustentabilidade de um local, partindo de um diagnóstico de situação actual, de referência, estabelecendo metas a alcançar nas vertentes da protecção do ambiente, desenvolvimento sócioeconómico e coesão social, desenvolvido por actores locais em parceria com os cidadãos e a sociedade civil (Figura 3) (APA, 2014).

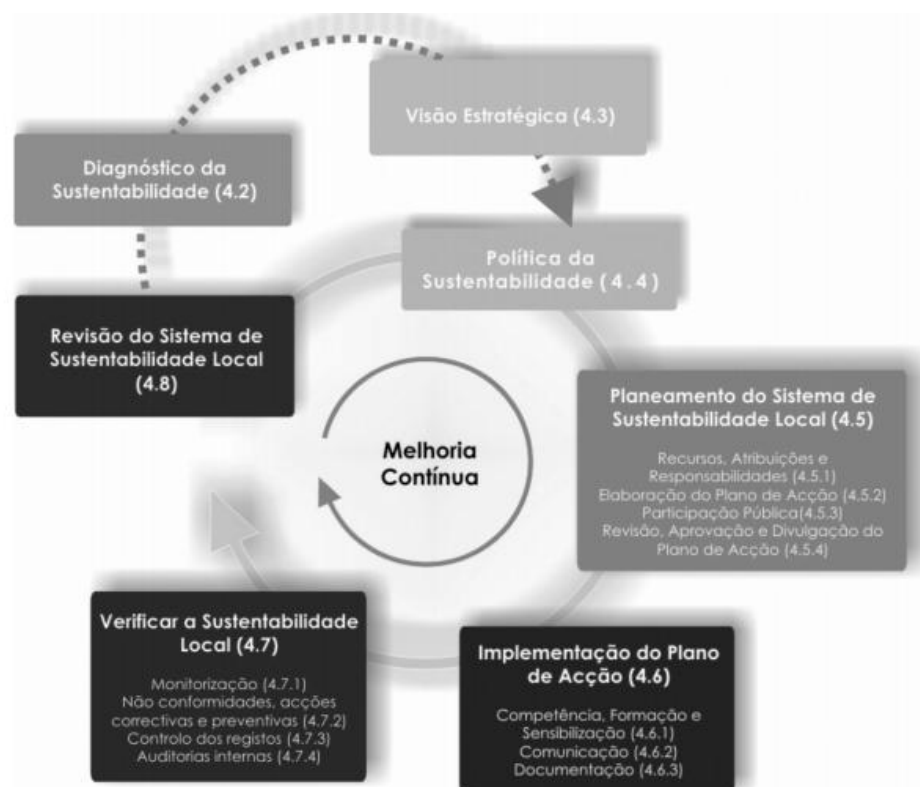


Figura 3 – Requisitos do sistema de sustentabilidade local

(APA, 2007)

Em 1994, na cidade dinamarquesa de Aalborg realizou-se uma conferência europeia para discutir a sustentabilidade de cidades e vilas, originando um documento, a Carta de Aalborg que representa um compromisso político para com os objectivos do desenvolvimento sustentável, podendo destacar-se os seguintes:

- participação da comunidade local e obtenção de consensos;
- economia urbana (conservação do capital natural);
- equidade social;
- correcto ordenamento do território;
- mobilidade urbana;
- clima mundial;
- conservação da natureza.

Em 1996, realizou-se uma segunda Conferência Conferência das Cidades e Vilas Sustentáveis, em Lisboa, tendo sido lançadas as bases para passar à prática a Carta de Aalborg ao ser aprovado o documento “Plano de Acção de Lisboa: da Carta à Acção” que teve como objectivo criar redes de autoridades locais para dinamizar processos de Agenda 21 Local.

A terceira Conferência das Cidades e Vilas Sustentáveis decorreu em Hannover, em 2000, onde foi efectuado o “Apelo de Hannover” para um maior empenhamento dos governos locais, no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável.

Após os três dias da Cimeira do Milénio, de líderes mundiais na sede das Nações Unidas, em 2000, a Assembleia Geral aprovou a Declaração do Milénio, da qual se destacam os objectivos “1 - Erradicar a pobreza extrema e a fome” e “7 - Garantir a sustentabilidade ambiental”.

No ano de 2002, houve a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio +10), em Joanesburgo, onde se reafirmou o desenvolvimento sustentável como o elemento central da agenda internacional e se deu um novo impulso à acção mundial para combater a pobreza, assim como a protecção do ambiente.

A quarta Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis, de novo em Aalborg, em 2004, celebrando os 10 anos da Carta de Aalborg (Aalborg+10), confirmou o papel insubstituível das cidades, regiões, áreas metropolitanas, municípios e autoridades locais na adopção de boas práticas de Desenvolvimento Sustentável e reafirmou a necessidade de incrementar a implementação da Agenda 21 Local.

Em 2006 houve uma Comunicação da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu sobre a Estratégia Temática sobre o Ambiente Urbano. É uma das sete estratégias do Sexto Programa de Acção Ambiental para o Ambiente da União Europeia, desenvolvido com o objectivo de contribuir para uma melhor qualidade de vida através de uma abordagem integrada e centrada nas zonas urbanas e para tornar possível um elevado nível de qualidade de vida e bem-estar social para os cidadãos, proporcionando um ambiente em que níveis da poluição não têm efeitos adversos sobre a saúde humana e o ambiente, assim como, promover o desenvolvimento urbano sustentável.

A quinta Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis realizou-se em Março de 2007,

em Sevilha, na qual estiveram presentes cerca de 1500 representantes dos Governos Locais Europeus, os quais se comprometeram em actuar e implementar os Compromissos de Aalborg, adaptando as suas políticas e acções em prol da sustentabilidade local (Silva, 2007 cit. in APA, 2007).

Ainda em 2007 é aprovada a Carta de Leipzig sobre as cidades europeias sustentáveis. Dos princípios e estratégias da Carta, realça-se, devido à sua relação com a presente tese, a “criação e preservação de espaços públicos de qualidade”, a “prossecação de estratégias para melhorar o ambiente físico” e o “reforço da economia local e da política local de mercado de trabalho”.

No ano de 2012 realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, “Rio+20”, que marcou os 20 anos sobre a “Cimeira da Terra”. Os dois temas principais da Conferência foram a “economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” e a “estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável”.

Em Portugal, a promoção da Agenda 21 Local foi incluída como medida a implementar na proposta de Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Esta consiste num conjunto coordenado de actuações que, partindo da situação actual de Portugal, permitam num horizonte de 10 anos (2005 - 2015) assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social e um elevado e crescente nível de protecção e valorização do ambiente.

Apesar das cidades apenas ocuparem 2% da superfície terrestre, consomem 75% dos seus recursos (Toronto Food Policy Council, 1999). Assim, a sustentabilidade da AU remete não apenas para a preservação dos recursos naturais (como por exemplo, os solos agrícolas, ar, água, biodiversidade florística e faunística) como também para muitas outras facetas do sistema alimentar, tais como práticas agrícolas sustentáveis e segurança alimentar. De acordo com Flores (2007), a sustentabilidade da AU abarca três aspectos, a vertente social, a vertente ecológica e a vertente económica.

Na Figura 4 apresenta-se a sistematização da contribuição da AU para as três dimensões do desenvolvimento sustentável.

A AU promove a sustentabilidade ecológica das cidades ao preservar os recursos naturais, nomeadamente:

- do solo (utiliza os solos para a produção agrícola, em vez de usos urbanos impermeabilizantes);
- do ar (reduz a pegada de carbono, contribui para a melhoria da qualidade do ar, devido aos efeitos da fotossíntese e por não utilizar tantos fertilizantes, evita as emissões de gases com efeito de estufa);
- da biodiversidade (contribui para fomentar a biodiversidade nos meios urbanos, pela introdução de espécies vegetais);
- dos combustíveis fósseis (redução da necessidade de utilizar tantos combustíveis fósseis na produção, no transporte e na distribuição dos alimentos).

A AU é encarada como uma prática sustentável em termos energéticos porque resulta na redução da pegada ecológica dos alimentos⁴, uma vez que, por um lado, incentiva o consumo de produtos sazonais e por outro, dispensa o transporte de bens alimentares de locais mais distantes. A AU pode também ajudar a suprimir as necessidades dos mercados urbanos em produtos frescos com um custo de transporte dos alimentos inferior e com menores emissões de gases com efeito de estufa (GEE). Segundo Ashe e Sonnino (2013), 30% dos gases com efeito de estufa (GEE) emitidos mundialmente são atribuídos ao sistema alimentar e os efeitos nas alterações climáticas podem contribuir para aumentar a fome e a sub-nutrição, especialmente nos países mais pobres.

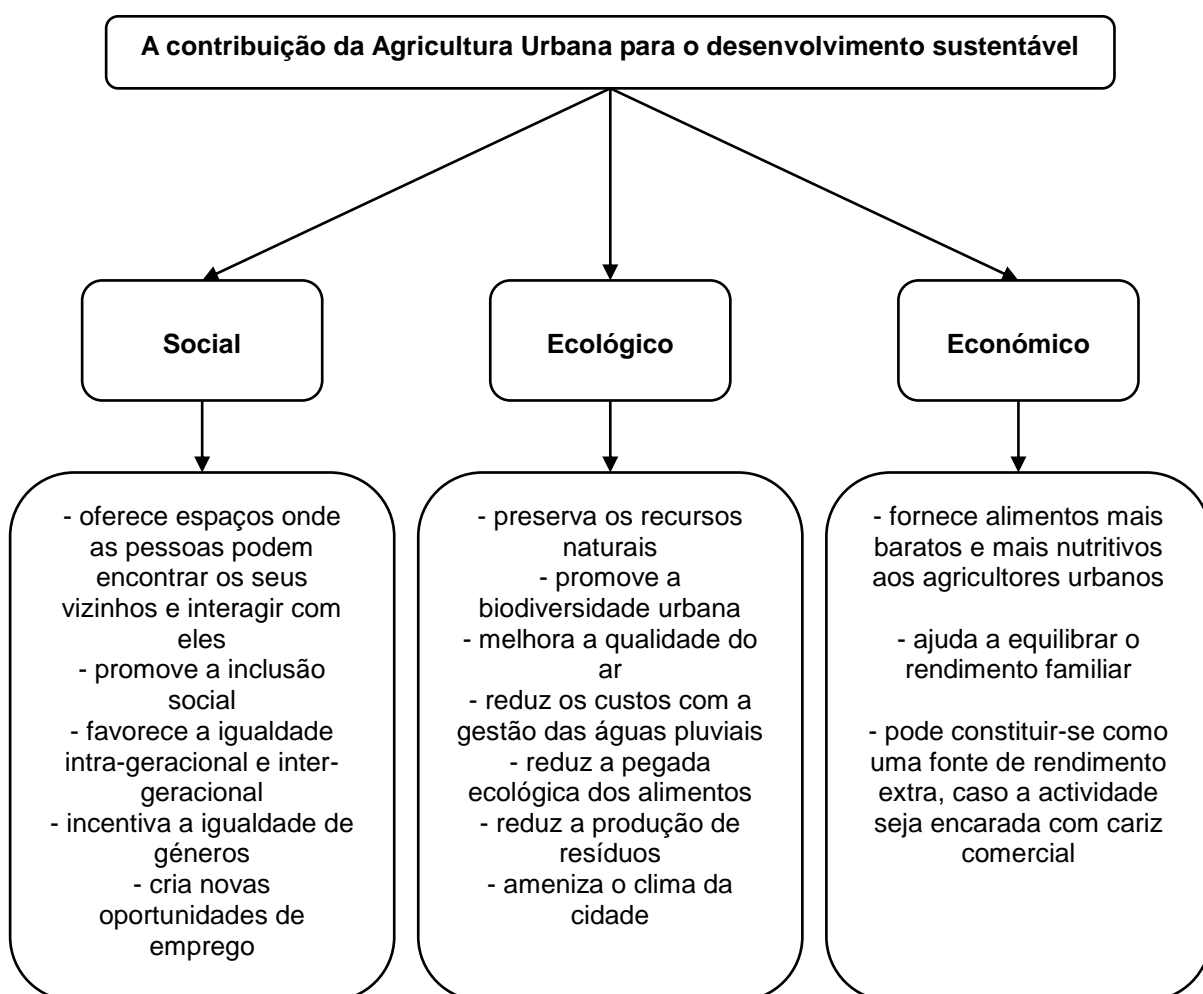


Figura 4 – Contribuição da Agricultura Urbana para o desenvolvimento sustentável

⁴ A pegada ecológica dos alimentos pode ser definida como a utilização de recursos naturais para a produção de alimentos e a capacidade que a natureza tem para fornecê-los. De acordo com Rees *et al.*, 1999 cit. in Cheng *et al.*, 2003, a pegada ecológica dos alimentos é expressa em hectares e representa a área de solo biologicamente produtivo necessário para manter os fluxos de recursos e de resíduos.

Para além de preservar os recursos naturais, contribui igualmente para a sustentabilidade ambiental através da redução da produção de resíduos, devido à capacidade de reutilização, através da compostagem, de grande parte dos resíduos orgânicos urbanos.

As implicações mais amplas de desenvolver um sistema alimentar resiliente para qualquer cidade incluem utilizar mais alimentos produzidos localmente, tornar o sistema alimentar um ciclo fechado, reduzindo os resíduos ao máximo, aumentar os mercados, reduzir o consumo de alimentos processados, reduzindo assim o consumo de combustíveis fósseis (Carey, 2013).

A AU promove a inclusão social de pessoas consideradas socialmente excluídas, como por exemplo os sem-abrigo ou os toxicodependentes. Favorece a criação de empregos, a igualdade entre pessoas com diferentes rendimentos, a igualdade entre géneros e a igualdade entre jovens e pessoas reformadas. Pode igualmente ajudar a equilibrar o rendimento familiar uma vez que não há tanta necessidade de comprar alimentos nos supermercados e pode até mesmo constituir-se como uma fonte de rendimento extra, caso seja encarada como uma actividade com cariz comercial.

A sustentabilidade da AU também pode ser diferenciada em sustentabilidade do espaço urbano agrícola e sustentabilidade da actividade agrícola em si. Em relação ao espaço urbano agrícola, apesar da AU promover a sua sustentabilidade, nem sempre esta está presente originalmente uma vez que têm surgido algumas questões relacionadas com a existência de metais pesados, essencialmente o cádmio, cobre, chumbo e zinco, nos meios urbanos.

Os metais pesados habitualmente presentes nos meios urbanos têm origem, essencialmente, na utilização de veículos motorizados, na deposição de resíduos da construção civil, no aproveitamento de águas residuais e pluviais contaminadas e em fontes domésticas e industriais (Pinto e Ramos, 2008).

Por outro lado, a sustentabilidade da actividade agrícola baseia-se na manutenção das condições agro-ecológicas do solo que incluem a utilização de compostos orgânicos para adubar o solo, técnicas de rotação de culturas, associações de culturas e fomento da biodiversidade.

Um sistema alimentar sustentável dá prioridade à protecção do ambiente, de modo a que o solo, o ar e a água continuem capazes de produzir alimentos no futuro. Para além do ambiente, um sistema alimentar sustentável é também económica e socialmente viável a longo prazo, especialmente para os agricultores urbanos (Toronto Public Health, 2010).

Toronto é uma das cidades pioneiras do movimento do planeamento alimentar urbano, tendo alterado o seu sistema alimentar antigo para um sistema alimentar sustentável, com as características presentes no Quadro 2.

Quadro 2 – Características entre os modelos de sistemas alimentares

(Toronto Public Health, 2010)

Sistema Alimentar Antigo	Sistema Alimentar Novo (Sustentável)
Dá prioridade à produção em massa	Dá prioridade à saúde
A alimentação não é encarada como o negócio das cidades	A alimentação é vista como um veículo estratégico para atingir os objectivos da cidade
As forças de mercado determinam a localização das mercearias e supermercados	Os bairros são planeados com o acesso aos alimentos em “mente”
Os preços dos alimentos estão desligados dos seus benefícios nutricionais	Os preços dos alimentos favorecem escolhas saudáveis
As questões alimentares repartem-se por diferentes departamentos governamentais	As soluções alimentares provêm de parcerias dentro de departamentos governamentais e da sociedade civil

Recentemente, a iniciativa “*Feed the Olympics*” que teve lugar durante os Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, apresentou-se como a primeira iniciativa de apoio à produção e ao consumo de produtos locais, sazonais e orgânicos, através do fornecimento de alimentos sustentáveis, durante os Jogos Olímpicos.

Segundo Morgan (2009), duas lições importantes podem ser tiradas do artigo de Roberta Sonnino sobre os vários movimentos de “planeamento alimentar”. A primeira lição refere-se ao facto de serem movimentos locais. Se, por um lado, isso pode ser encarado como uma potencialidade, por outro lado, é também uma das suas fraquezas uma vez que, em termos de poder político, campanhas localizadas não conseguem ter influência a nível nacional. A segunda lição diz respeito à confusão entre alimentos locais e alimentos sustentáveis. A sustentabilidade não pode ser reduzida apenas, por exemplo, às emissões de carbono, uma vez que também é composta por dimensões sociais e económicas, para além das ambientais. O que significa, por vezes, que os alimentos provenientes do “comércio justo” são mais sustentáveis que os produzidos localmente.

Esta visão remete para o facto dos vários movimentos de “planeamento alimentar” necessitarem de abraçar uma visão cosmopolita do conceito de sustentabilidade, na qual alimentos sazonais produzidos localmente e alimentos globais provenientes do “comércio justo” têm uma importância semelhante. No entanto, há uma maior incerteza associada aos alimentos produzidos em locais mais distantes, face às questões ambientais e sociais, o que faz com que sejam preferidos os alimentos locais.

2.4 A AGRICULTURA URBANA E O PLANEAMENTO URBANO

A agricultura urbana, como já foi referido no ponto 2.1, pode ser definida como “a agricultura praticada no interior (agricultura intra-urbana) ou na periferia (agricultura periurbana) de contextos espaciais que são percebidos como “urbanos”, abrangendo todos os actores, comunidades, actividades, lugares e economias que se concentram sobre a produção de base biológica” (COST, 2013).

Por sua vez, o planeamento urbano (PU) tem por objecto a organização e gestão do espaço territorial ao nível dos aglomerados urbanos, de modo a assegurar a execução do modelo de ordenamento (Costa Lobo *et al*, 1995). O PU é um processo, conduzido pela administração pública, de selecção do melhor caminho de acção para alcançar os objectivos desejados para uma área urbana e para prevenir novos e existentes problemas (Bartone *et al.*, 1994; Smith, 1993; Hodge, 1991 *cit in*. Quon, 1999).

A importância da AU estar presente no PU reside no facto desta ter outra visibilidade, o que promove uma maior segurança para os agricultores urbanos nas questões relacionadas com a propriedade dos terrenos, permite um maior apoio técnico e formativo, melhora as características das hortas urbanas, uma vez que pode contribuir para uma maior proximidade a métodos de produção biológicos, promove o “*continuum naturale*” urbano e coloca à disposição mais parcelas de terreno que anteriormente estavam sem uso para a prática da AU. A AU pode também ajudar os urbanistas a atingir objectivos já referidos no subcapítulo 2.1, no qual se descreve os benefícios da AU, na promoção de um desenvolvimento urbano mais sustentável.

Apesar destes benefícios, a AU encontra-se muitas vezes marginalizada do PU porque é vista como pouco competitiva em relação a outros usos do solo mais lucrativos, carente de importância pelos dirigentes urbanos e continuando a ser uma preocupação muito secundária nos programas de desenvolvimento urbano (Mbiba e Veenhuizen, 2001).

No início do novo milénio o sistema alimentar era famosamente descrito como o “estranho do planeamento” (Pothkuchi e Kaufman, 2000, *cit. in* Morgan, 2013) uma vez que os responsáveis pelo planeamento urbano tiveram em conta todos os aspectos da vida humana, excepto os relacionados com a alimentação. Segundo Morgan (2009), os urbanistas podem justificar esta omissão afirmando que o sistema alimentar é maioritariamente uma questão rural e, por isso, fora do âmbito da agenda do planeamento urbano. Mas há dois motivos pelos quais este argumento falha. Primeiro, o carácter multifuncional do sistema alimentar significa que este tem um profundo efeito numa série de outras questões incluindo a saúde pública, a justiça social, a energia, a água, o solo, os transportes e o desenvolvimento económico, sectores nos quais os urbanistas têm um interesse legítimo. Segundo, a noção de que a produção alimentar é uma actividade exclusivamente rural falha ao analisar a importância da agricultura urbana.

No livro *Hungry City*, Carolyn Steel conclui que os urbanistas falharam ao não conseguir ver o potencial do planeamento alimentar, uma vez que o sistema alimentar é demasiado grande e complexo para conseguir ser visto, isto é, encontra-se em todo lado e, no entanto, é visto como um dado adquirido nos países desenvolvidos, tornando-se “invisível”, ou seja, é demasiado complexo o que torna difícil perceber de onde vêm e para onde vão os produtos alimentares. No entanto, visto

lateralmente, o sistema alimentar emerge como um fenómeno capaz de transformar não apenas paisagens mas também estruturas políticas, espaços públicos, relações sociais, cidades (Steel, 2008 cit. in Morgan, 2009).

Actualmente, os urbanistas estão a começar a desempenhar um papel cada vez mais importante no desenvolvimento de um sistema alimentar sustentável que consiga alcançar objectivos relacionados com a saúde pública, integridade ecológica e justiça social. Segundo Perrin (2013), após terem sido encaradas como adversárias durante bastante tempo, a agricultura e a cidade têm vindo a ter reconhecimento por parte dos investigadores e urbanistas devido ao múltiplo papel desempenhado pela AU.

Morgan (2013) argumenta que a política de planeamento urbano e o controlo do mercado de solos, por si só, são insuficientes para preservar os solos agrícolas situados nos perímetros urbanos, se os regulamentos não estiverem integrados numa estratégia global que relacione o planeamento urbano com a agricultura e com o sistema alimentar e que reconheça o carácter multifuncional da AU, isto é, as suas funções produtivas, culturais e ecológicas. Assim, de modo a ser possível influenciar todo o sistema alimentar da cidade, é primeiro necessário entender como opera o sistema alimentar urbano, isto é, como é que os seus diferentes elementos se inter-relacionam.

Segundo Graeme Lang e Bo Miao (2009) cit. in Morgan (2013), a segurança alimentar relacionada com o abastecimento (“food security”) pode fornecer um novo argumento para a conservação da área agrícola à volta das cidades, nomeadamente as áreas periurbanas que, em muitas cidades, foram bastante sacrificadas por usos mais lucrativos do solo.

Numa grande parte da Europa, inclusivé em Portugal, após uma gradual descentralização, o planeamento do uso do solo foi transferido para os municípios. Segundo Perrin (2013), este nível municipal de ordenamento do território tem sido alvo de críticas em França e em Itália devido ao facto de se considerar que as autoridades locais estão sujeitas a pressões por parte dos proprietários dos terrenos e dos promotores que especulam sobre a conversão dos solos agrícolas em solos urbanos. Outra das críticas relaciona-se com o facto da agricultura e do abastecimento alimentar ser suportado por políticas regionais e nacionais enquanto o planeamento do uso do solo é municipal, excluindo muitas vezes a integração com as escalas regionais e nacionais.

Segundo Skordili (2013), o planeamento alimentar urbano pode ajudar a minimizar os efeitos da crise, fazendo com que a alimentação se torne politicamente visível e fazendo as ligações entre dieta, saúde e bem-estar, conexões que se apresentam como vitais para os seres humanos, de modo a que consigam estabelecer uma harmonia entre sociedade e natureza.

Bryant e Granjon (2007) cit. in Perrin (2013), assim como Caraher *et al.*, (2013) no seu artigo sobre o desenvolvimento de políticas alimentares na Austrália, realçam a importância de um diálogo inclusivo e aberto com todos os actores que têm interesse e influência na produção agrícola e noutras funções dos espaços agrícolas, incluindo agricultores, cooperativas, câmaras municipais e respectivos departamentos de planeamento e ainda grupos ambientais. O crescente envolvimento de todas as partes interessadas pode contribuir para uma maior consideração das múltiplas funções das

áreas agrícolas no planeamento do uso do solo.

Yokohari *et al.* (2012) defende a reintrodução de espaços verdes tanto no interior como à volta das cidades. Nestas zonas de uso do solo misto os residentes das cidades podem produzir os seus próprios alimentos locais, elaborando as suas “agro-biografias” em resposta à globalização da agricultura.

Nos últimos anos observou-se um crescente reconhecimento da importância do sistema alimentar no planeamento urbano e têm surgido iniciativas extraordinárias por parte de alguns municípios para colocar as políticas e estratégias relacionadas com os alimentos no topo das suas agendas, como é o caso de Bristol (Reino Unido), Toronto (Canadá) e Belo Horizonte (Brasil). O principal objectivo é trabalhar no sentido de alcançar uma transição para economias de baixo carbono que consigam suportar as cidades e a vida urbana (Lang e Miao, 2013).

As cidades que estarão melhor preparadas para esta transição e que têm os melhores recursos e competências para o fazer serão certamente cidades que ainda mantêm a agricultura urbana e periurbana, que estão menos dependentes do mercado externo e que têm as maiores concentrações de conhecimentos e de bens e serviços. Por outro lado, as cidades mais vulneráveis são aquelas que estão extremamente dependentes do mercado externo e, especialmente, aquelas onde as áreas agrícolas urbanas e periurbanas foram substituídas por usos mais lucrativos do solo, perdendo a sua capacidade agrícola.

É importante mencionar o "Bristol Food Plan" desenvolvido pelo Bristol City Council como um bom exemplo de uma estratégia que integra o sistema alimentar no planeamento urbano. É uma estratégia que permitiu identificar onde são produzidos os alimentos que abastecem a cidade de Bristol, quais são as forças e as vulnerabilidades do seu sistema alimentar, quais são as áreas da cidade e quais os grupos de residentes mais afectados pelas vulnerabilidades do seu sistema alimentar, qual o papel dos políticos locais e dos “stakeholders” no sistema alimentar e quais são as áreas prioritárias que necessitam de uma abordagem de modo a contribuir para a resiliência do sistema alimentar.

O “Bristol Food Plan” contribui para um sistema alimentar sustentável, pois promove a produção e o consumo de alimentos locais, menos dependentes de transportes, consequentemente mais económicos e mais frescos. Engloba questões relacionadas com o ambiente, o emprego, a economia local, a educação, a saúde, alterações climáticas, justiça social e inclusão. Ao mesmo tempo tenta incrementar as habilidades culinárias da população, promovendo hábitos saudáveis de alimentação, recorrendo aos produtos locais e sazonais, associando igualmente a diversidade cultural à respectiva diversidade de dietas alimentares, promovendo a sua integração (Figura 5). É um plano que tenta reduzir ao mínimo os resíduos alimentares produzidos, promovendo a compostagem e que inclui o levantamento cartográfico de áreas no interior ou na envolvente da cidade, nas quais será possível cultivar produtos agrícolas, promovendo ao mesmo tempo a protecção desses terrenos (Carey, 2013).



Figura 5 – As 9 questões abordadas no Bristol Food Plan

(<http://bristolfoodpolicycouncil.org/>)

Bristol tem vindo a atrair recentemente bastante atenção devido, não só ao “Bristol Food Plan”, anteriormente referido mas também devido ao facto de ter sido a primeira cidade do Reino Unido a criar um Conselho sobre Política Alimentar e a produzir uma auditoria sobre alimentos, designada “Who Feeds Bristol?” (Carey, 2011 cit in. Morgan, 2013).

Os principais desafios identificados no relatório “Who Feeds Bristol” foram a importância da coordenação, de modo a existir um enquadramento constante das acções a serem seguidas e não um produto acabado, o desenvolvimento das relações de colaboração entre os vários actores envolvidos e o suporte às ideias inovadoras, e por último, o envolvimento dos urbanistas no sistema alimentar de Bristol (Carey, 2013).

Toronto, uma das cidades pioneiras do movimento do planeamento alimentar urbano (juntamente com San Francisco), aplicou ambiciosas estratégias alimentares sustentáveis (Skordili, 2013).

A estratégia de desenvolvimento da AU na cidade de Toronto passa por um conjunto de sub-estratégias:

- preservar os solos destinados à agricultura no interior da cidade;
- criar um programa de incentivo à AU;
- criar um programa de desenvolvimento da AU nas coberturas de vários edifícios da cidade;
- interligar os produtores e os consumidores;
- remediar os chamados “brownfields” - solos onde se encontram indústrias abandonadas;
- incorporar a AU no desenho urbano;
- promover a compostagem;
- incluir a AU de Toronto no comércio internacional de carbono;

- criar uma comissão de AU formada por uma multiplicidade de actores com interesse na mesma, desde cidadãos a cooperativas, consumidores, governantes e grupos ambientais.

A “Toronto Food Strategy”, uma proposta inicial apresentada em 2008, chamou a atenção para algumas tendências preocupantes na cidade de Toronto tais como a falta de segurança económica dos produtores locais, a invasão de terrenos agrícolas por empreendimentos habitacionais e turísticos, grandes níveis de desperdícios alimentares, a presença de claros desequilíbrios ao longo da cidade no acesso a alimentos saudáveis, taxas crescentes de obesidade e de doenças crónicas tais como a diabetes, reduzida segurança alimentar (food security) e ameaças ambientais relacionadas com a produção alimentar, nomeadamente, as associadas às alterações climáticas.

O principal objectivo do “Toronto Food Policy Council” é fazer de Toronto uma cidade exemplar a nível mundial, quer em termos de segurança alimentar (“food security”) quer em termos de desenvolvimento sustentável. O relatório apresentado em 2010 pela equipa da “Toronto Food Strategy” remetia para seis direcções que o renovado sistema alimentar deveria tomar:

- criar bairros “amigos dos alimentos”;
- fazer dos alimentos o centro da nova economia verde;
- eliminar a fome;
- dar poder aos residentes e habilitá-los com práticas e com informação pertinente sobre a alimentação;
- conectar a cidade e o campo através dos alimentos;
- desenvolver o sistema alimentar numa óptica de governança urbana.

Um das principais ideias desenvolvidas na “Toronto Food Strategy” foi a noção de “alimentação em todas as políticas”, isto é, a alimentação é uma questão que deverá ser transversal a todas as políticas, não se devendo encarar a alimentação como um objectivo mas sim como um meio para alcançar uma cidade mais saudável, com uma melhor qualidade de vida para a sua população, com uma maior produtividade, uma maior capacidade de aprendizagem, um ambiente mais sustentável e contribuindo para a segurança alimentar, a redução da pobreza e a inclusão social (Adaptado de Mah e Thang, 2013). Segundo Peter Dorfman (2011) cit. in Mah e Thang (2013), a maior parte do trabalho associado à elaboração da estratégia alimentar para Toronto passou pela criação de redes e de alianças entre os principais actores interessados, muitos dos quais não esperavam trabalhar directamente com os responsáveis pela saúde pública, de uma forma tão informal mas ao mesmo tempo tão enriquecedora. Esta estratégia permitiu, por outro lado, chamar a atenção para os diversos instrumentos das políticas municipais, instrumentos que acabam por lidar com a alimentação, tornando-a visível e ilustrando o seu carácter multifuncional.

Analisando a “Toronto Food Strategy” conclui-se que os desafios das estratégias alimentares urbanas residem em grande parte na governança urbana. O referido documento remete para outro, o “Feeding the City from the Back 40: A Commercial Food Production Plan for the City of Toronto” que analisa as questões relacionadas com a agricultura urbana. Este documento realça a importância de

se realizar uma análise de custos / benefícios não só económica mas também social e ambiental da agricultura urbana.

Segundo Domene e Saurí (2007), a AU também fornece uma oportunidade para examinar o papel das políticas públicas na gestão do crescimento urbano e as contradições que pontuam este processo.

Muitas situações vantajosas para todos vão sendo descobertas quando os urbanistas procuram desenvolver soluções atraentes para o uso do solo e satisfazer as muitas procuras que se dão sobre os escassos espaços de terra nas cidades e nos seus arredores. Muitas dessas combinações podem ter como base a AU, por exemplo (Deelstra, Boyd e Biggelaar, 2001):

- agricultura combinada com instalações educativas e creches;
- cultivo de gramíneas para ração combinado com recreação e tratamento de águas residuais;
- aquacultura combinada com armazenamento de água e recreação;
- processamento de produtos agrícolas, agregando-lhes valor, como a produção de queijos, geléias, cosméticos, combinado com recreação e turismo;
- silvicultura urbana, que oferece benefícios para a saúde e o microclima, combinada com cultivos energéticos (lenha) e recreação.

Apesar dos referidos benefícios, a AU é amplamente negligenciada nas políticas europeias e mesmo na PAC e não é institucionalizada ao nível da administração na União Europeia nem nos Estados Unidos da América. Os discursos contra a AU seguem em parte a percepção social e institucional comum de que a natureza deve estar separada da sociedade (Domene e Saurí, 2007). Isto deve-se essencialmente ao facto do nome “Agricultura” ser associado automaticamente a “Desenvolvimento rural” mas uma vez que é “Urbana” não beneficia dos subsídios atribuídos ao desenvolvimento rural. Também a sua reduzida dimensão contribui para a sua negligência.

No entanto há determinadas cidades onde acontece o oposto, como é o caso de Belo Horizonte, no Brasil, onde a produção agrícola é reconhecida como um uso do solo legítimo, sendo promovida pela política de agricultura urbana do governo municipal que a vê como um contributo para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade (FAO, 2014).

Também em Vancouver, cidade no Canadá com um longo historial de desenvolvimento sustentável, há uma série de projectos habitacionais que incluem de origem a AU no seu planeamento, nomeadamente, uma área conhecida como “*East Fraserlands*” que propôs a inclusão de hortas comunitárias em telhados e um mercado de produtos, ou o caso de um novo conjunto habitacional com 180 unidades residenciais que construiu recentemente 60 hortas em telhados para uso dos moradores (Mendes, 2014).

A AU, traduzida em hortas urbanas promovidas pelas autarquias, pode também constituir-se como um equipamento comunitário que privilegia a interacção social e a qualidade ambiental da cidade. É necessário repensar o papel destas infra-estruturas como elementos de inovação urbana, com a possibilidade de conferir sentido e oportunidade a áreas negligenciadas e de difícil manutenção

(Ensaio Linear, 2009).

Uma maneira de incluir a agricultura urbana no planeamento do uso do solo é incorporando-a nos planos de zonamento. No Plano Urbano Geral e de Uso do Solo para a cidade de Havana, lançado em Dezembro de 2000, pela primeira vez a agricultura urbana foi explicitamente mencionada e zonificada como “corredor agrícola” ao redor da área urbanizada de Havana (Abinader, 2014).

A FAO e o RUAF organizaram conjuntamente uma conferência virtual sobre “Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) na Agenda Política” em 2000, sendo uma das principais conclusões o facto da AU necessitar de ser uma actividade mais oficial ou formalizada para ser integrada nos processos de planeamento urbano. A criação de associações de agricultores urbanos pode ser um passo importante, até para o processo participativo do planeamento urbano.

A crescente procura de espaços para esta utilização poderia constituir um meio eficaz de afectar solos produtivos à sua natural finalidade, contribuindo, por um lado, e na perspectiva institucional, para o controlo de usos clandestinos do solo e concretização imediata de parte da estrutura verde urbana e, por outro lado e na perspectiva das populações, para a diminuição do carácter de precariedade por vezes associado ao processo (Castel' Branco, Saraiva e Neto, 1985).

Recentemente, Katrin Bohn e André Viljoen propuseram uma estratégia coerente para a introdução de paisagens produtivas interligadas no interior das cidades, designada por “*Continuous Productive Urban Landscape*” (CPUL). O objectivo desta abordagem é promover corredores verdes, contendo ciclovias e caminhos pedonais, e onde a agricultura urbana se vai desenvolvendo ao longo da cidade (Figura 6).



Figura 6 – O conceito de CPUL

(Viljoen e Bohn, 2014, p. 150)

Em síntese, a agricultura urbana deve estar presente no planeamento urbano de modo a ter outra visibilidade, promovendo uma maior segurança aos agricultores urbanos nas questões relacionadas com a propriedade dos terrenos, no maior apoio técnico e formativo, através da melhoria das características das hortas urbanas contribuindo para uma aproximação a métodos de produção biológicos, da promoção do “*continuum naturale*” urbano e da colocação à disposição de mais parcelas de terreno que anteriormente estavam sem qualquer uso para a prática de agricultura urbana.

O sistema alimentar deverá ser encarado pelos urbanistas, não como um fim, como um objectivo, mas antes como um meio para alcançar uma cidade mais saudável, com uma melhor qualidade de vida para a sua população, com maior capacidade de aprendizagem, com um ambiente mais sustentável e contribuindo para a segurança alimentar, a redução da pobreza e a inclusão social.

Assim, e partindo dos modelos presentes em Bristol, Toronto, Belo Horizonte e Vancouver, a agricultura urbana poderá ser integrada no planeamento urbano através:

- do argumento da importância da segurança alimentar (“food security”);
- da importância de um diálogo inclusivo e aberto com todos os actores que têm interesse e influência na produção agrícola;
- da criação de uma associação de agricultores urbanos, fomentando o processo participativo;
- da reintrodução de espaços verdes aliados à AU como resposta à globalização da agricultura;
- da concretização da estrutura verde;
- da necessidade da AU ser uma actividade mais oficial ou formalizada para poder ser integrada nos processos de planeamento urbano;
- do reconhecimento da AU como um uso do solo legítimo, promovido pela política de AU.

3. A AGRICULTURA URBANA NO PLANEAMENTO E GESTÃO LOCAL

Em Portugal o processo de urbanização iniciou-se nos anos 40, com a intensificação dos movimentos migratórios em direcção à cidade. Na década de 70, com o retorno de muitos emigrantes, soldados e residentes nas ex-colónias, deu-se a explosão da pequena agricultura de complemento na periferia de Lisboa, constituída essencialmente por explorações com carácter bastante instável, devido à pressão da expansão das actividades urbanas no território. A manutenção de uma agricultura ainda estável só se fazia sentir para além dos concelhos peri-urbanos, onde residiam as novas gerações de filiação agrícola local (caso de Sintra).

Em 1985, segundo Castel' Branco, Saraiva e Neto (1985), a exploração agrícola dos concelhos peri-urbanos, onde era maior a oportunidade de emprego nos sectores secundário e terciário para as gerações mais novas, era normalmente dirigida por produtores mais velhos (casos de Cascais, Oeiras, Loures e Vila Franca de Xira) que tiravam da exploração agrícola os proveitos complementares aos seus rendimentos (pensões, rendas, reformas) mas que de facto aí trabalhavam a tempo inteiro, sem exercício de outra actividade. Os agricultores urbanos eram maioritariamente pessoas reformadas e, geralmente, com antepassados agrícolas ou rurais. Em alguns casos, os hábitos agrícolas mantiveram-se e a agricultura urbana era encarada, maioritariamente, como uma actividade recreativa ou pedagógica.

Geralmente os terrenos começaram por ser ocupados por habitantes das zonas vizinhas e, consoante os casos, eram ou não posteriormente legalizados pela Câmara Municipal, mediante um arrendamento a título precário, de duração anual. Os terrenos ocupados eram em geral baldios, expectantes para urbanização, construção de equipamentos ou zonas verdes, sendo muitas vezes mantidos em estado de abandono aparente, ou usados como lixeiras, enquanto o seu valor, no mercado, não atingia as expectativas dos proprietários (Castel' Branco, Saraiva e Neto, 1985).

De acordo com Castel' Branco, Saraiva e Neto (1985), como características genéricas do fenómeno pode dizer que se tratava de uma actividade de tipo familiar, diversificada mas de tecnologia elementar, predominantemente de regadio e em que a precariedade da situação e a reduzida dimensão não eram de molde a incentivar quaisquer investimentos.

Este tipo de agricultura foi nascendo do imprevisto, da necessidade de complementar os rendimentos com outro meio de subsistência e da vontade de ocupar o tempo mas, actualmente, começa a ser encarada pelas autarquias como forma de intervenção ao nível da sustentabilidade, ao possibilitar a proliferação dos espaços verdes, a renovação da paisagem urbana e ao reduzir as emissões do sector dos transportes, entre outros benefícios já referidos no subcapítulo 2.1. Estes espaços constituem também locais de formação de crianças e jovens que começam desde cedo a valorizar a produção nacional e a desenvolver uma consciência ambiental. Já nos anos 80, o arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, acérrimo defensor da prática da agricultura urbana, defendia a importância da mesma como fundamental na redução da dependência alimentar do

exterior, apontando alguns exemplos dos países do Norte da Europa (Câmaras Verdes, 2014 e Câmara Municipal do Funchal, 2014).

No entanto, segundo Cancela (2014), p. 12, *“são ainda poucos os processos de planeamento urbano, nas últimas décadas, em Portugal que evidenciam e inserem no seu quadro propositório utilizações agrícolas em solo urbano, mas sente-se que este processo também dá sinais de mudança”*.

A Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014) define solo urbano como *“o que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afecto em plano territorial à urbanização ou à edificação”* e o Decreto – Regulamentar n.º 15/2015, refere que *“a classificação do solo como urbano visa a sustentabilidade e a valorização das áreas urbanas, no respeito pelos imperativos de economia do solo e dos demais recursos territoriais”*, compreendendo *“o solo total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afecto em plano intermunicipal ou municipal à urbanização e à edificação e os solos urbanos afectos à estrutura ecológica necessários ao equilíbrio do sistema urbano”*. A classificação do solo como urbano observa, cumulativamente, um conjunto de critérios dos quais se destaca, pela sua relação com a AU, *“d) Garantia de acesso da população residente aos equipamentos de utilização colectiva que satisfaçam as suas necessidades colectivas fundamentais; e) Necessidade de garantir a coerência dos aglomerados urbanos existentes e a contenção da fragmentação territorial.”*

A AU, a nível nacional, não se encontra referida em nenhum IGT, excepto no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), aprovado pela Lei n.º 58/2007 que diz que: *“Nas áreas urbanas ou periurbanas a percentagem de população ligada à agricultura é muito reduzida, a economia é diversificada, existem várias outras oportunidades de emprego, o solo rural é fortemente disputado para usos urbanos e frequentemente fragmentado pela implantação de infra-estruturas, os mercados e os residentes urbanos estão próximos. Esta conjugação densa e complexa de circunstâncias tem implicações contraditórias para a agricultura, pois ao mesmo tempo que determina uma grande pressão sobre os seus recursos e aumenta os respectivos custos (reais e de oportunidade), acresce a sua valia ecológica e as suas oportunidades económicas. Quando as condições naturais e culturais favorecem uma agricultura economicamente viável e diversificada, como acontece, por exemplo, em parte do Oeste e da Península de Setúbal e as opções de ordenamento do território lhe são também propícias, podem desenvolver-se modelos de agricultura multifuncional que incorporem os serviços rurais, dirigidos em particular aos residentes mais próximos. Se essas condições não forem tão favoráveis ou o espaço periurbano estiver desordenado e fragmentado, condições estas dominantes na maior parte das aglomerações urbanas nacionais, o papel da agricultura será intersticial e residual mas poderá desempenhar, desde que devidamente apoiado, um papel relevante nos domínios ecológico e do ordenamento do território.”*

Em Portugal existe uma variedade de tipologias de agricultura urbana que vai desde as hortas municipais, geralmente promovidas pelas comunidades intermunicipais, câmaras municipais ou juntas de freguesia, até às hortas promovidas por associações, passando por hortas pedagógicas,

geralmente localizadas em parques urbanos ou escolas e hortas de cariz social e também comunitário, pertencentes geralmente a instituições.

Para além da AU regulamentada existe em Portugal AU não regulamentada, sendo-lhe atribuída uma série de definições, tais como (Cabannes e Raposo, 2013):

- ocupação clandestina: é uma terminologia considerada simplista e mais utilizada pelos meios de comunicação social;

- ocupação informal: remete geralmente para formas populares de ocupação e gestão de espaços (Cancela, 2010 *cit in*. Cabannes e Raposo, 2013), destacando a ausência de normas oficiais mas que não realça o valor e a importância destes espaços;

- ilegal: termo geralmente utilizado no planeamento urbano. No planeamento urbano, para serem considerados legais, os edifícios têm que cumprir leis e instrumentos de planeamento urbano. No entanto, no caso da AU, esta prática não representa qualquer acto que vá contra a legalidade ou que seja proibido por um decreto específico.

Segundo Cabannes e Raposo (2013), a AU não regulamentada, termo utilizado nesta dissertação, é uma prática tolerada pelas autoridades locais e que está muitas vezes associada à industrialização tardia, à persistência do rural e das práticas agrícolas na cidade e a um processo de urbanização lento, sendo os espaços vazios e os “não-espaços” preenchidos e transformados em “espaços de estar”, de produção, de subsistência, de inclusão social, de lazer e de sociabilidade.

De acordo com Zallé (1999), Arruda (2006), Resende e Cleps Jr. (2006), Farfán *et al.* (2008), Siqueira (2009) *cit in*. Castelo Branco e Alcântara (2011), as hortas cultivadas em áreas urbanas, sem inscrição numa categoria de espaço específico do PDM, trazem consigo alguns aspectos negativos para os agricultores urbanos, tais como:

- dependem da vontade política momentânea dos governantes no caso onde há subsídios governamentais envolvidos;

- sofrem pressões provenientes da expansão urbana desordenada dos municípios, o que afecta a área disponível para cultivo;

- têm dificuldades para a formação de parcerias, o que dificulta o acesso a recursos financeiros para despesas e/ou investimento;

- têm dificuldades para criar incentivos para a realização de investimentos por parte dos horticultores urbanos. Isto porque como esta ocupação não é permanente, os horticultores têm medo de ser desalojados a qualquer instante.

Outro aspecto negativo relacionado com a ausência de inscrição da AU numa categoria de espaço específico do PDM é que pode dificultar, em alguns casos, a construção de um conceito de produção conservacionista e sustentável. Isto é, a falta de vínculo com a terra, somada muitas vezes com a necessidade de satisfação de necessidades imediatas (alimentos e salário), pode levar à exaustão da capacidade produtiva do solo e à falta de cuidado com outros aspectos relacionados

com o ambiente, com o conseqüente abandono da actividade naquela área, devido à sua degradação (Alcântara, 2007; Monteiro & Mendonça, 2007 cit in. Castelo Branco e Alcântara, 2011).

Os agricultores urbanos de hortas não inscritas numa categoria de espaço específico do PDM não têm nenhuma certeza relativamente ao direito ao uso desses espaços e a sua actividade pode ser terminada a qualquer momento devido a uma decisão política, à construção de infra-estruturas ou por novos projectos de desenvolvimento. O estatuto do terreno determina o grau de precariedade, com implicações nas técnicas de cultivo aplicadas, no entanto, nem isso faz esmorecer a forte dedicação dos seus ocupantes (Cabannes e Raposo, 2013).

De acordo com Luiz e Jorge (2011), à semelhança do que acontece com o espaço habitacional, a leitura do espaço das hortas apoia-se somente numa visão jurídica, que o encara como não legal, eliminando as diferenças e especificidades sociais, económicas, culturais e ambientais e prevalecendo a semântica do “formal versus informal”, “legal versus ilegal”, “espontâneo e clandestino”. Conseqüentemente, assiste-se à despolitização do tema, limitado a uma questão administrativa, onde o processo participativo e deliberativo entre o cidadão, a administração e o poder local, não tem lugar. Os espaços produzidos são tratados de forma sectorial e segmentada, seguindo-se as tipologias e formas de ocupação e uso do solo pré-estabelecidas, enquadradas por exemplo no regime jurídico das áreas urbanas de génese ilegal (AUGI), no plano de intervenção em espaço rural (PER) ou nos espaços verdes públicos, e tornando invisíveis os possíveis processos de reconversão e de direito de propriedade, através do usucapião, bem como as práticas de hortas ou outras, significantes para quem as pratica e se dedica.

A nível nacional, o Portal da Agricultura Urbana e Periurbana (PORTAU) apresenta-se como uma iniciativa da Rede Portuguesa de Agricultura Urbana e Periurbana (RAU), um agrupamento de instituições que, organizadas em rede, promove o debate e a troca de experiências em torno do desenvolvimento sustentável da agricultura urbana e periurbana. Trata-se de uma plataforma aberta e inclusiva que pretende, sobretudo, colocar em contacto experiências institucionalizadas de agricultura urbana e, desta forma, contribuir para a melhoria do ambiente urbano e da qualidade de vida nas cidades em Portugal. Por outro lado, a agricultura urbana espontânea não institucionalizada, nas suas diversas formas, tem igualmente no PORTAU um espaço de discussão. A RAU é uma organização informal, aberta, inclusiva, de carácter horizontal, que agrega actores de diferentes níveis e de natureza diversa, como organizações da sociedade civil, autarquias, instituições de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e grupos de agricultores urbanos, entre outros actores (PORTAU, 2014).

O PORTAU é uma plataforma de informação e comunicação que tem como objectivos:

- divulgar fenómenos de agricultura urbana e periurbana de Portugal, não excluindo, contudo, experiências de outros países e regiões;
- colocar em contacto diferentes experiências e actores, possibilitando o estreitamento de relações de trabalho, a criação de parcerias e a potenciação de sinergias;

- sistematizar e facilitar o acesso a informação actualizada e credível, que, salvo raras excepções, se encontra dispersa e pouco organizada;

- contribuir para o debate em torno de aspectos conceptuais e práticos, atribuindo maior visibilidade a boas práticas;

- possibilitar a ponte com actores, redes e plataformas que operem ao nível nacional, regional e global;

- apoiar processos de tomada de decisão e formulação de políticas sectoriais;

- apoiar o desenvolvimento de actividades de “lobbying” e “advocacy” em torno dos aspectos relacionados com agricultura urbana e periurbana, numa perspectiva de promoção da sustentabilidade dos espaços urbanos.

Após análise das várias experiências divulgadas na página do PORTAU, relativas a 25 municípios, é visível o dinamismo existente nas cidades em Portugal em matéria de AU, os diferentes pontos de vista e de abordagem e o diverso panorama de instituições envolvidas.

3.1 EXEMPLO DE MODELOS DE GESTÃO DE AGRICULTURA URBANA

No presente sub-capítulo abordam-se os modelos de gestão territorial da AU nos concelhos do Porto e Lisboa. A comparação entre estes modelos, diferentes entre si, foi utilizada com o intuito de enriquecer as possíveis perspectivas de articular a AU com o PU, auxiliando as recomendações propostas para o concelho do Porto.

Tanto o concelho do Porto, como o de Lisboa, têm a área do seu município classificada na sua totalidade como solo urbano, referente a terrenos urbanizados e à estrutura ecológica municipal, como tal, considera-se pertinente analisar as possíveis diferenças que ambos os municípios apresentam na abordagem da AU.

3.1.1 MUNICÍPIO DO PORTO

No regulamento do PDM do Porto, actualmente em fase de revisão, não existe nenhuma referência ao termo “Agricultura Urbana” ou “hortas urbanas”, não contemplando uma sub-categoria de espaços própria, entendendo-se que, pelo seu carácter multifuncional, é uma actividade transversal a várias sub-categorias e a vários usos do solo. No entanto, pode ser considerada como preponderantemente incluída na categoria “Solo afecto à estrutura ecológica” e, por sua vez, nas sub-categorias “sistema de espaços colectivos” e “estrutura verde urbana”, sendo considerados elementos estruturantes da cidade, contribuindo para o seu equilíbrio e plena fruição da oferta urbana por parte da população (Figuras 7 e 8).

Segundo o relatório do PDM, “*o reforço de coesão entre o sistema de espaços colectivos permite garantir continuidades, reforçando relações entre espaços, equipamentos, vias, e monumentos, criando, ainda, novas entidades urbanas. A concretização progressiva deste sistema de espaços*

abertos e filamentos, potencia novas formas de usufruir a cidade, na medida em que cria percursos alternativos, diversificados, seguros e confortáveis. Esta proposta constituiu uma referência para o desenho do espaço público, cuja beneficiação não deverá ser pontual e ensimesmada, mas ter em consideração as relações entre os diversos componentes com uma estrutura de contiguidade, o que certamente contribuirá para uma melhor leitura e usufruto da cidade.”

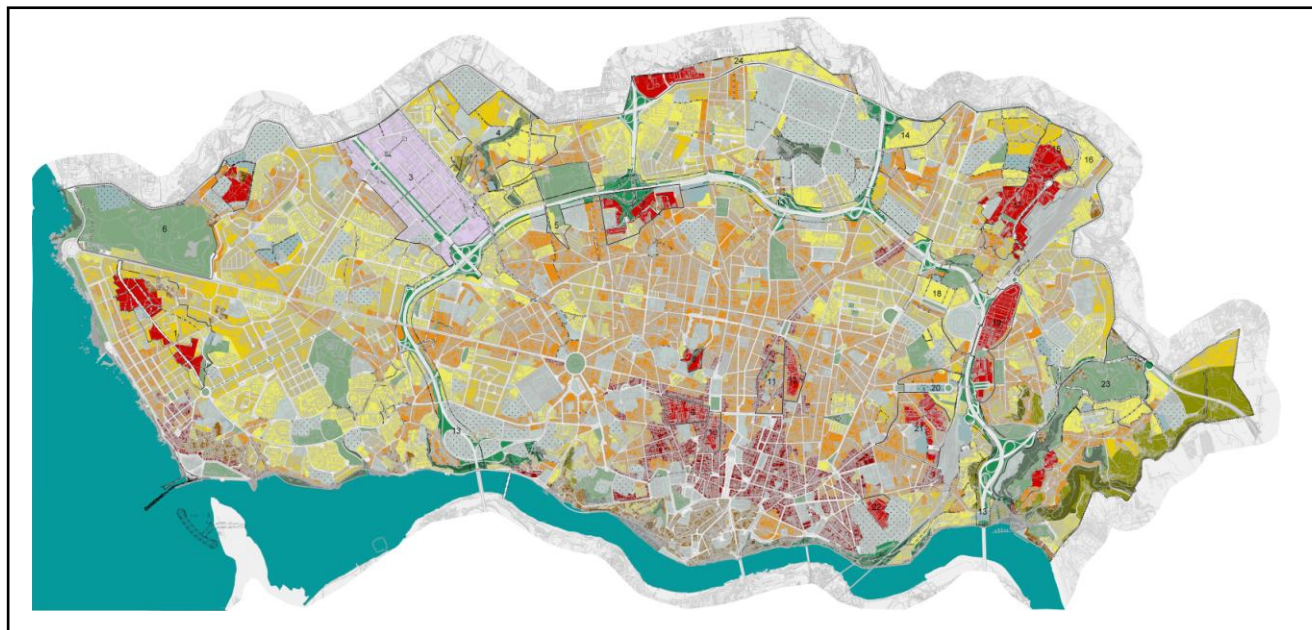


Figura 7 – Planta de Ordenamento do Plano Director Municipal em vigor para o concelho do Porto

(Direcção-Geral do Território, 2015)





Figura 8 – Planta de Ordenamento – Estrutura Ecológica Municipal do Plano Director Municipal em vigor para o concelho do Porto

(C.M.P., 2015)

Os referidos espaços desenvolvem-se radialmente, tendo como ponto de partida a cidade consolidada e aproveitando grande parte das saídas históricas e, nalguns casos, desenvolvem-se transversalmente, permitindo constituir uma malha que cobre grande parte da cidade, aproveitando áreas remanescentes estratégicas.

Em relação à Estrutura Ecológica Municipal, destacam-se as componentes “Áreas de Protecção de Recursos Naturais: zonas húmidas e linhas de água a céu aberto”, “Áreas de logradouro e equipamentos”, “Áreas verdes resultantes de novas intervenções” e “Estrutura Verde da Cidade”, devido à possibilidade de ocorrência de AU nestas componentes.

As “Áreas de Protecção de Recursos Naturais: zonas húmidas e linhas de água a céu aberto” incluem ecossistemas como as zonas húmidas e linhas de água a céu aberto, as praias e zonas naturais sujeitas às variações das marés, assim como, áreas de risco geológico, instáveis e com declives superiores a 25%, ou, ainda, as unidades paisagísticas relevantes, como as escarpas. A maior parte deste conjunto de espaços está associada a áreas mais abrangentes destinadas a espaços de uso colectivo, relacionando as actividades de lazer e recreio com os recursos naturais e permitindo reconhecer a grande biodiversidade da cidade. Grande parte destas unidades e ecossistemas deverão ser recuperados prioritariamente, seguindo políticas de despoluição e monitorização, para resolver os problemas de poluição e risco que actualmente apresentam.

A Estrutura Ecológica Municipal não pode reduzir-se aos espaços de domínio público, entendendo-se que a população em geral deverá contribuir para a sua coesão e redimensionamento. O Regulamento cria condições para a requalificação dos logradouros e para a recuperação de solos permeáveis, no intuito de conseguir aumentar a capacidade de absorção de água e a recarga de aquíferos subterrâneos aumentando a superfície de terra com capacidade para realizar funções ecológicas.

A “Estrutura Verde da Cidade” é composta pelo conjunto de áreas denominadas “verdes” devido ao seu elevado conteúdo vegetal e que são importantes para a leitura da cidade. Dentro da estrutura verde incluem-se os espaços de “utilização pública” – jardins e parques e as “áreas verdes mistas” em que a propriedade se mantém como privada e o uso é, predominantemente, agrícola. Assim, o PDM aposta na *“criação de uma nova tipologia de parque – o Agroparque e pequenas áreas de horta urbana, que garantirão a sobrevivência de alguns recursos agrícolas dentro da cidade”*.

A criação de Hortas Municipais no concelho do Porto é anterior à iniciativa “Horta à Porta” da LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto e nasceu de um processo de auscultação da população em algumas zonas-piloto do projecto “Acção Local 21” (2003-2007) para resolver um desafio de gestão da Direcção Municipal Ambiente e Serviços Urbanos - como revitalizar terrenos votados ao abandono, inseguros, permanentemente conspurcados ou peçados de seringas em áreas periféricas da cidade.

Deste processo participativo e de envolvimento cívico da rede de actores locais resultou a instalação de duas Hortas - a de “Aldoar” (2003) e da “Condomínia” (2004) – que funcionam ainda hoje, como espaços lúdicos com valências ocupacionais, de complemento ao orçamento familiar

(agricultura de subsistência), mas também como um exemplo de gestão e conservação de espaços semi-públicos com economia de recursos, sem terem sido alguma vez vandalizadas, segundo informações da Divisão Municipal de Gestão Ambiental (DMGA), o organismo responsável pela sua gestão.

A LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto é também parceira neste projecto, na medida em que já durante o processo de instalação da Horta de Aldoar, suscitou a adesão da CMP ao projecto “Horta à Porta”, que permitiu dividir responsabilidades: i) a CMP assegurava a rede de rega, iluminação, vedação e construção do espaço, assim como a mediação de conflitos/comunicação com os utentes; ii) A LIPOR assegurava a componente de formação nas áreas da compostagem doméstica e produção agrícola em modo biológico, bem como o fornecimento de uma casa de apoio para armazenamento de alfaias.

Os produtos são para consumo próprio sendo disponibilizada água, um local comum para armazenar as ferramentas e um compostor individual. A participação neste projecto é gratuita e está condicionada a sorteio, bem como ao cumprimento de um regulamento interno e à assinatura de acordos de utilização - que são renováveis anualmente. O número de talhões é limitado (25 na Horta da Condomínio e 12 na de Aldoar, com cerca de 25 m²) e os inscritos terão de aguardar em lista de espera até que haja uma rescisão de contracto para ocuparem um talhão.

Os talhões existentes nas 2 hortas municipais destinam-se a residentes do Concelho do Porto e estão presentemente todos atribuídos, havendo aliás lista de espera. Caso os munícipes pretendam ficar em lista espera, para o caso de usufruírem de eventuais desistências, o pedido de ocupação de talhão deve ser endereçado para a Divisão Municipal de Gestão Ambiental. Os pedidos poderão igualmente ser encaminhados para a LIPOR, pois poderão existir outros terrenos na área metropolitana passíveis de serem ocupados. O regulamento destas hortas existentes no âmbito do programa “Horta à Porta – Hortas Biológicas da Região do Porto” promovido pela C.M.P. / LIPOR encontra-se no Anexo B.1.

No concelho do Porto, para além das 3 Hortas mencionadas, existe ainda um equipamento de iniciativa e gestão da Junta de Freguesia de Aldoar em terrenos próprios e que não envolveu a participação da CMP, apenas da LIPOR.

A C.M.P. dinamiza também hortas pedagógicas, sendo de realçar a presente na Quinta Pedagógica do Covelo.

Em Agosto de 2011, a C.M.P. apoiou o projecto “Manobras no Porto” a viabilizar e instalar uma horta comunitária em terrenos municipais da zona da Lada (antiga freguesia de S. Nicolau, actualmente União de Freguesias do Centro Histórico do Porto) que passou em Junho de 2014 para a gestão municipal por solicitação do promotor - associação S.P.O.T.

O modelo actual baseia-se, preferencialmente, no apoio por parte da C.M.P. a acções de associações / instituições que, em parceria com a LIPOR, queiram dinamizar projectos de AU na cidade, disponibilizando, para o efeito, terrenos municipais, sob arrendamento ou nalguns casos sob empréstimo.

A DMGA dispõe de um levantamento de terrenos municipais, passíveis de poderem vir a ser transformados em Hortas Municipais nas freguesias de Massarelos e Lordelo do Ouro, União de Freguesias do Centro Histórico do Porto e Campanhã. Referem, no entanto, que sentem a necessidade de haver um levantamento exaustivo das várias hortas presentes na cidade e dos espaços com maior potencialidade para o estabelecimento de novas hortas.

3.1.2 MUNICÍPIO DE LISBOA

No regulamento do PDM de Lisboa, os termos “Agricultura Urbana” e “hortas urbanas” encontram-se presentes ao longo de todo o documento, destacando-se a sua associação a um dos objectivos estratégicos do PDM, “a *promoção de uma cidade ambientalmente sustentável e eficiente na forma como utiliza os recursos*”, contemplando ainda, no Programa de Execução, um “Programa de Incentivo à Agricultura e Horticultura Urbana”.

O município de Lisboa, tal como o do Porto, está classificado na sua totalidade como solo urbano. No entanto, no caso de Lisboa a agricultura urbana aparece consagrada na classe “Espaços centrais e residenciais” e sub-classe “Logradouros” e na classe “Espaços verdes” e sub-classe “Espaços verdes de recreio e produção” (Figuras 9 e 10). Nos primeiros, os logradouros, a agricultura urbana tem já carácter histórico, constituindo espaços que pelo seu valor cultural e paisagístico devem ser salvaguardados. Nos segundos, os espaços verdes de recreio e produção “*podem ser incentivadas iniciativas de agricultura urbana com vista ao aumento da produção alimentar à escala local, reforçando os níveis de autosuficiência da cidade, a resiliência urbana e contribuindo para a coesão das comunidades urbanas*”, constituindo os espaços onde se encontram presentes os Parques Hortícolas, promovidos pela Câmara Municipal de Lisboa.

Foi no ano de 2007 que a Câmara Municipal de Lisboa iniciou o Projecto dos Parques Hortícolas de Lisboa. Este plano tinha como objectivos primordiais a consolidação de espaços já existentes e a criação de novas áreas verdes, de forma a garantir não só a continuidade ecológica mas também promover a diversidade de tipologias sustentáveis. A Câmara Municipal de Lisboa pretendia, que fossem desenvolvidos espaços de vertente hortícola associada a uma vivência com utilização alargada. Estes espaços produtivos denominados de “Parques Hortícolas” podem encontrar-se em jardins ou parques urbanos, cujas valências passam por produzir bens e por disponibilizar locais de restauração, cafetaria, parques infantis, ciclovias, entre outros (CML, 2011). As tipologias abrangidas são as hortas sociais, as hortas de recreio e as hortas pedagógicas.

No caso do concelho de Lisboa, contrariamente ao concelho do Porto, o modelo de gestão da agricultura urbana é um modelo assente, maioritariamente, na dinamização por parte da Câmara Municipal, através dos Parques Hortícolas. O regulamento dos mesmos encontra-se no Anexo B.2.



Figura 9 – Qualificação do Espaço Urbano do Plano Director Municipal em vigor para o concelho de Lisboa
(Direcção-Geral do Território, 2015)





Figura 10 – Estrutura Ecológica Municipal do Plano Director Municipal em vigor para o concelho de Lisboa

(Direcção-Geral do Território, 2015)

Em Lisboa, para além do referido Projecto dos Parques Hortícolas promovidos pela C.M.L., há também hortas com o apoio da Câmara, como é o caso do Parque Agrícola da Alta de Lisboa (PAAL), parque de base comunitária, inaugurado em 2015 e liderado pela Associação de Valorização Ambiental da Alta de Lisboa (AVAAL).

A 1ª fase do PAAL tem cerca de 20000 m² e 100 hortelãos instalados. A 2ª fase está em desenvolvimento e constituirá um espaço complementar à produção hortícola, sendo mais virada para a constituição de vinha, pomares, prados e matas, num todo de grande valor ecológico e social (AVAAL, 2015).

Também na freguesia do Lumiar, encontra-se o projecto das Hortas de Recreio no Parque Botânico do Museu Nacional do Traje que desde 2009 visa proporcionar ao público interessado a oportunidade de participar em actividades de sensibilização e aprofundamento da importância da utilização dos recursos naturais de forma sustentada, a partir das técnicas de cultivo e manejo de uma horta em modo de produção biológico e, em simultâneo, apoiar solidariamente outros projectos que decorram no Museu e no seu parque botânico (Museu do Traje, 2015).

3.2 SÍNTESE DOS MODELOS DE GESTÃO DE AGRICULTURA URBANA

No concelho do Porto, o modelo actual baseia-se, preferencialmente, no apoio por parte da C.M.P. a acções de associações / instituições que, em parceria com a LIPOR, queiram dinamizar projectos de AU na cidade, disponibilizando, para o efeito, terrenos municipais, sob arrendamento ou nalguns casos sob empréstimo. Este modelo assenta essencialmente numa abordagem de governança “*bottom-up*” e encontra-se muito associado ao voluntariado de cariz social.

As vantagens deste modelo residem no facto de não haver uma imposição de espaços, permitindo aos agricultores urbanos e às associações / instituições a definição dos lugares onde a AU se vai desenvolver. Este modelo demonstra também a inclusão de uma grande diversidade de “stakeholders” com interesse no tema. Por outro lado, as suas principais desvantagens assentam em listas de espera longas por talhões, devido a uma escassa oferta de espaços relativamente à procura, o facto destes espaços não abrangerem toda a população mas apenas parte e o facto da abordagem “*bottom-up*” poder mascarar, nalguns casos, uma certa negligência por parte dos decisores políticos na prossecução de objectivos de qualidade de vida, remetendo estas responsabilidades para as associações.

No concelho de Lisboa, o modelo de gestão da agricultura urbana é um modelo baseado, maioritariamente, na dinamização por parte da Câmara Municipal, através dos Parques Hortícolas. Este modelo assenta essencialmente numa abordagem de governança “*top-down*”.

As vantagens deste modelo residem no facto de haver uma oferta de espaços assegurada pela C.M.L., garantindo que a oferta e a procura se mantêm em níveis idênticos. Por outro lado, a principal desvantagem reside na falta de articulação entre a C.M.L. e os “stakeholders” já presentes no terreno.

4. CASO DE ESTUDO - CONCELHO DO PORTO

A caracterização biofísica e sócio-económica do concelho do Porto tem como principal objectivo apoiar a formulação de uma proposta de regulamentação, através do estudo do território e das suas dinâmicas biofísicas e sociais.

A escolha do concelho do Porto, como caso de estudo, deveu-se, essencialmente, ao conhecimento prévio do território, à proximidade física e à importância desta temática no município, traduzida em longas listas de espera por talhões. O concelho do Porto foi escolhido, em detrimento da Área Metropolitana do Porto (AMP) ou de outro concelho limítrofe, pelo facto deste concelho ser o mais urbano de toda a AMP e apresentar problemas de integração entre o planeamento urbano e a AU.

4.1 LOCALIZAÇÃO

O concelho do Porto localiza-se na região Noroeste de Portugal, na zona costeira do Douro Litoral, confrontando com os concelhos de Vila Nova de Gaia, Gondomar, Maia e Matosinhos. O Porto é um concelho pertencente à Área Metropolitana do Porto, localizando-se na zona central desta (Figura 11), com uma área de 41 Km² (AMP, 2015).

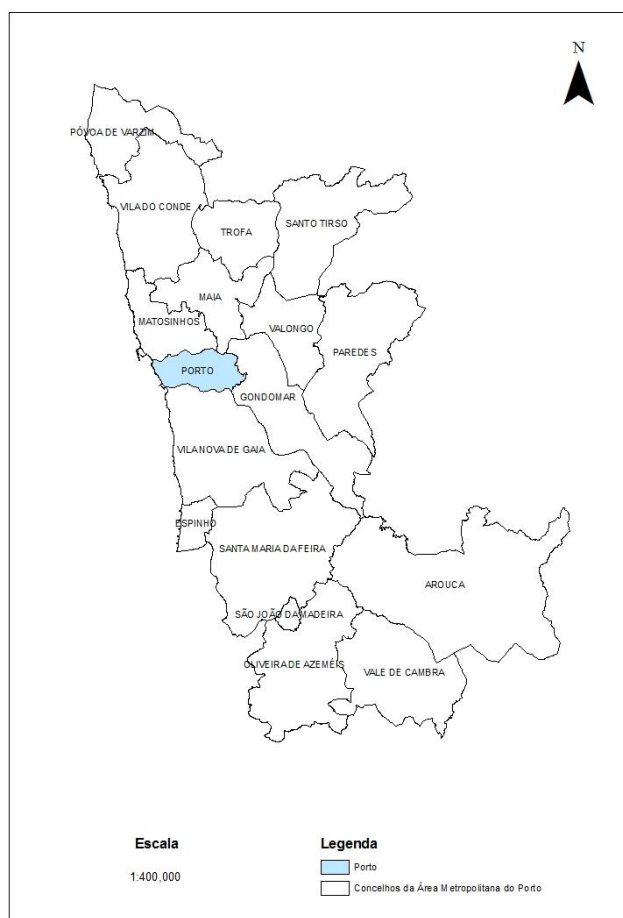


Figura 11 – Localização do concelho do Porto na Área Metropolitana do Porto

O concelho do Porto é constituído por 7 freguesias (Figura 12), nomeadamente a União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos; Bonfim; Campanhã; Paranhos; Ramalde (C.M.P., 2015).

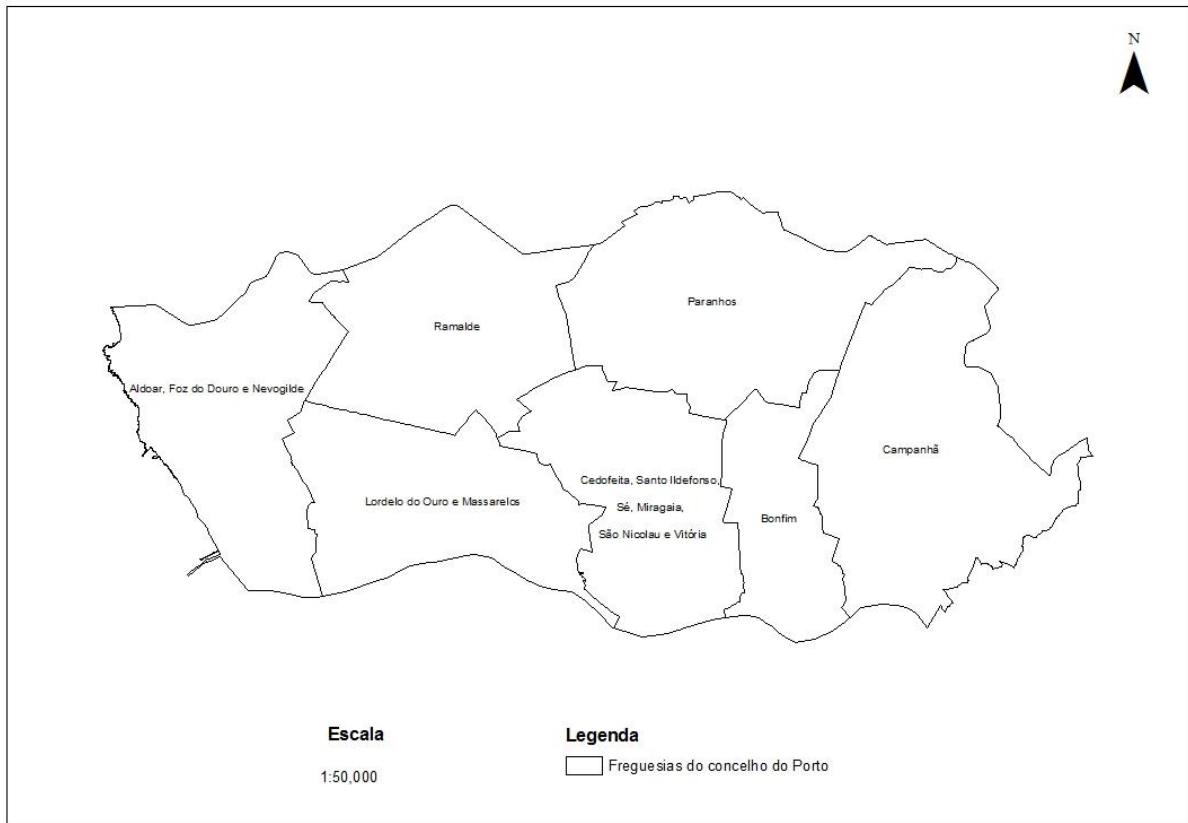


Figura 12 – Localização das freguesias do concelho do Porto

4.2 SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS BIOFÍSICAS

O clima da Área Metropolitana do Porto é condicionado por dois aspectos fundamentais: a proximidade do Oceano Atlântico e a disposição montanhosa no seu limite oriental. A influência atlântica, enquanto moderadora do clima, é bem evidente nas temperaturas amenas, na existência de uma humidade relativa elevada e nas chuvas abundantes. A componente mediterrânica do clima ainda se faz sentir por uma diminuição acentuada e mesmo interrupção, em alguns anos, das precipitações nos meses de Verão. As precipitações médias anuais variam entre 1000 e 1200 mm e a temperatura média anual varia entre 13,4 a 15 °C. O Inverno é temperado, com um período livre de geadas superior a 7 meses (ICETA, 2004).

Do ponto de vista hidrográfico, o rio Douro apresenta-se como o elemento mais significativo do concelho. As linhas de água encontram-se todas canalizadas, à excepção do rio Tinto e do rio Torto que se encontram ambos no limite oriental da cidade, na freguesia de Campanhã, desaguando no rio Douro (Figura 13).



Figura 13 – Rede hidrográfica do concelho do Porto

(AMP, 2002)

Do ponto de vista geomorfológico, a área de estudo inscreve-se no contexto mais vasto da região do Porto, caracterizada pela existência de uma plataforma de erosão, de baixa altitude e próxima do mar (Coba, 1997). A litologia compreende essencialmente formações graníticas e complexos xisto-grauváquicos que, como são rochas siliciosas, dão origem a solos tipicamente ácidos (ICETA, 2004).

Em relação à ocupação do solo do concelho do Porto, observa-se uma ocupação nitidamente urbana, presente na dominância das classes “Tecido urbano contínuo” e “Tecido urbano descontínuo”, do CORINE Land Cover de 2006, como se pode verificar no Quadro 3 e na Figura 14. As estas duas classes de ocupação do solo está associado, na sua totalidade, 77,68% do território concelhio.

São de realçar as classes “Sistemas culturais e parcelares complexos” e “Agricultura com espaços naturais e semi-naturais”, com apenas 4% do total de área das classes de ocupação do solo, presentes exclusivamente na freguesia de Campanhã, a freguesia mais periférica da cidade, o que revela os traços mais rurais desta freguesia que limita com o concelho de Gondomar.

Quadro 3 – Área das classes de ocupação do solo do concelho do Porto

(Corine Land Cover, 2006)

Classes de ocupação do solo	Área (ha)	% do total
Tecido urbano contínuo	2009,02	48,51
Tecido urbano descontínuo	1208,34	29,17
Indústria, comércio e equipamentos gerais	358,35	8,65
Redes viárias, ferroviárias e espaços associados	28,70	0,69
Espaços verdes urbanos	96,87	2,34
Sistemas culturais e parcelares complexos	44,77	1,08
Agricultura com espaços naturais e semi-naturais	127,12	3,07
Florestas de resinosas	10,49	0,25
Praias, dunas e areais	7,57	0,18
Cursos de água	118,85	2,87
Desembocaduras fluviais	76,26	1,84
Oceano	55,51	1,34
TOTAL	4141,84	100

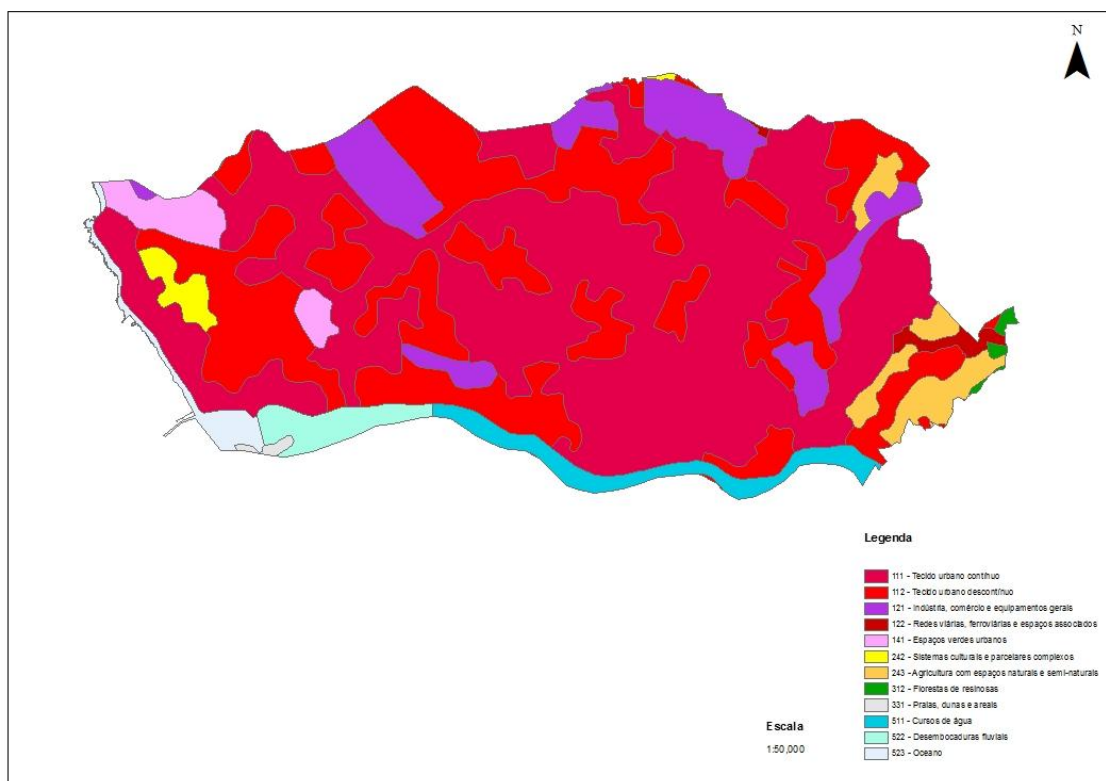


Figura 14 – Ocupação do solo do concelho do Porto

(Corine Land Cover, 2006)

4.3 SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÓMICAS

Em 2011, residiam no Porto 237.591 habitantes, menos 25.000 do que em 2001. No Quadro 4 apresenta-se a evolução da população residente no Porto, no Grande Porto e no Continente.

Quadro 4 – Evolução da população residente

(INE, Censos 1981, 1991, 2001 e 2011, cit. in C.M.P., REOT 2014)

Evolução da população residente	1981	1991	2001	2011
Porto	327.368	302.472	263.131	237.591
Grande Porto	1.117.920	1.167.800	1.260.680	1.287.282
Continente	9.336.760	9.375.526	9.869.343	10.047.621

Segundo o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) de 2014, o movimento de descentralização da população encontra-se, aparentemente, em retracção, o qual é confirmado pela Figura 15.

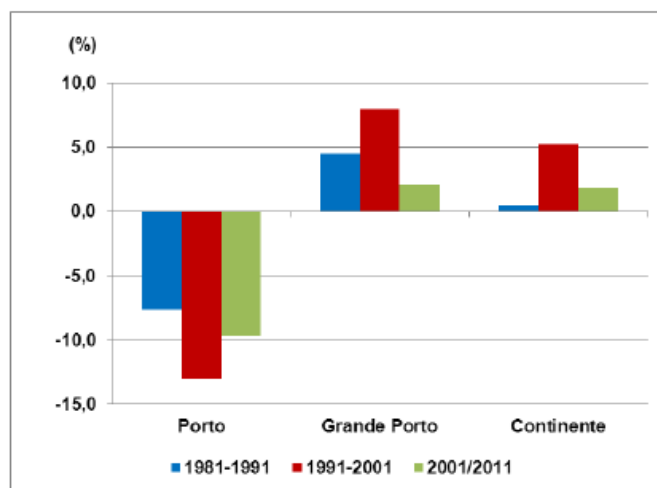


Figura 15 – Evolução da população residente

(INE, Censos 1981, 1991, 2001 e 2011 cit. in C.M.P., REOT 2014)

O envelhecimento da população, como consequência quer do declínio do número de jovens, quer do incremento da população com 65 ou mais anos, continuou a manifestar-se ao longo da última década. A Figura 16 evidencia o contínuo incremento da proporção de idosos ao longo de três décadas a par da diminuição da presença de jovens com menos de 15 anos de idade (C.M.P., REOT 2014).

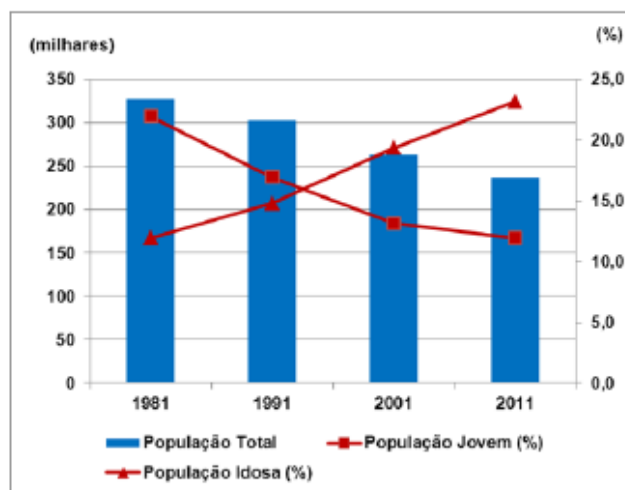


Figura 16 – Evolução da população residente no Porto e da proporção da população idosa (65 ou mais anos de idade) e jovem (menos de 15 anos de idade)

(INE, Censos 1981, 1991, 2001 e 2011 cit. in C.M.P., REOT 2014)

Em 2011, o Porto concentrava 182.093 postos de trabalho, facto que representa um recuo de mais de 36.000 empregos relativamente a 2001. O setor secundário (indústrias transformadoras e construção) foi duramente atingido neste período, tendo perdido mais de metade dos postos de trabalho numa década. Igualmente os serviços de natureza económica registaram uma perda

superior a 18.000 postos de trabalho, tendo os ganhos correspondentes aos serviços de natureza social contribuído apenas parcialmente para a atenuação da tendência global de declínio do volume de emprego, como mostra o Quadro 5 (C.M.P., REOT 2014).

Quadro 5 – Evolução do emprego no Porto por sector de actividade

(INE, Censos 1991, 2001 e 2011, cit. in C.M.P., REOT 2014)

	1991	2001	2011
Emprego total	221.790	218.464	182.093
Sector secundário	65.206	48.745	23.741
Serviços de natureza económica	95.370	96.735	78.399
Serviços de natureza social	59.883	72.069	79.630

O desemprego constitui uma realidade em rápida ascensão em todo o país, sendo ainda mais sentido pela população residente no Porto (Figura 17). Se no Continente a taxa de desemprego aumentou de 6,9% em 2001, para 13,2% decorridos dez anos, no caso do Porto estes valores são ainda mais elevados, atingindo respectivamente 10,2% e 17,6%.

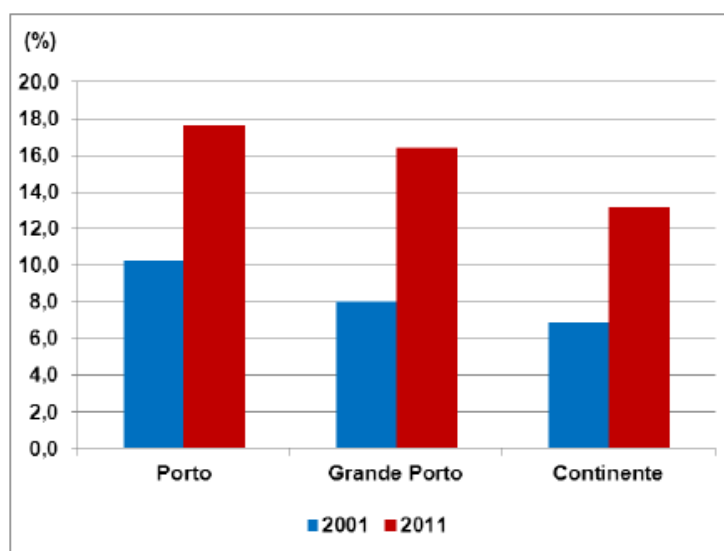


Figura 17 – Evolução da taxa de desemprego no Porto

(INE, Censos 2001 e 2011 cit. in C.M.P., REOT 2014)

4.4 IDENTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DE AGRICULTURA URBANA

Os principais espaços de agricultura urbana presentes no concelho do Porto foram identificados através de reuniões com a Divisão de Gestão Ambiental da Câmara Municipal do Porto, de pesquisas no Google Earth e na internet, de entrevistas com associações e pelo conhecimento pessoal da área em estudo. A C.M.P não apresenta uma perspectiva de agregar estes espaços num único contínuo, à semelhança de C.P.U.L., apresentando antes uma perspectiva de apoio às instituições / associações presentes ou que pretendam desenvolver mais espaços destes na cidade, através da formação e entrega de compostores pela LIPOR. Contudo, esta perspectiva deriva essencialmente da falta de verba disponível para a concretização de uma visão mais integrada da AU no planeamento urbano, o que poderá vir a ser alterado no futuro.

Os espaços identificados apresentam-se na Figura 18, de acordo com as suas tipologias. As tipologias apresentadas foram definidas com base nas tipologias propostas pela Acção COST – Urban Agriculture Europe⁵ e adaptadas à realidade da cidade do Porto.

1) Hortas municipais: são espaços promovidos e geridos pela Câmara Municipal do Porto ou por empresas intermunicipais, como é o caso da LIPOR. Tiveram na sua génese revitalizar terrenos abandonos, inseguros e permanentemente utilizados para actividades ilícitas, como o tráfico de droga e a toxicoddependência. Actualmente são espaços lúdicos com valências ocupacionais, de complemento ao orçamento familiar (agricultura de subsistência), constituindo-se como um exemplo de gestão e conservação de espaços semi-públicos com economia de recursos. Seguem um modo de produção que não utiliza químicos de síntese, considerado próximo dos princípios da agricultura biológica (o regulamento encontra-se no Anexo B.1).

2) Hortas pedagógicas: são espaços promovidos e geridos pela Câmara Municipal do Porto, no âmbito de actividades de cariz pedagógico com a participação das escolas do concelho, ou por instituições com valências pedagógicas, como é o caso da Fundação de Serralves e da Universidade Católica Portuguesa. Constituem a tipologia de hortas com mais antiguidade no concelho do Porto e têm como principal objectivo o ensino do cultivo, do maneio e da produção hortícola, sempre aliados a uma visão sustentável de utilização de recursos e com vista a uma alimentação saudável.

3) Hortas sociais: são espaços geridos e promovidos por instituições de cariz social, com presença no concelho do Porto, como é o caso da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental do Porto (APPACDM - Porto), da Obra Social Nossa Senhora da Boa Viagem, da Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina (ACISJF) e dos Albergues Nocturnos do Porto. Têm como principal objectivo o aproveitamento de um espaço que pertence a essas instituições e que se encontrava sem qualquer uso, servindo actualmente para promover a integração de utilizadores carenciados, tendo também objectivos lúdicos e de convívio nesses espaços.

4) Hortas terapêuticas: apesar de no futuro, algumas das hortas supra-citadas, como é o caso da Horta da Obra Social Nossa Senhora da Boa Viagem, vir a ter uma componente terapêutica,

⁵ http://www.urbanagricultureeurope.la.rwth-aachen.de/mediawiki/index.php/Types_of_Urban_Agriculture

actualmente apenas a Horta do Parque José Avides Moreira, localizada no Centro Hospitalar Conde Ferreira, possui essa valência. É a maior e mais recente horta da cidade, com cerca de 7.000 m² destinados ao cultivo, com objectivos terapêuticos, num espaço gerador de bem-estar e sociabilidade, quer para os utentes do Centro Hospitalar, quer para os utilizadores dos talhões, quer para a população em geral que lá pode encontrar um espaço de lazer e convívio.

5) Hortas comunitárias: são espaços geridos e promovidos pela sociedade civil através de associações, das quais se destaca, pelo seu dinamismo e pelo seu raio de intervenção, o Espaço Musas e a Associação Movimento Terra Solta, nas quais prevalece um espírito de colectividade, onde as iniciativas são preferencialmente do tipo “bottom - up”, com objectivos essencialmente de lazer e convívio.

6) Hortas não regulamentadas: são hortas desenvolvidas em espaços considerados “espaços-canal”, como é o caso das hortas presentes em determinados troços da Via de Cintura Interna (VCI) ou em terrenos com linhas de água, como é o caso das hortas de Nevogilde, sendo também, este último, considerado um terreno expectante, dado o grau de urbanização da envolvente e do facto de se encontrar numa localização privilegiada da cidade.

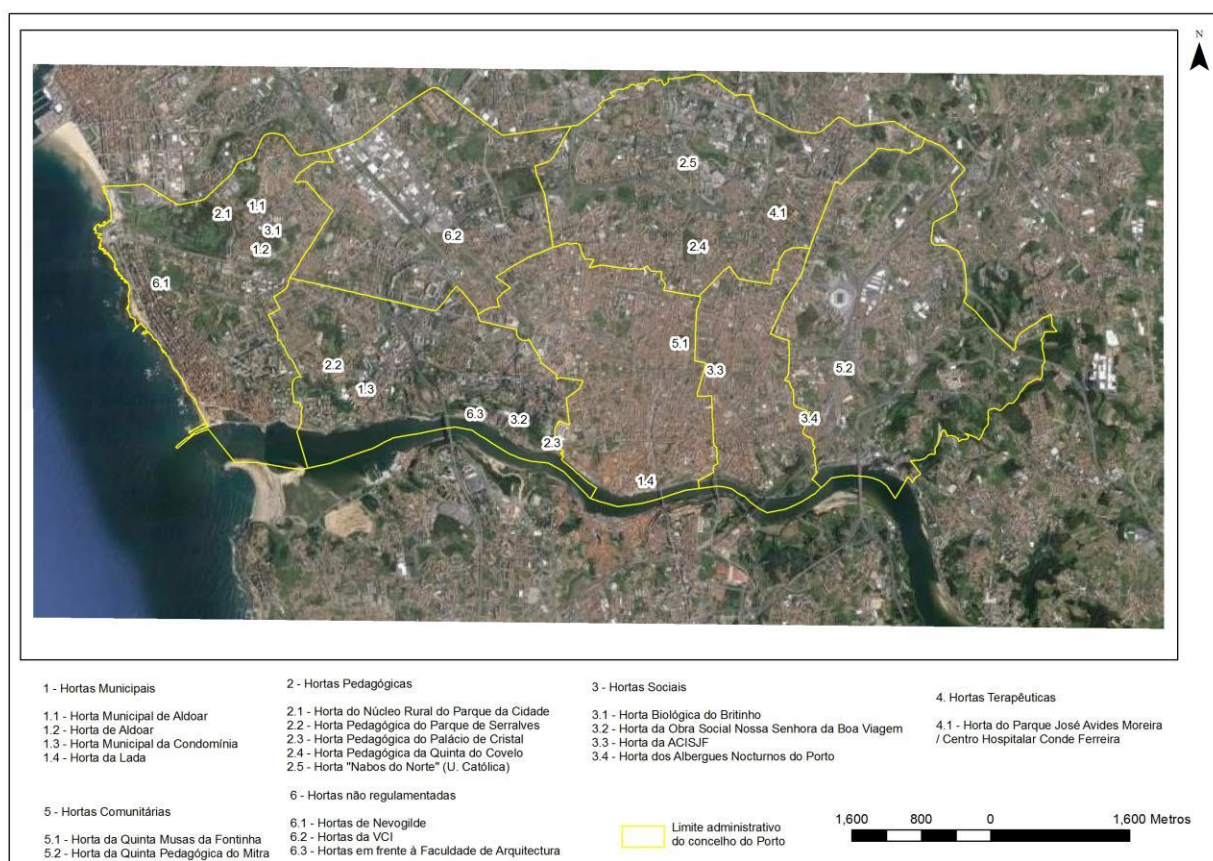


Figura 18 – Localização das principais hortas urbanas no concelho do Porto, de acordo com as suas tipologias

Foram identificados 19 espaços de agricultura urbana na cidade do Porto que, apesar de não constituírem a totalidade dos espaços presentes, são representativos das tipologias apresentadas.

Realça-se a localização preponderante destes espaços na zona ocidental da cidade, nomeadamente na união de freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e na união de freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, freguesias que não têm tanta pressão imobiliária como a zona central da cidade e ao mesmo tempo são consideradas zonas nobres, com melhor qualidade de vida.

Por outro lado, a zona oriental da cidade, correspondente à freguesia de Campanha (com a maior área da cidade – 8,3 Km²), encontra-se “desligada” da mesma, não apenas fisicamente devido à linha ferroviária mas também no que respeita ao seu desenvolvimento, social, ecológico e económico. A existência do Parque Oriental, com 10 ha de área, inaugurado em 2010, da autoria do arquitecto paisagista Sidónia Pardal, poderia constituir-se como um elo de ligação, no entanto, este encontra-se pouco divulgado e pouco sinalizado, entre bairros sociais considerados problemáticos, como é o caso do bairro do Lagarteiro e do bairro do Cerco do Porto, aumentando a sensação de insegurança por parte dos seus utentes. A C.M.P. realça a necessidade de intervenção na despoluição do rio Tinto, rio que atravessa esta freguesia e que poderia contribuir para uma mais-valia para o desenvolvimento de hortas nesta zona da cidade, mas que se encontra actualmente dependente de uma intervenção conjunta com a Câmara de Gondomar, devido ao facto dos pontos de descarga de poluentes se localizarem, quase exclusivamente, nesse município.

5. DIAGNÓSTICO

Devido ao crescente grau de complexidade e às alterações cada vez mais imprevisíveis a que os territórios estão sujeitos, considera-se pertinente abordar a solução ao problema apresentado através do planeamento estratégico.

O diagnóstico corresponde à primeira fase do processo de planeamento estratégico e tem como principal objectivo dar resposta à pergunta “Qual é a situação actual da AU no concelho do Porto e qual a sua integração com o planeamento urbano?”. Através da verificação dos pontos fortes e fracos e da conjuntura externa, ameaças e oportunidades, será possível determinar a visão estratégica a seguir.

Com o objectivo de dar resposta à questão anteriormente colocada, optou-se, em termos metodológicos, por explorar dois tipos de visões, a visão dos agentes que têm a responsabilidade da decisão (guião de entrevista no Anexo A.1), nomeadamente, a Divisão Municipal de Gestão Ambiental da Câmara Municipal do Porto e as perspectivas dos promotores / gestores destes espaços, no que diz respeito à sua actuação no terreno, permitindo traçar um retrato recente da AU no concelho do Porto (guião de entrevista no Anexo A.2). Estes últimos corresponderam à Divisão Municipal de Gestão Ambiental da Câmara Municipal do Porto, à LIPOR LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto, à Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM), à Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina (ACISJF), à Associação Movimento Terra Solta, ao Centro Hospitalar Conde Ferreira, à Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica do Porto, à Obra Social de Nossa Senhora da Boa Viagem, ao Parque de Serralves e à Quinta Musas da Fontinha.

Foram, no total, realizadas dez entrevistas, uma aos decisores técnicos e políticos e nove aos “*stakeholders*” responsáveis pela promoção / gestão de quinze destes espaços, seguindo um modelo de inquérito de resposta aberta, não pretendendo que a amostra fosse representativa mas sim que permitisse traçar um retrato recente da AU no concelho do Porto, permitindo recolher opiniões, junto dos principais “*stakeholders*” desta área na cidade. As entrevistas foram realizadas presencialmente durante os meses de Abril e Julho de 2015 e foram, paralelamente, recolhidas informações sobre a estratégia territorial para o concelho junto da Divisão do Urbanismo da C.M.P.

As perguntas recorreram a palavras simples e a uma linguagem acessível, clara e precisa (eliminando a possibilidade de interpretações subjectivas por parte do inquirido). As questões colocadas foram curtas e directas (evitando as negações e sobretudo as duplas-negações) (Ferreira e Campos, N/D). As questões de resposta aberta permitem a quem é entrevistado reflectir sobre o assunto abordado, ao contrário das questões fechadas que limitam as respostas. Para além disso permite igualmente abrir o leque de perspectivas diferentes sobre a temática que mais tarde podem vir a contribuir para uma proposta mais aprofundada.

Na Figura 19, apresentam-se as várias técnicas de recolha de informação, representando a entrevista uma fonte não documental de observação indirecta.

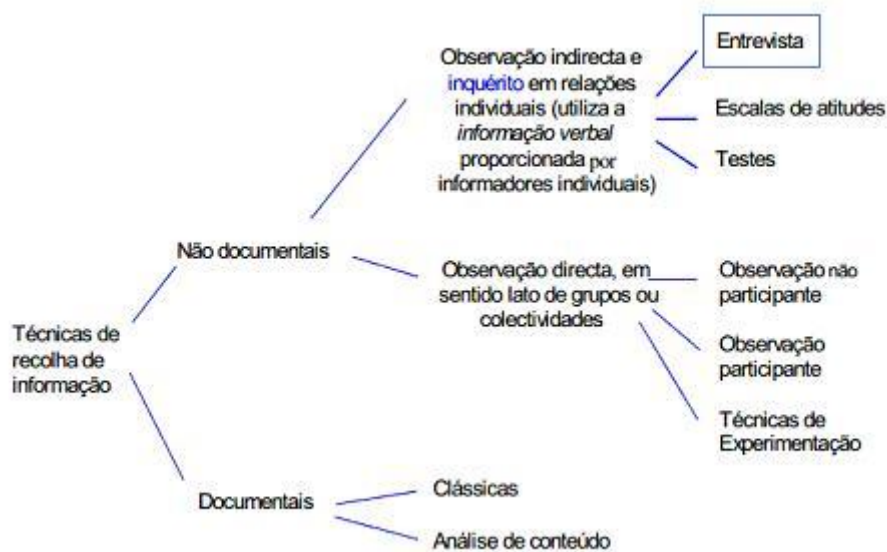


Figura 19 – Técnicas de Recolha de Informação

(Lima, 1981 cit. in Ferreira e Campos, N/D)

Os inquéritos foram direccionados para 2 grupos diferentes de acordo com a população-alvo a abranger, nomeadamente, os decisores e os promotores/gestores das iniciativas de AU.

As questões a colocar aos entrevistados foram divididas em quatro grupos: (1) Questões gerais e de enquadramento; (2) Questões motivacionais; (3) Questões de articulação entre agricultura urbana e planeamento urbano e (4) Perspectivas Futuras. A organização das questões teve em conta o encadeamento lógico das mesmas, permitindo que a entrevista se desenvolvesse abordando a actualidade e as perspectivas futuras.

5.1 ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DOS “STAKEHOLDERS”

A metodologia adoptada para obter uma amostra dos “*stakeholders*”, isto é, dos movimentos / iniciativas de AU mais relevantes no concelho do Porto, foi a designada por “bola de neve”, isto é, à medida que se contacta uma entidade, esta fornece informações sobre as entidades semelhantes das quais tem conhecimento e assim sucessivamente, até não haver mais entidades para contactar nem espaços para realizar o levantamento.

Na Figura 20 apresentam-se as várias técnicas de amostragem, fazendo a “Bola de Neve” parte das técnicas não aleatórias.

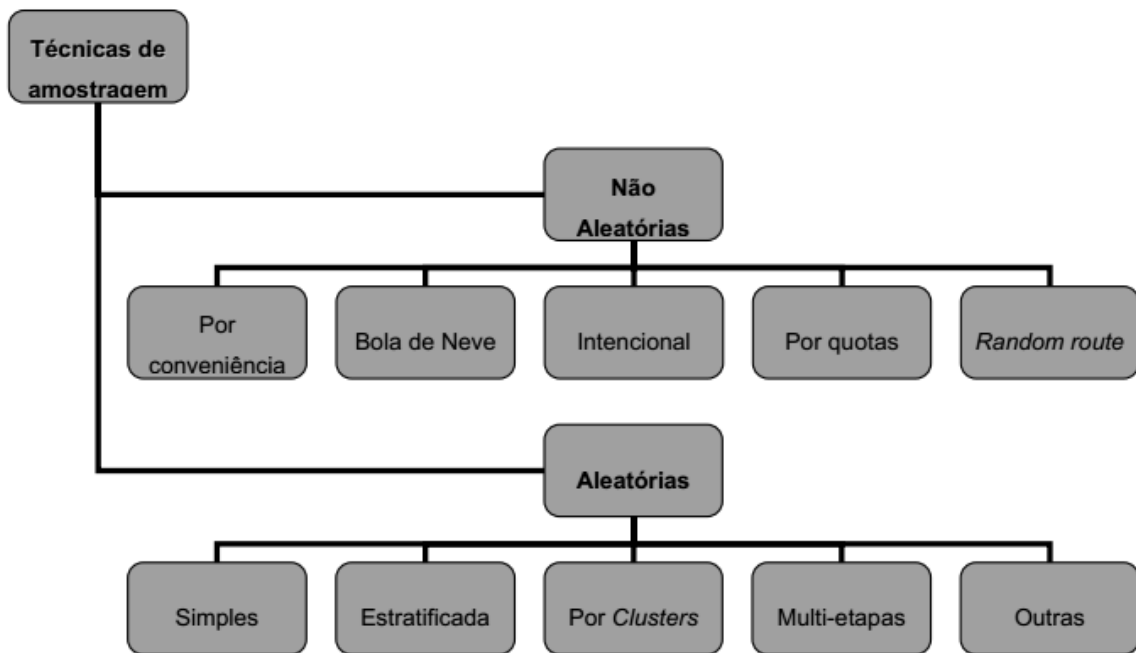


Figura 20 – Técnicas de amostragem

(Alves, 2006)

A entrevista foi pensada de modo a que todos os promotores / gestores inquiridos respondessem às mesmas questões, permitindo fazer uma comparação entre as respostas. Assim, os resultados serão analisados precisamente por categorias de questões. Juntamente com as principais ideias de cada categoria, aparecerá uma contagem do número de espaços de AU a que os entrevistados se referem, partilhando da mesma opinião (sendo n o número de ideias semelhantes, num total de quinze espaços), tal como apresentado de forma esquematizada na Figura 21.

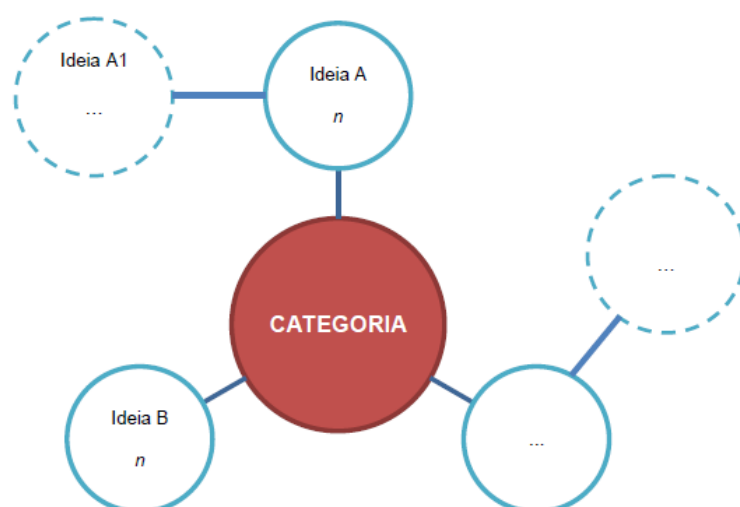


Figura 21 – Esquema de apresentação dos resultados das entrevistas

(Frias, 2013, p. 53)

5.1.1 QUESTÕES DE ENQUADRAMENTO

As questões de enquadramento permitiram perceber qual era a dimensão do espaço, o número de utilizadores e há quanto tempo estavam presentes naquele local. Na resposta à questão 5, “A quem pertence o terreno?”, a maior parte dos entrevistados referiu a Câmara Municipal do Porto, nalguns casos com contrato de cedência de direito de superfície (Figura 22).

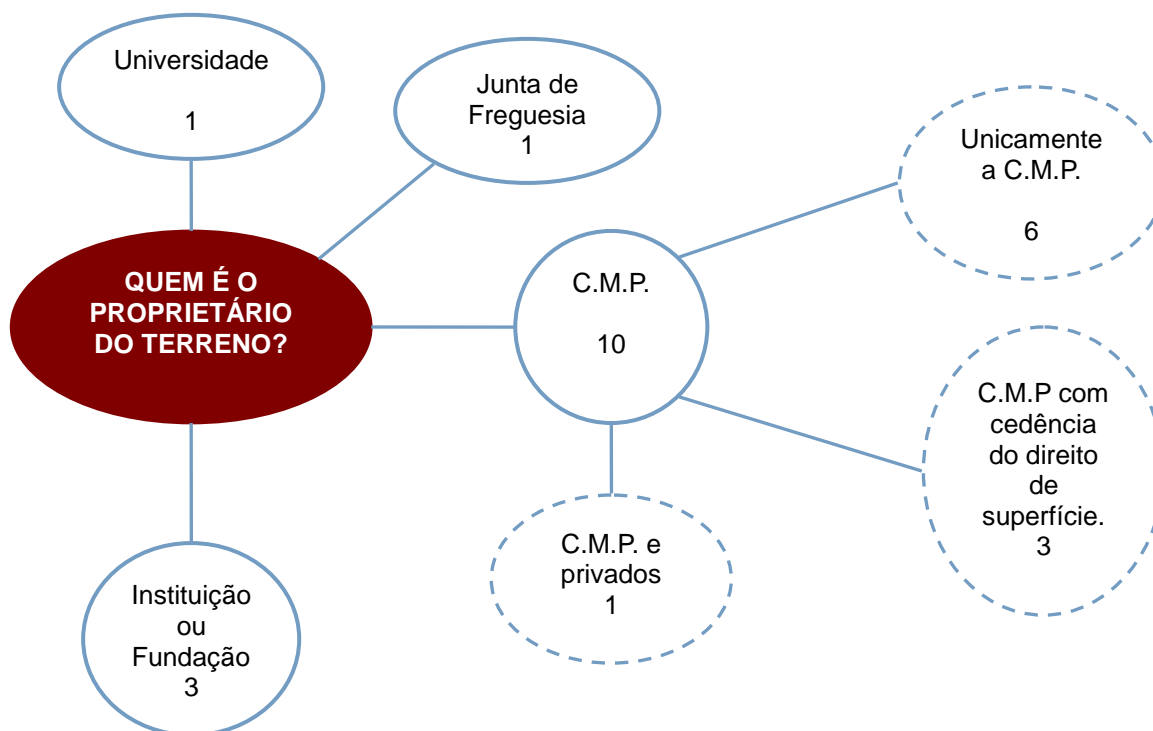


Figura 22 – Proprietários dos terrenos afectos à AU

Alguns entrevistados referiram que pagam uma renda pelo uso desses terrenos, enquanto outros, geralmente associações, explicam que não são obrigadas a pagar renda.

Quanto à questão 6, “Há infra-estruturação? Quem fez e quem pagou?” realça-se que todos os espaços têm, pelo menos, uma infra-estrutura (água ou electricidade), tendo sido instaladas pela C.M.P. em 7 dos casos e pela própria fundação ou instituição em 6 casos (Figura 23).

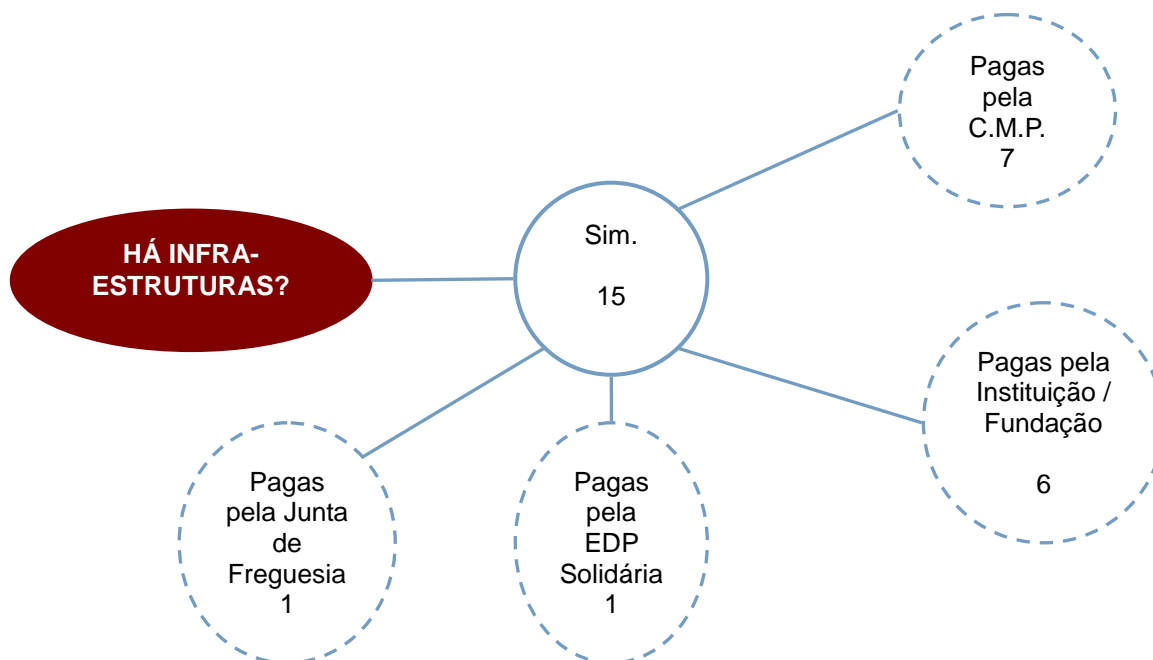


Figura 23 – Infra-estruturação dos terrenos afectos à AU

Apesar da questão sobre a existência de uma mensalidade ou anuidade paga pelos utilizadores não ter sido colocada, grande parte dos entrevistados aproveitaram a questão 6 para referir os respectivos valores. Estes variam desde a inexistência de mensalidade / anuidade, até 50€ + I.V.A. / ano.

5.1.2 MOTIVAÇÕES

As respostas à questão 9, sobre o que motiva os utilizadores daqueles espaços a praticar AU, vão de encontro à questão 8 sobre os objectivos daquele projecto em concreto, tendo praticamente todos os entrevistados referido que o principal motivo é o “contacto com a terra e com um modo de vida mais saudável”. Todos os entrevistados referiram que era necessário e, por vezes, urgente, dar uso ao espaço que se encontrava anteriormente abandonado, sendo esse o objectivo transversal a todos os espaços. Paralelamente, o lazer e o convívio, assim como as actividades pedagógicas, foram os objectivos mais mencionados. Houve um entrevistado que referiu a necessidade da instituição reduzir as despesas com alimentação, o que também poderia ser obtido desta forma (Figura 24).



Figura 24 – Objectivos dos vários projectos

Relativamente às questões 10 e 11, sobre as principais ameaças e oportunidades para a prática de AU, estas encontram-se sintetizadas na análise SWOT desenvolvida no subcapítulo 5.2. Em relação às ameaças, a maioria das respostas vai de encontro à não existência de ameaças no curto prazo, sendo a principal ameaça identificada relativa às “pressões” urbanísticas sentidas, decorrentes essencialmente da sua localização, em áreas de consolidação ou de expansão do tecido urbano e à possível especulação imobiliária. Em relação às oportunidades estas remetem essencialmente para a melhoria dos espaços actuais, através de fundos europeus destinados à reabilitação urbana, nomeadamente os de remodelação dos sistemas de infra-estruturas, equipamentos, espaços urbanos ou verdes de utilização colectiva.

5.1.3 ARTICULAÇÃO ENTRE AGRICULTURA URBANA E PLANEAMENTO URBANO

Quando se colocou a questão 12, sobre a existência de exigências legais a cumprir para praticar AU nos respectivos espaços, a maioria dos entrevistados respondeu que não foi necessário cumprir qualquer exigência legal, ressalvando apenas o compromisso estabelecido com a LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto, de que a agricultura praticada seria a mais próxima da agricultura biológica, sem recurso a químicos de síntese, ou a necessidade de cumprimento do contrato de arrendamento com a C.M.P. e contrato de comodato com a Junta de Freguesia. Outro dos entrevistados assinalou a necessidade de realização de análises à água do furo, como única exigência legal (Figura 25).

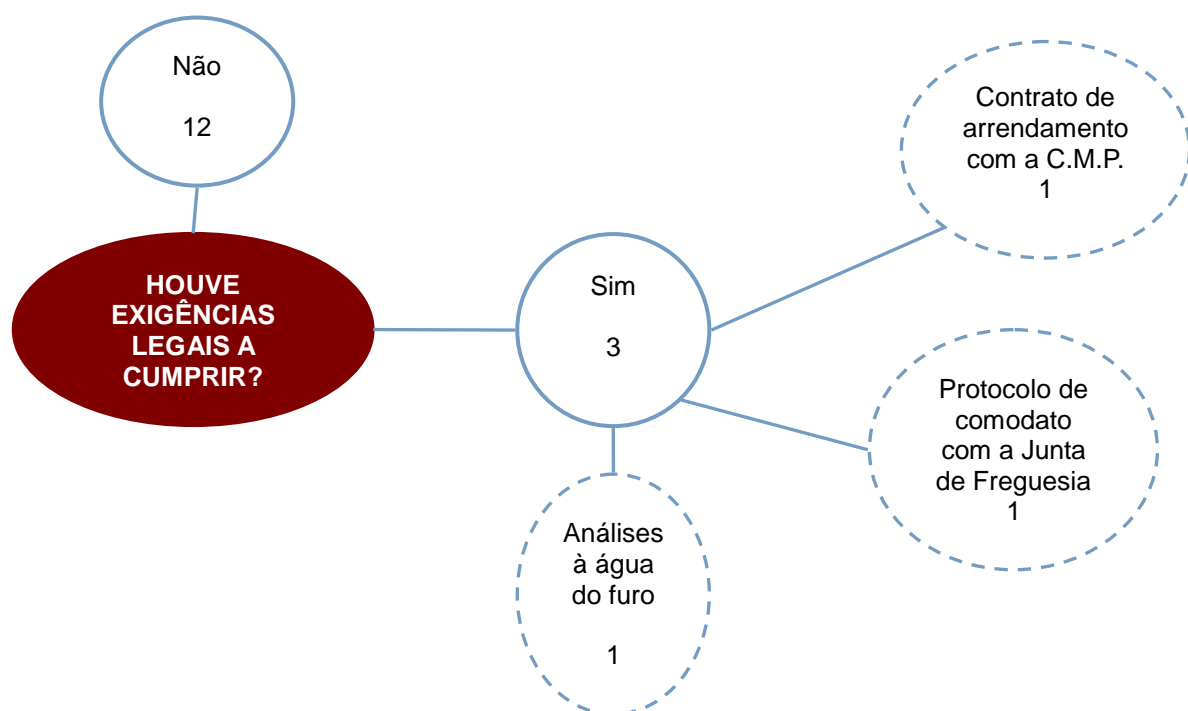


Figura 25 – Exigências legais a cumprir

Em relação à questão 13, sobre a participação activa e regular dos “Stakeholders” junto da C.M.P., da LIPOR, da Junta de Freguesia, ou mesmo a nível interno, as respostas foram divididas, com 8 entrevistados a referir que não participam e 7 a afirmar que participam (Figura 26). O principal motivo para os que não participam reside na desvalorização da importância da participação. Já para os que participam, a parceria com outras instituições, nomeadamente, de âmbito social e pedagógico, é mencionada por duas vezes. Também as trocas de sementes e de culturas com outras hortas da cidade, a inclusão de talhões com fins terapêuticos ou com acessos a pessoas com mobilidade reduzida e a promoção de programas de educação ambiental a toda a comunidade foram outras das sugestões partilhadas.



Figura 26 – Participação dos “Stakeholders”

A maior parte dos entrevistados, quando questionado sobre a existência de abertura por parte da C.M.P., da LIPOR, da Junta de Freguesia, ou mesmo a nível interno, para acolher as sugestões de mudança e de melhoria para o espaço, demonstra reacções positivas como “sim, total receptividade” ou “temos mantido conversas (com os decisores políticos) que sempre se mostraram interessados em apoiar o nosso Projecto”.

5.1.4 PERSPECTIVAS FUTURAS

Quanto à possibilidade de dinamizar novos espaços para a prática de AU no concelho do Porto, 13 dos 15 entrevistados referiram que não é uma das possibilidades a ter em conta actualmente, principalmente porque “não é a vocação principal da instituição”. Esta constatação, aliada à “procura destes espaços por parte de um número muito elevado de munícipes”, sugere uma continuidade, em termos futuros, da procura superior à oferta.

Em relação às perspectivas dos vários “stakeholders” para os próximos 5 anos para os diversos espaços, estas vão no sentido de manter / dar continuidade ao espaço actual, com a totalidade dos entrevistados a referir que gostaria que o espaço se mantivesse. Dos 15 entrevistados, 6 realçaram que gostariam de ver os espaços melhorados, principalmente as instalações de apoio.

5.2 ANÁLISE SWOT

Os benefícios da AU percebidos pela C.M.P. vão, essencialmente, no sentido de encarar esta actividade como impulsionadora da sustentabilidade da cidade, nomeadamente pela maior proximidade dos alimentos produzidos, reduzindo a dependência de combustíveis e a produção de CO₂. Tendo em conta os referidos benefícios da AU e o elevado número de munícipes em lista de espera por um talhão, a visão da Divisão de Gestão Ambiental, através do Pelouro da Inovação e Ambiente, passa por apoiar mais espaços semelhantes aos já existentes e iniciativas de instituições e de associações. Referem, no entanto, que sentem a necessidade de haver um levantamento exaustivo das várias hortas presentes na cidade e dos espaços com maior potencialidade para o estabelecimento de novas hortas.

No Quadro 6 apresentam-se as principais oportunidades e ameaças consideradas mais significativas após a análise dos inquéritos aos gestores / promotores destas hortas, assim como os pontos fortes e fracos considerados transversais à maior parte das hortas.

Face às entrevistas estruturadas realizadas e à análise efectuada, destaca-se assim, como pontos fortes, o dinamismo por parte dos promotores / gestores das hortas urbanas que, apesar de na maior parte dos casos terem a sua actividade profissional e a sua formação de base relacionada com outras áreas, conseguem mostrar um interesse e uma motivação elevadas que permitem a continuidade e a melhoria contínua da maior parte das hortas. Também a vontade e a iniciativa políticas de abranger um público mais vasto que o actual, através do apoio à criação de novos espaços e da dinamização de actividades pedagógicas, constituem-se como pontos fortes. Outro ponto forte a realçar consiste no facto das hortas constituírem áreas multifuncionais, onde se pode associar a vertente pedagógica, ao convívio e lazer, às vantagens ambientais decorrentes da sua utilização e ao facto de se constituírem como um recurso financeiro ou mesmo terapêutico em determinadas situações. A formação inicial ministrada pela LIPOR, associada a uma tradição agrícola muito vincada por parte dos agricultores urbanos, permite aliar um modo de produção biológico, mais sustentável, ao conhecimento agrícola prévio de grande parte dos utilizadores. Por último, o facto das hortas

constituírem um suporte para a estrutura ecológica municipal, através da sua inclusão no sistema de espaços colectivos e na estrutura verde urbana, como elementos estruturantes da cidade, contribuindo para o seu equilíbrio e plena fruição da oferta urbana por parte da população, são pontos fortes a destacar.

Como pontos fracos salienta-se o elevado número de potenciais utilizadores em lista de espera por um talhão que reflecte, em parte, a escassez de recursos financeiros municipais alocados às hortas urbanas. E por outro lado, a falta de tempo por parte das associações / instituições que pode conduzir a espaços degradados, desqualificados e desligados da envolvente.

Quadro 6 – Análise SWOT da agricultura urbana no concelho do Porto

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Dinamismo por parte dos promotores / gestores das hortas urbanas - Vontade e iniciativa política de abranger um público mais vasto do que o actual - As hortas urbanas como recurso financeiro e pedagógico - Espaços de lazer e convívio - Áreas multifuncionais - Existência de uma formação inicial promovida pela LIPOR / C.M.P. - Modo de produção próximo do biológico - Passado ligado à agricultura e ao meio rural de grande parte dos utilizadores - Suporte e fundamento da delimitação da estrutura ecológica e do papel desta na estruturação territorial 	<ul style="list-style-type: none"> - Lista de espera por um talhão - Falta de associações / instituições para se dedicarem a esta actividade - Falta de formação de base na área agrícola de grande parte dos gestores / promotores das hortas - Desconhecimento sobre a qualidade dos alimentos, em que condições e locais são produzidos
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Fundos Europeus “Portugal 2020” e Plano Estratégico da AMP 2020, através da qualificação e modernização do espaço, equipamentos e ambiente urbano, incluindo espaços verdes e mobiliário urbano e da recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas e infra-estruturas verdes - Revisão do PDM Porto, considerando a AU como uma actividade presente no concelho e com necessidade e capacidade de expansão - Programa anual EDP Solidária 	<ul style="list-style-type: none"> -Recuperação económica não sustentável - Pressão do sector imobiliário - Preço do solo urbano elevado - Solos contaminados

Como ameaças, considera-se que a recuperação económica não sustentável, com consequentes meios financeiros disponíveis, pode levar à alteração da ocupação de determinados solos, para habitação, equipamentos e alargamento de instalações de algumas associações / instituições, em detrimento dos espaços ocupados com hortas. Também o facto do preço do solo urbano ser elevado, pode conduzir a pressões imobiliárias para a instalação de outros usos, mais rentáveis. Os solos contaminados, essencialmente por metais pesados provenientes de fugas de óleo de veículos motorizados, pode igualmente constituir uma ameaça não apenas à agricultura urbana como também à saúde pública.

Por outro lado, os fundos europeus provenientes do programa “Portugal 2020” que apoiam a reabilitação urbanística em detrimento de nova construção, podem constituir uma oportunidade de qualificação e modernização dos espaços, equipamentos e ambiente urbano, incluindo espaços verdes e mobiliário urbano e da recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas e infra-estruturas verdes. Também o Plano Estratégico da Área Metropolitana do Porto para 2020, através da visão de “crescimento sustentável”, prevê o apoio “à transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono, à promoção de uma maior adaptação às alterações climáticas e à prevenção dos riscos naturais que delas resultam, à protecção do ambiente e à promoção de uma utilização sustentável dos recursos” (AMP, 2015), objectivos estes que constituem as vantagens da agricultura urbana. O programa anual “EDP Solidária”, que tem como objectivo o apoio a projectos que melhorem a qualidade de vida de pessoas socialmente desfavorecidas, a integração de comunidades em risco de exclusão social e a promoção do empreendedorismo social, pode igualmente constituir uma oportunidade de articulação da agricultura urbana com o planeamento urbano, através da disponibilidade de fundos para a instalação de hortas que implica a cedência de terrenos por parte da C.M.P. ou das Uniões de Freguesia.

O actual PDM do Porto não faz nenhuma referência explícita à agricultura urbana ou às hortas urbanas. No entanto, subentende-se que esta é transversal e até complementar a várias actividades, nomeadamente, pedagógicas, sociais, económicas. O PDM actualmente em processo de revisão, poderá ser uma oportunidade para uma visão mais estratégica da agricultura urbana, assente na continuidade produtiva ao longo da cidade do Porto, como se detalha no sub-capítulo 5.5.

5.3 VECTORES-CHAVE

Partindo da análise SWOT, elaborada no sub-capítulo 5.2, pretende-se agora extrair os “vectores-chave”, isto é, as questões fundamentais e sempre presentes, os guiões da visão estratégica a adoptar.

Considera-se como vectores-chave:

- Integração/reabilitação urbana – a cidade deve assimilar a agricultura, isto é, deve haver uma integração da AU na comunidade / bairro; tal pode passar por qualificar o espaço público, melhorar a percepção interna do bairro / comunidade, melhorar os acessos pedonais, assegurar a continuidade e ligação com espaços e ruas envolventes, entre outros.

- Infra-estruturas verdes urbanas – a AU deve, tanto quanto possível, ser planeada e desenvolvida com o intuito de fazer parte, expandir e valorizar os sistemas e as estruturas ecológicas urbanas.

- Economias de proximidade – deverão ser criadas condições para que os agricultores urbanos, através da produção local de alimentos, possam participar activamente no desenvolvimento de economias de proximidade, o que pode passar, quer pela venda ao comércio local e ao fornecimento a restaurantes e hotéis, quer pela presença em mercados biológicos, ou mesmo pelo fornecimento de produtos relacionados com a agricultura urbana (sabonetes de ervas aromáticas, entre outros).

- Continuidade (espacial e temporal) – a AU deve ser considerada em termos de continuidade espacial, ao longo da cidade e, se possível, ao longo de vários municípios, através da continuidade intermunicipal, de modo a potenciar os seus efeitos benéficos. Por outro lado, deve também ser considerada em termos de continuidade temporal, pois os agricultores urbanos deram provas, num passado recente, da sua capacidade de mobilização e associação, cujo espírito comunitário deve ser apoiado e envolvido na definição de programas e acções, com vista à manutenção da agricultura urbana através das gerações.

5.4 CENÁRIO

O conceito de cenário consiste na formalização de instrumentos de simulação utilizados em perspectiva, através de descrições do futuro, baseados em pressupostos coerentes sobre as diferentes combinações plausíveis que as mudanças sociais, políticas, económicas e tecnológicas podem adoptar (Guell, 2006).

É importante aquando da construção de cenários, o horizonte temporal para o qual se prospectavam, no caso desta tese o horizonte temporal contempla o médio prazo, isto é, aproximadamente 10 anos, tempo de vigência do PDM.

Os cenários podem ser mais ou menos utópicos, consoante as variáveis em estudo sejam extremadas, enquadrando-se nos cenários possíveis. No entanto, neste caso, o cenário escolhido será um cenário desejável mas realizável.

Os cenários apresentados no Quadro 7 tiveram como base os vectores-chave já considerados no sub-capítulo 5.3 e as variáveis idealizadas para cada um dos vectores-chave.

Quadro 7 – Permutações das variáveis associadas a cada vector-chave

Vectores-chave	Variáveis seleccionadas		
	Cenário 1 - Integração	Cenário 2 - Estagnação	Cenário 3 - Negligência
Integração / reabilitação urbana	Reabilitação do espaço público	Manutenção do espaço público actual	Negligência do espaço público
Infra-estruturas verdes	Criação de infra-estruturas verdes e integração das já existentes	Criação de infra-estruturas verdes	Manutenção da situação actual
Economias de proximidade	Certificação e promoção dos produtos locais provenientes de AU junto do comércio tradicional	Campanhas de incentivo ao empreendedorismo	Desenvolver economias que não estão relacionadas com a AU
Continuidade	Promoção da continuidade espacial das hortas ao longo do concelho Promoção de actividades para a população sénior e infantil	Promoção da continuidade espacial das hortas, apenas por tipologias	Encarar os espaços de AU como “ilhas”, sem qualquer ligação entre eles

O cenário escolhido foi o Cenário 1 - Integração, no qual se pretende tirar partido dos fundos europeus provenientes do programa “Portugal 2020” que apoiam a reabilitação urbana, permitindo através da mesma tornar o espaço público atractivo para os cidadãos, fazendo com que a AU passe a integrar o espaço público.

Esta perspectiva passará pela criação de infra-estruturas verdes, tais como, ciclovias, espaços verdes multifuncionais – de produção, de lazer e de promoção de biodiversidade, e pela inclusão dos já existentes, fazendo parte de um todo contínuo.

Tal só poderá ter relevância, quer para a população, quer para a cidade, se, paralelamente, houver promoção e certificação de produtos locais provenientes de agricultura biológica urbana, por exemplo, através da AgroBio e pela promoção junto do comércio tradicional através, por exemplo, da iniciativa “Prove” que pretende contribuir para o escoamento de produtos locais, fomentando as relações de proximidade entre quem produz e quem consome, estabelecendo circuitos curtos de comercialização entre pequenos produtores agrícolas e consumidores, com recurso às tecnologias de informação e comunicação.

Por outro lado, é essencial a promoção de actividades que envolvam as várias faixas etárias da sociedade, de modo a permitir uma continuidade temporal destes espaços e, por outro lado, o desenho urbano e a lógica de concepção destas infra-estruturas urbanas devem igualmente abranger o pressuposto da continuidade espacial, de modo a evitar “ilhas” na cidade, sem qualquer conexão com a envolvente e às quais apenas um nicho da população poderá aceder.

Com este cenário pretende-se criar um caminho para uma maior articulação da AU com o PU, propiciando situações que promovam o território e a qualidade de vida da população, fornecendo espaços com grande procura. No entanto, há também que ter em conta algumas dificuldades que podem surgir, tais como a dificuldade de descentralizar os fundos europeus para a região Norte e a morosidade que tais processos podem levar.

5.5 RECOMENDAÇÕES PARA UMA MELHOR ARTICULAÇÃO DA AGRICULTURA URBANA COM O PLANEAMENTO URBANO

Após o diagnóstico e estudo prospectivo, segue-se a definição de medidas que assegurem a implementação do cenário escolhido. Estas medidas surgem na continuidade dos “vectores-chave” definidos anteriormente, e assentam em objectivos concretos. Os objectivos, por sua vez, são efectivados em acções, onde se pretende contribuir de forma positiva e prospectiva para o horizonte temporal de médio / longo prazo.

Foram definidas quatro medidas, consideradas fulcrais para o desenvolvimento sustentável do território em estudo, nomeadamente, a requalificação do espaço público, a salvaguarda e valorização da EEM, a certificação de produtos provenientes de AU e a continuidade.

REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

A reabilitação do espaço público tem como principais objectivos promover a qualidade de vida, através da melhoria da qualidade do ar, da redução do ruído, do aumento da infiltração de água no solo, da melhoria da imagem urbana e do aumento do contacto com a natureza, tornando a cidade menos inóspita e com mais biodiversidade. Deverá servir também de alavanca para captar mais residentes, essencialmente jovens.

As principais acções necessárias para atingir tais objectivos, passam pela inclusão de exemplares arbóreos, preferencialmente de espécies autóctones e de folha caduca, em grande parte dos arruamentos e pela melhoria do pavimento desses mesmos arruamentos.

A adopção de um modelo de proximidade que passe por atribuir mais poderes e competências às associações de moradores e colectividades da freguesia, mediante acompanhamento da Junta de Freguesia, poderá também permitir uma maior integração da AU na cidade.

SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DA ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

A salvaguarda da EEM e a sua valorização têm como objectivo proporcionar continuidade da estrutura ecológica ao longo do município, permitindo à população usufruir das suas vantagens, especialmente da função produtiva da mesma. Tem, de igual modo, a função de “abrir” a cidade e, neste caso particular, as suas hortas a toda a população e não apenas a um nicho.

Como principais acções para concretizar tais objectivos destacam-se o desenvolvimento de hortas urbanas em locais estratégicos do município, salvaguardando e integrando as redes já existentes, garantindo a continuidade da EEM.

De igual modo, será pertinente criar uma rede que promova os modos suaves de transporte, tais como as ciclovias e as ruas exclusivas para peões, de modo a contribuir para um maior usufruto do espaço público, associado às hortas urbanas.

CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS PROVENIENTES DE AGRICULTURA URBANA

Esta medida tem como objectivo garantir a qualidade dos produtos provenientes de AU, de modo a captar mais consumidores e a permitir criar negócios locais com maior visibilidade, quer através da venda ao comércio tradicional, a restaurantes, a lares e escolas, quer através da criação de espaços inovadores onde se poderão vender esses produtos.

Como principais acções responsáveis pela concretização desta medida e dos seus objectivos, realça-se a criação de uma parceria com empresas responsáveis pela certificação alimentar e a promoção de um mercado, exclusivo para produtos provenientes de AU, a realizar com periodicidade semanal ou através da iniciativa “Prove” que pretende contribuir para o escoamento de produtos locais, fomentando as relações de proximidade entre quem produz e quem consome, estabelecendo circuitos curtos de comercialização entre pequenos produtores agrícolas e consumidores, com recurso às tecnologias de informação e comunicação.

CONTINUIDADE DA AU

A continuidade da AU tem como principais objectivos permitir que as hortas urbanas constituam uma malha produtiva contínua ao longo do concelho, contribuindo essencialmente para a segurança alimentar e para reduzir a pegada ecológica. E, por outro lado, para promover a partilha de saberes entre gerações, com vista à inclusão social, tanto de jovens como de idosos, garantindo a continuidade temporal da AU.

Como principais acções passíveis de concretizar os referidos objectivos desta medida salienta-se o desenho urbano que deverá passar a incluir a AU quer nas áreas verdes resultantes de novas intervenções, quer nas já existentes e também em áreas de logradouro e equipamentos e a dinamização de actividades hortícolas intergeracionais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo da dissertação tem como intuito apresentar as conclusões sobre o estudo desenvolvido, os desafios e as limitações encontradas e sugestões de desenvolvimento futuro.

A presente dissertação incidiu sobre a agricultura urbana no concelho do Porto e teve como objectivos específicos:

1. Analisar a agricultura urbana e a sua articulação com o planeamento urbano.
2. Analisar, comparativamente, os modelos de gestão de AU de Lisboa e do Porto.
3. Auscultar as perspectivas dos “stakeholders”, nomeadamente, dos decisores e promotores/gestores, no concelho do Porto.

O primeiro objectivo específico permitiu concluir que a AU tem um conjunto de vantagens ecológicas, económicas e sociais que se traduzem numa melhor qualidade de vida para a população. A sua multifuncionalidade torna-a transversal a vários domínios, necessitando tornar-se uma actividade mais oficial ou formalizada para ser integrada nos processos de planeamento urbano. A criação de associações de agricultores urbanos pode ser um passo importante, até para o processo participativo do planeamento urbano.

O segundo objectivo específico permitiu concluir que o modelo de gestão de AU no concelho de Lisboa é um modelo assente, maioritariamente, na dinamização por parte da Câmara Municipal, através dos Parques Hortícolas. Para o concelho do Porto, o modelo actual baseia-se, preferencialmente, no apoio por parte da C.M.P. a acções de associações / instituições que, em parceria com a LIPOR, queiram dinamizar projectos de AU na cidade, disponibilizando, para o efeito, terrenos municipais, sob arrendamento ou nalguns casos sob empréstimo.

O terceiro objectivo específico permitiu inferir que as entrevistas são um método eficaz de auscultar as visões e perspectivas, tendo o caso de estudo do Porto se mostrado particularmente interessante devido à diversidade de tipologias encontradas e ao dinamismo demonstrado pelos entrevistados.

O facto de se ter conseguido atingir os referidos objectivos específicos permitiu alcançar o objectivo geral de suportar recomendações, envolvendo medidas, objectivos e acções que permitissem uma melhor articulação da agricultura urbana com o planeamento urbano para o concelho do Porto.

O facto da informação sobre a identificação e localização dos principais “stakeholders” relativos à AU no concelho do Porto se encontrar dispersa, revelando uma falta de articulação entre as entidades responsáveis por esta temática, constituiu o principal desafio da dissertação. Decorrente deste desafio foi necessário adoptar uma estratégia que se baseou na metodologia “bola de neve”, na qual os entrevistados referiam saber da existência de outros possíveis “stakeholders” a contactar e assim sucessivamente, até não existir novas informações a acrescentar.

As principais limitações encontradas ao longo da elaboração da dissertação foram a ausência de resposta de alguns “*stakeholders*”, derivada muitas vezes do facto da AU não ser a vocação principal do espaço onde a mesma se encontra, sendo obrigados a dar prioridade a outras actividades. O facto do tempo disponível para a realização da dissertação ser limitado também constituiu uma limitação, ao não permitir uma análise mais aprofundada que incluísse, por exemplo, entrevistas aos utilizadores dos vários espaços de AU.

As conclusões globais a retirar da elaboração da dissertação sintetizam-se da seguinte forma:

- Legislação: deverá ser questionada a divisão actual presente na Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de Maio) que apresenta apenas duas classes de espaço, nomeadamente, rústico e urbano. Deverá ser considerada a criação de uma nova classe de espaço que permita uma maior articulação entre a agricultura urbana e o planeamento urbano. Será também de considerar a inclusão de uma categoria de solo urbano destinada à agricultura urbana.

- Governança: deverão ser propiciados modelos associativos que poderão passar, por exemplo, pela criação de uma associação de agricultores urbanos. Deverá existir uma maior consciencialização dos decisores políticos para a importância da inclusão da agricultura urbana no planeamento urbano e, conseqüentemente, uma maior integração institucional entre estas duas temáticas.

- Investigação: há a necessidade de um maior aprofundamento sobre os serviços de ecossistema proporcionados pela agricultura urbana a toda a população, assim como um estudo mais aprofundado sobre as questões relacionadas com a qualidade alimentar da produção agrícola urbana.

Apesar de cada território ter características próprias e as abordagens terem que atender às suas próprias especificidades, espera-se que a presente dissertação tenha dado um contributo, não apenas em termos académicos mas também em termos práticos, a todos os que diariamente desenvolvem a sua actividade profissional no âmbito desta matéria.

Como sugestão de desenvolvimentos futuros, considera-se pertinente realizar um levantamento exaustivo de todos os espaços de AU presentes na cidade e dos espaços com potencialidade para a sua prática, a realização de entrevistas aos utilizadores dos diversos espaços, de modo a ser possível considerar o “*input*” das suas visões, enriquecendo desta forma e tornando mais robusto o estudo desenvolvido durante esta dissertação e um levantamento dos modos de produção, de modo a ser possível entender os riscos associados à qualidade alimentar.

Também como desenvolvimento futuro há a necessidade de um maior aprofundamento sobre os serviços de ecossistema proporcionados pela agricultura urbana a toda a população (Luederitz et al., 2015), nomeadamente através de (i) a necessidade de uma cobertura mais ampla a nível espacial e contextual, (ii) o esclarecimento contínuo de definições, (iii) o reconhecimento da limitação da transferência de informação, para outros territórios (iv) a participação mais abrangente das partes interessadas, (v) os esforços mais integrados de pesquisa, e (vi) a aplicação do conhecimento científico à acção, fornecendo informações ao planeamento e gestão territorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abinader, J., 2014. *Agricultura urbana e planeamento do uso do solo na República Dominicana*. RUAUF - Centro de Recursos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar. Página disponível em: <http://agriculturaurbana.org.br/RAU/AU04/AU4dominicana.html> (consultada no dia 20 de Setembro de 2014).

Almeida, D., 1999. *Conceito de Agricultura*. Página disponível em: <http://dalmeida.com/ensino/pa-conceito.htm> (consultada no dia 18 de Agosto de 2014).

Alves, N., 2006. *Investigação por inquérito*. Universidade dos Açores - Departamento de Matemática, Licenciatura em Matemática Aplicada. Página disponível em: <http://www.amendes.uac.pt/monograf/tra06investglnq.pdf> (consultada no dia 23 de Janeiro de 2015).

AMP - Área Metropolitana do Porto, 2015. *Estratégia AMP 2020*. Página disponível em: http://portal.amp.pt/media/documents/2015/06/11/estrategia_amp_2020.pdf (consultada no dia 27 de Julho de 2015).

AMP - Área Metropolitana do Porto, 2015. *Mapas*. Página disponível em: <http://www.amp.pt/gca/index.php?id=104> (consultada no dia 20 de Abril de 2015).

AMP - Área Metropolitana do Porto, 2002. *Atlas da área metropolitana do Porto*. Página disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/67396> (consultada no dia 15 de Abril de 2015).

Antonelli, A., Lamberti, L., 2011. *Multifunctionality of periurban agriculture in Italy*. International Centre for Advanced Mediterranean Agronomic Studies. Watch Letter n.º 18.

APA - Agência Portuguesa do Ambiente, 2007. *Guia Agenda 21 Local - Um desafio para todos. Manual*. Governo de Portugal - Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. Página disponível em: http://www.apambiente.pt/_zdata/Instrumentos/GestaoAmbiental/A21L/Guia%20Agenda%2021%20Local.pdf (consultada no dia 22 de Setembro de 2014).

APA - Agência Portuguesa do Ambiente, 2014. *Agenda 21 Local*. Governo de Portugal - Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. Página disponível em: <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=120&sub2ref=163> (consultada no dia 22 de Setembro de 2014).

Arruda, J., 2011. *Agricultura urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias*. Tese de Doutoramento. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Página disponível em: http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2012/07/Tese_Juliana_Arruda_20111.pdf (consultada no dia 5 de Outubro de 2014).

Ashe, L., Sonnino, R., 2013. *Convergence in Diversity: New York City School Food and the Future of the Food Movement*. International Planning Studies, 18:1, 61 - 77.

AVAAL – Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa, 2015. *História do Parque Agrícola da Alta de Lisboa*. Página disponível em: <http://avaal.org/paal/historia/> (consultada no dia 25 de Outubro de 2015).

Barthel, S., Isendahl, C., 2012. *Urban gardens, agriculture and water management: Sources of resilience for long-term food security in cities*. Ecological Economics. Elsevier.

Cabannes, Y., Raposo, I., 2013. *Peri-urban agriculture, social inclusion of migrant population and Right to the City*. Routledge. Página disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13604813.2013.765652#.VDZsp2ddWT4> (consultada no dia 9 de Outubro de 2014).

Câmara Municipal do Funchal, 2014. *Génese e Desenvolvimento das Hortas Urbanas*. Página disponível: http://www.cm-funchal.pt/ambiente/index.php?option=com_content&view=article&id=333%3Agenese-e-desenvolvimento&catid=103&Itemid=272 (consultada no dia 24 de Setembro de 2014).

Câmaras Verdes, 2014. *Hortas Urbanas conquistam terreno em Portugal*. Página disponível em: <http://www.camarasverdes.pt/tema-especial/505-hortas-urbanas-conquistam-terreno-em-portugal.html> (consultada no dia 15 de Outubro de 2014).

Cancela, J., 2014. *A Agricultura Urbana na Operacionalização da Estrutura Ecológica Municipal. O Estudo de Caso do Parque Agrícola da Alta de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Urbanismo. Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

Caraher, M., Carey, R., McConell, K., Lawrence, M., 2013. *Food Policy Development in the Australian State of Victoria: A Case Study of the Food Alliance*. International Planning Studies, 18:1, 78-95.

Carey, J., 2013. *Urban and Community Food Strategies. The Case of Bristol*. International Planning Studies, 18:1, 111-128.

Castel' Branco, I., Saraiva, M. G., Neto, M. S., 1985. As "hortas urbanas" em Lisboa. Sociedade e Território n.º 3. Porto.

Castelo Branco, M., Alcântara, F., 2011. *Hortas urbanas e peri-urbanas: o que nos diz a literatura brasileira?*. Horticultura brasileira, volume 29, n.º 3. Página disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-05362011000300028&script=sci_arttext (consultada no dia 18 de Outubro de 2014).

Cheng, K., Gershtein, I., Hewko, S., Martinolich, K., Pinkerton, K., Sivapatham, J., Su, J., 2003. *Assessing the Sustainability of the UBC Campus*. University of British Columbia. Página disponível em: <http://sustain.ubc.ca/sites/sustain.ubc.ca/files/seedslibrary/2003%20spring%20group18%20paper.pdf> (consultada no dia 16 de Setembro de 2014).

C.M.L. - Câmara Municipal de Lisboa, 2011. *Hortas Urbanas: Estratégia Municipal para a Dinamização da Agricultura Urbana em Lisboa*. Página disponível em:

<http://lisboaenova.org/pt/podcasts/rita-folgosa/hortas-urbanas-pe-24022011> (consultada no dia 7 de Agosto de 2015).

C.M.P. - Câmara Municipal do Porto, 2015. *Freguesias*. Página disponível em: http://www.cm-porto.pt/cidade/freguesias_4 (consultada no dia 13 de Abril de 2015).

C.M.P. - Câmara Municipal do Porto, 2014. *Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território*. Página disponível em: <http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/guiatematico/PlaneamentoOrdenamento/Documents/anexo3%20REOT.pdf> (consultada no dia 13 de Abril de 2015).

C.M.P. – Câmara Municipal do Porto, 2011. *Sistema de Monitorização da Qualidade de Vida Urbana do Porto – Relatório 2011*. Página disponível em: http://www.cm-porto.pt/assets/misc/documentos/informacao_oficial/Relatorio_SMQVU_2011_PT.pdf (consultada no dia 13 de Outubro de 2015).

Coba - Consultores de Engenharia e Ambiente, 1997. *Estudo de Impacte Ambiental do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto - Estudo Prévio*. Página disponível em: <http://www.metrodoporto.pt/Download.aspx?file=Fe2OxrlMuVX3vbcE3v+exaKvSkeJR/8/ggHmgfuycwilx2uY0e0A+Jbu7Ahi49Go3HldxTK2bkemin6ptr1bKg==&name=Estudo%20de%20Impacte%20Ambienta> (consultada no dia 8 de Maio de 2015).

Cornel University, 2013. *Dealing with contaminated soils*. Página disponível em: <http://nebeginningfarmers.org/2013/01/30/7-dealing-with-contaminated-soils/> (consultada no dia 16 de Setembro de 2014).

COST – Action Urban Agriculture Europe, 2013. *Declaração de Barcelona sobre Agricultura Urbana e Política Agrícola Comum*. Página disponível em: http://www.urbanagricultureeurope.la.rwth-aachen.de/files/130624_barcelona_declaration_on_urban_agriculture.pdf (consultada no dia 28 de Julho de 2013).

Costa Lobo, M., Pardal, S., Correia, P. V. D., Sousa Lobo, M., 1995. Normas Urbanísticas - Princípios e Conceitos Fundamentais. Volume I. 2ª Edição. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano - Universidade Técnica de Lisboa.

Curado, M., Quintas, A., 2010. *Estrutura Ecológica Urbana: sistema multifuncional de desenvolvimento urbano*. XII Colóquio Ibérico de Geografia. Página disponível em: <http://web.letras.up.pt/xiicig/comunicacoes/42.pdf> (consultada no dia 13 de Outubro de 2014).

Deelstra, T., Boyd, D., Biggelaar, M., 2001. *Multifunctional Land Use: An Opportunity for Promoting Urban Agriculture in Europe*. International Institute for the Urban Environment. Holanda.

Despommier, D., 2011. *Insuring Food Safety and Security: Vertical Farms for Europe and the Middle East*. International Centre for Advanced Mediterranean Agronomic Studies. Watch Letter n.º 18.

DGOTDU - Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2000. *Vocabulário do Ordenamento do Território*. Colecção de Informação. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

DGOTDU - Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2007. *Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis*. Página disponível em: http://politicadecidades.dgotdu.pt/docs_ref/Documents/Coopera%C3%A7%C3%A3o%20Internacional/Carta%20de%20Leipzig.pdf (consultada no dia 22 de Setembro de 2014).

DGOTDU - Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2011. *Glossário de Desenvolvimento Territorial*. Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa.

Domene, E., D. Saurí, 2007. *Urbanization and class-produced natures: Vegetable gardens in the Barcelona Metropolitan Region*. Science Direct.

Drescher, A. W., 2000. *A agricultura urbana e peri-urbana na agenda política*. Revista de Agricultura Urbana n.º 4 - RUAF (Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security). Página disponível em: <http://agriculturaurbana.org.br/RAU/AU04/AU4relatorio.html> (consultada no dia 20 de Setembro de 2014).

Drescher, A. W., 2001. *The integration of urban agriculture into urban planning - an analysis of the current status and constrains*. University of Freiburg - Germany. Página disponível em: <http://areeweb.polito.it/didattica/UPWARD/dwd/agriculture/dreschler.pdf> (consultada no dia 1 de Outubro de 2014).

Ensaio Linear, 2009. *Hortas Urbanas como elemento morfológico da cidade*. Página disponível em: <http://ensaio-linear.blogspot.pt/2009/10/hortas-urbanas-como-elemento.html> (consultada no dia 20 de Setembro de 2014).

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2001. *Urban and Peri-urban agriculture. A briefing guide for the successful implementation of Urban and Peri-urban Agriculture in Developing Countries and Countries of Transition*. Página disponível em: http://www.fao.org/docs/eims/upload/215253/briefing_guide.pdf (consultada no dia 25 de Agosto de 2014).

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2007. *Profitability and sustainability of urban and peri-urban agriculture*. Página disponível em: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/010/a1471e/a1471e00.pdf> (consultada no dia 25 de Agosto de 2014).

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2014. *Urban and peri-urban agriculture in Latin America and the Caribbean - Belo Horizonte*. Página disponível em: http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/en/GGCLAC/belo_horizonte.html (consultada no dia 19 de Setembro de 2014).

Ferrão, J., 2000. *Relações entre mundo rural e mundo urbano - Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro*. Página disponível em:

http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000200003

(consultada no dia 11 de Novembro de 2013). Sociologia, Problemas e Práticas n.º 33, pp. 45-54.

Flores, O. M., 2007. *Agricultura Urbana: Nuevas Estrategias de Integración Social y Recuperación Ambiental en la Ciudad*. Página disponível em: [http://www.captura.uchile.cl/bitstream/handle/2250/5223/Art%C3%ADculo_agricultura_urbana%20\(revista%20DU%26P\).pdf?sequence=1](http://www.captura.uchile.cl/bitstream/handle/2250/5223/Art%C3%ADculo_agricultura_urbana%20(revista%20DU%26P).pdf?sequence=1) (consultada no dia 9 de Setembro de 2014).

Ferreira, M.J., Campos, P., N/D. XI - *O Inquérito Estatístico. Uma Introdução à elaboração de questionários, amostragem, organização e apresentação de resultados*. Dossiês Didáticos. Página disponível em: <http://homepage.ufp.pt/cmanso/ALEA/Dossier11.pdf> (consultada no dia 23 de Janeiro de 2015).

Frias, R. M., 2013., 2013. *Prevenção e análise de riscos naturais – a Articulação entre os Planos Directores Municipais e os Planos Municipais de Emergência*. Dissertação em Urbanismo e Ordenamento do Território. Instituto Superior Técnico.

Godet, M., 1993. *Manual de Prospectiva Estratégica*. Publicações D. Quixote, Lisboa.

Guëll, J. M., 2006. *Planificación Estratégica de Ciudades – Nuevos Instrumentos y procesos*. Editorial Reverté, Barcelona.

Harouel, J. L., 1990. *História do Urbanismo*. Papyrus Editora – 4ª Edição. Página disponível em: www.fep.up.pt/disciplinas/PGI924/História_do_Urbanismo.pdf (consultada no dia 9 de Julho de 2013).

Hortas de Cascais, 2013. *O que é a Agricultura Urbana*. Página disponível em: <http://www.hortasdecascais.org/conteudo.php?m=17> (consultada no dia 4 de Julho de 2013).

ICETA - Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias e Agro-alimentares, 2004. *Estrutura Ecológica da Área Metropolitana do Porto*. Página disponível em: http://www.campoaberto.pt/files_drupal/50espacos/documentos/Estrutura%20ecologica%20da%20AMP.pdf (consultada no dia 8 de Maio de 2015).

ISA - Instituto Superior de Agronomia, 2014. *Conceito de Estrutura Ecológica*. Página disponível em: http://www.isa.utl.pt/ceap/ciclovias/new_page_1551.htm#_Toc93398166 (consultada no dia 13 de Outubro de 2014).

Lang, G., Miao, B., 2013. *Food Security for China's Cities*. International Planning Studies, 18:1, 5-20.

Losada, H., Rivera, J., Cortes, J., Vieyra, J., 2011. *Urban agriculture in the metropolitan area of Mexico city*. Field Actions Science Reports (Online), Vol. 5. Página disponível em: <http://factsreports.revues.org/781> (consultada no dia 8 de Outubro de 2014).

Luederitz C., Brink E., Gralla F., Hermelingmeier V., Meyer M., Niven L., Panzer L., Partelow S., Rau A., Sasaki R., Abson D., Lang D., Wamsler C., Von Wehrden H., (2015). *A review of urban ecosystem services: six key challenges for future research*. Ecosystem Services 14: 98–112. Página

disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212041615300024> (consultada no dia 29 de Outubro de 2015).

Luiz, J., Jorge, S., 2011. *Hortas Urbanas cultivadas por populações caboverdianas na área metropolitana de Lisboa: entre a produção de alimentos e as sociabilidades no espaço urbano não legal*. Página disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4422570> (consultada no dia 5 de Outubro de 2014).

Mah, C., Thang, H., 2013. *Cultivating Food Connections: The Toronto Food Strategy and Municipal Deliberation on Food*. *International Planning Studies*, 18:1, 96:110.

Mantas, A., 1992. *Dicionário de Agricultura*. Publicações Dom Quixote – 1ª Edição. Lisboa.

Matos, R., 2010. *A reinvenção da multifuncionalidade da paisagem em espaço urbano – reflexões*. Tese de Doutoramento. Universidade de Évora. Página disponível em: http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2015/03/a_reinven%C3%A7%C3%A3o_da_multifuncionalidade_da_paisagem_rural_em-espa%C3%A7o_urbano.pdf (consultada no dia 8 de Setembro de 2015).

Mbiba, B., Veenhuizen, R., 2001. *A integração da agricultura urbana e periurbana no planeamento*. *Revista de Agricultura Urbana - Edição n.º 4 - Julho de 2001*. Página disponível em: <http://www.ruaf.org/sites/default/files/AU4Edit.pdf> (consultada no dia 19 de Setembro de 2014).

McClintock, N., 2010. *Why farm the city? Theorizing urban agriculture through a lens of metabolic rift*. Department of Geography, University of California. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 3, 191-207.

Mendes, W., 2014. *Criando e implementando políticas alimentares em Vancouver, Canadá*. *Revista Agricultura Urbana n.º 16 - RUAF (Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security)*. Página disponível em: <http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU16/AU16canada.html> (consultada no dia 20 de Setembro de 2014).

Morgan, K., 2009. *Feeding the City: The Challenge of Urban Food Planning*. *International Planning Studies*, 14:4, 341-348.

Morgan, K., 2013. *The Rise of Urban Food Planning*. *International Planning Studies*. Taylor & Francis.

Mougeot, L., 2006. *Growing better cities - Urban agriculture for sustainable development*. International Development Research Centre. Página disponível em: <http://idl-bnc.idrc.ca/dspace/bitstream/10625/30554/12/IDL-30554.pdf> (consultada no dia 5 de Outubro de 2014).

Museu Nacional do Traje, 2015. *Hortas de Recreio 2015/2016*. Página disponível em: <http://www.museudotraje.pt/pt-PT/O%20Museu/ContentDetail.aspx?id=326> (consultada no dia 25 de Outubro de 2015).

Naïli, M., 2011. *Feeding cities in Algeria: a multidimensional challenge*. International Centre for Advanced Mediterranean Agronomic Studies. *Watch Letter n.º 18*.

Perrin, C., 2013. *Regulation of Farmland Conversion on the Urban Fringe: From Land-Use Planning to Food Strategies. Insight into Two Case Studies in Provence and Tuscany*. *International Planning Studies*, 18:1, 21-36.

Pinto, S., Yves, A., 2009. *Agricultura urbana: alternativa para aliviar a fome e para a educação ambiental*. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - 47º Congresso. Página disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/359.pdf> (consultada no dia 16 de Outubro de 2014).

Pinto, R., Ramos, R., 2008. *Viabilidade ambiental de hortas urbanas: o caso de Braga, Portugal*. Universidade do Minho. Página disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/18434/1/436.pdf> (consultada no dia 15 de Outubro de 2014).

PORTAU - Portal da Agricultura Urbana e Peri-urbana, 2014. *Bem-vindo ao PORTAU*. Página disponível em: <http://www.portau.org/> (consultada no dia 7 de Outubro de 2014).

Quental, N., 2013. *Episódios da História do Urbanismo*. Escola Superior de Biotecnologia – Universidade Católica Portuguesa. Página disponível em: <http://naturlink.sapo.pt/Natureza-e-Ambiente/Interessante/content/Episodios-da-historia-do-urbanismo?bl=1> (consultada no dia 8 de Julho de 2013).

Quon, S., 1999. *Planning for Urban Agriculture: a review of tools and strategies for urban planners*. International Development Research Centre. Página disponível em: <http://www.international-food-safety.com/pdf/Cities%20Feeding%20-%20Planning%20For%20Urban%20Agriculture%20-%20A%20Review%20Of%20Tools%20And%20Strategies%20For%20Urban%20Planners.pdf> (consultada no dia 24 de Outubro de 2014).

Ramos, A., 2011. *A integração de espaços de cultivo agrícola em contextos urbanos. Proposta de intervenção para a requalificação urbana do Vale de Chelas (Lisboa)*. Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Arquitectura. Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior Técnico.

Rejeb, H. 2011. *Urban and peri-urban agricultural issues in Tunisia*. University of Sousse. International Centre for Advanced Mediterranean Agronomic Studies. Watch Letter n.º 18.

Relatório Brundtland, 1987. *Our Common Future*. Página disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf> (consultada no dia 9 de Setembro de 2014).

Ribeiro Telles, G., 2013. *Em Nome da Terra*. Reportagem da RTP2 transmitida no dia 25 de Abril de 2013. Página disponível em: <http://www.rtp.pt/play/p236/e115157/em-nome-da-terra> (consultada no dia 27 de Outubro de 2014).

Rodrigues, S., 2012. *Um Modelo para a Implementação de Redes de Hortas Urbanas*. Mestrado em Gestão Ambiental e Ordenamento do Território. Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Página disponível em: http://repositorio.ipv.pt/bitstream/123456789/1124/1/Susana_Rodrigues.pdf (consultada no dia 11 de Dezembro de 2014).

RTP - Rádio e Televisão de Portugal, 2008. *Terminou na madrugada de quinta-feira a paralisação de camionistas*. Página disponível em: <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=95581&tm=&layout=121&visual=49> (consultada no dia 31 de Dezembro de 2014).

RUAF - Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security, 2014. *About RUAF*. Página disponível em: <http://www.ruaf.org/about-ruaf> (consultada no dia 5 de Outubro de 2014).

Saraiva, R., 2011. *As hortas urbanas na reconfiguração física, social e ambiental do concelho de Oeiras*. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território - Área de Especialização em Planeamento e Ordenamento do Território. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SIGWEB - Câmara Municipal do Porto, 2015. *Mapa de freguesias*. Página disponível em: <http://sigweb.cm-porto.pt/mipweb/%28S%28c5w2tzznacghuzfh200kix55%29%29/MapView/SectionsViewer.aspx?id=0> (consultada no dia 22 de Maio de 2015).

Silva, L., 2009. *Urbanismo y practicas agricolas*. Revista Urbano 23, Páginas 38 - 47. Chile. Página disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=19818886005> (consultada no dia 17 de Outubro de 2014).

Skordili, S., 2013. *Economic Crisis as a Catalyst for Food Planning in Athens*. International Planning Studies, 18:1, 129-141.

Toronto Food Policy Council, 1999. *Feeding the city from the back 40: a commercial food production plan for the city of Toronto*. Página disponível em: http://www.toronto.ca/health/tfpc_feeding.pdf (consultada no dia 10 de Novembro de 2013).

Toronto Food Policy Council, 2010. *Food Secure City*. Página disponível em: www.toronto.ca/health/tfpc_secure.pdf (consultada no dia 4 de Novembro de 2013).

Toronto Public Health, 2010. *Food Connections: toward a healthy and sustainable food system for Toronto*. Página disponível em: http://www.toronto.ca/health/food_connections_report.pdf (consultada no dia 11 de Setembro de 2014).

Travaline, K., Hunold, C., 2010. *Urban agriculture and ecological citizenship in Philadelphia*. Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability. Routledge.

Yokohari, M., Amati, M., Bolthouse, J., Kurita, H., 2012. *Restoring Urban Fringe Landscapes through Urban Agriculture: The Japanese Experience*. Routledge – Taylor & Francis Group.

ANEXOS

ANEXO A – Modelos de Inquéritos

Anexo A. 1 - Inquérito aos decisores

Agricultura Urbana e Planeamento Urbano

Instituto Superior Técnico

Este inquérito é realizado no âmbito da Dissertação de
Mestrado em Urbanismo e Ordenamento do Território no ano lectivo de 2014/2015

Dados pessoais

Sexo: _____

Idade: _____

Habilitações literárias: _____

Funções que desempenha: _____

1 – QUESTÕES DE ARTICULAÇÃO ENTRE AGRICULTURA URBANA E PLANEAMENTO URBANO

1) O que entende por Agricultura Urbana (AU)?

2) Qual é a área total relativa à Agricultura Urbana no concelho do Porto? _____

3) Como é envolvida a população nos processos de decisão associados à Agricultura Urbana?
Como avalia esse processo? _____

4) Vê vantagens na articulação da Agricultura Urbana com o Planeamento Urbano no concelho do Porto? _____

5) Como se processa essa articulação entre a Agricultura Urbana e o Planeamento Urbano no caso concreto do Porto? Conhece outras experiências? _____

6) Vê desvantagens/limitações na articulação da Agricultura Urbana com o Planeamento Urbano no concelho do Porto? _____

7) Tendo em conta a próxima revisão do PDM, considera que há vantagem que a AU estivesse regulamentada no PDM com uma classe de espaços própria? Porquê? _____

8) Estão a pensar criar / dinamizar mais espaços deste género no concelho do Porto? Se sim, quais são os principais motivos? _____

9) Considera que os técnicos têm a informação e os instrumentos necessários para uma articulação entre AU e planeamento urbano? Justifique. _____

10) O que desejaria que acontecesse à Agricultura Urbana no concelho do Porto daqui por 5 anos? _

11) Vê benefícios desta dinâmica para a sustentabilidade da cidade? _____

OBRIGADA PELA COLABORAÇÃO!

Anexo A. 2 - Inquérito aos promotores / gestores

Agricultura Urbana e Planeamento Urbano

Instituto Superior Técnico

Este inquérito é realizado no âmbito da Dissertação de
Mestrado em Urbanismo e Ordenamento do Território no ano lectivo de 2014/2015

Dados pessoais

Sexo: _____

Idade: _____

Habilitações literárias: _____

Profissão: _____

1 – QUESTÕES GERAIS E DE ENQUADRAMENTO

- 1) Qual é a área total do espaço? _____
 - 2) Qual é o número de talhões do espaço? _____
 - 3) Qual é o número de utilizadores do espaço? _____
 - 4) Qual a data de início? _____
 - 5) A quem pertence o terreno? _____
 - 6) Qual é a entidade responsável pela gestão do espaço? _____
 - 7) Há infra-estruturação (água, luz) – quem fez e quem pagou?_ _____
-

2 – QUESTÕES MOTIVACIONAIS

- 8) Quais são os objectivos deste projecto? _____

- 9) O que acha que motiva os utilizadores deste espaço para a prática de Agricultura Urbana? _____

- 10) Quais acha que são as principais ameaças encontradas para a prática de Agricultura Urbana?

11) Quais as principais oportunidades encontradas para a prática de Agricultura Urbana? _____

3 – QUESTÕES DE ARTICULAÇÃO ENTRE AGRICULTURA URBANA E PLANEAMENTO URBANO

12) Houve exigências legais a cumprir para poder desenvolver a actividade agrícola neste espaço? Se sim, quais? _____

13) Participa activamente e regularmente junto da Câmara Municipal do Porto com sugestões pertinentes para o espaço? _____

14) Sente que existe abertura por parte dos decisores (Câmara Municipal do Porto) às sugestões? _____

4 – QUESTÕES RELACIONADAS COM AS PERSPECTIVAS FUTURAS

15) Estão a pensar criar / dinamizar mais espaços deste género no concelho do Porto? _____

16) O que desejaria que acontecesse a este espaço daqui por 5 anos? _____

OBRIGADA PELA COLABORAÇÃO!

ANEXO B – Regulamentos

Anexo B.1 – Regulamento das hortas inseridas no Programa “Hortas à Porta”

Horta à Porta - Hortas Biológicas da Região do Porto

Regulamento Geral

Considerando a necessidade de promover a qualidade de vida das populações, o contacto com a Natureza, a redução da produção de resíduos, em especial da matéria orgânica, a promoção de hábitos saudáveis e as boas práticas agrícolas, foi criado o projecto Horta à Porta - Hortas Biológicas da Região do Porto, que se organiza na base do seguinte regulamento.

Artigo 1º Objecto

O presente Regulamento estabelece as regras de participação no Projecto Horta à Porta – Hortas Biológicas da Região do Porto e designado, doravante, por Hortas Biológicas.

Artigo 2º Objectivo

O Projecto Hortas Biológicas tem como objectivo articular a disponibilidade de várias entidades, de modo a viabilizar uma estratégia comum para a promoção da Compostagem Caseira, da criação de Hortas e da promoção da Agricultura Biológica na Região do Porto.

Artigo 3º Definições

No âmbito do projecto, entende-se por:

Horta Biológica – espaço cultivado, dividido em talhões, sem a utilização de produtos químicos de síntese, em meio de produção biológica e promovendo os ecossistemas naturais;

Utilizador – pessoa que após adequada formação, cultiva e mantém um talhão cultivável que lhe foi atribuído, seguindo os princípios da Agricultura Biológica, durante o prazo estabelecido;

Gestor – pessoa ou entidade responsável pelo espaço onde se encontra a horta, promovendo, nomeadamente, a selecção dos utilizadores e gestão do espaço;

Formador – pessoa licenciada em Ambiente, Agricultura ou área relacionada, com experiência em formação.

Artigo 4º Participantes

Pode candidatar-se a *utilizador* qualquer cidadão que pretenda ter uma horta biológica.

Artigo 5º Selecção

O *gestor* do projecto de cada horta procederá à selecção dos candidatos à utilização dos talhões disponíveis, tendo em conta os critérios de selecção definidos no Acordo de Utilização.

Artigo 6º Direitos dos utilizadores

Os *utilizadores* terão direito a:

- a) Utilizar um talhão, de terreno cultivável, inserido num espaço vedado e com ponto de água de utilização comum disponível;
- b) aceder a um local colectivo de armazenamento de pequenas alfaias agrícolas;
- c) um compostor individual ou comunitário, o qual devem utilizar para fazer compostagem caseira e utilizar o produto final na horta;
- d) frequentar acção de formação em agricultura biológica.

Artigo 7º Deveres dos utilizadores

1 - Os *utilizadores* têm o dever e responsabilidade de:

- a) frequentar acção de formação obrigatória em agricultura biológica, com um mínimo de 12 horas e reciclagens anuais com um mínimo de 1,5 horas;
- b) utilizar e zelar pela boa conservação e manutenção do talhão e do compostor individual ou comunitário, mantendo o processo de compostagem activo, estando sujeitos a avaliações periódicas por parte do gestor;
- c) utilizar apenas meios e técnicas de cultivo biológico;
- d) promover a diversidade de cultivos (hortícolas e plantas aromáticas e medicinais);
- e) criar uma bordadura/sebe à volta do talhão com plantas aromáticas e medicinais;
- f) certificar-se que as suas culturas não invadem os caminhos nem os talhões vizinhos;
- g) limpar as zonas comuns envolventes aos talhões (passeios);
- h) fechar sempre os abrigos de ferramentas e manter o espaço limpo;
- i) cumprir os horários de utilização estabelecidos em cada local;
- j) divulgar e disseminar as práticas da compostagem caseira, agricultura biológica e do consumo sustentável;
- k) garantir o asseio, segurança e bom uso do espaço da horta, cumprindo as regras de limpeza e imagem do local;

l) avisar os responsáveis pelo Projecto de qualquer irregularidade que contrarie os direitos e deveres dos utilizadores;

m) liquidar, se for caso disso, os encargos inerentes à utilização dos espaço.

2 - Os *utilizadores* não devem:

a) plantar couves galegas à volta do talhão ou outros produtos que não os identificados na alínea e) do ponto 1 do presente normativo;

b) plantar árvores de fruto;

c) deixar a água ligada;

d) efetuar qualquer tipo de construções nos talhões nem no espaço envolvente;

e) fazer queimadas;

f) levar animais domésticos para o local;

g) deixar lixo no local;

h) entrar com viaturas no espaço da horta;

i) exercer qualquer actividade lúdica ou desportiva que possa causar perturbação ou danos no local, nomeadamente jogar à bola ou andar de bicicleta.

Artigo 8º Custos

Os cursos de formação e a utilização das hortas poderão ter associado (para formandos e utilizadores) um custo que deverá ser aplicado a cada caso concreto tendo em conta o definido no Acordo de Utilização.

Artigo 9º Aceitação

A participação dos *utilizadores* do projecto Horta à Porta implica a aceitação das normas do presente Regulamento e a assinatura de um Acordo de Utilização, bem como a renúncia a qualquer tipo de indemnização por quaisquer benfeitorias eventualmente introduzidas no talhão concedido.

Artigo 10º Lacunas

As alterações ao presente Regulamento serão de competência do Conselho de Administração da LIPOR, órgão a quem caberá, igualmente, suprir, caso a caso, as eventuais lacunas e/ou omissões do documento.

Anexo B.2 – REGULAMENTO PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ÁREAS DE AGRICULTURA URBANA – CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA.

Este programa baseia-se no regulamento já submetido a discussão e aprovação pública e no trabalho desenvolvido pelo Grupo de Agricultura Urbana. São propostas normas gerais de instalação e funcionamento de áreas de Agricultura Urbana.

Art. 1º Âmbito

1. Agricultura Urbana é a actividade destinada ao cultivo de hortaliças, plantas de fruto, ornamentais e/ou medicinais.

2. As Tipologias de cultivo da agricultura Urbana em questão são:

2.1 Hortas Sociais ou comunitárias, cuja finalidade é satisfazer as necessidades de pessoas ou famílias mais desfavorecidas ou contribuir para o respectivo rendimento pela venda da sua produção;

2.2

a) Hortas de Recreio, de uso individual ou colectivo, cuja finalidade é proporcionarmos à população em geral uma melhoria da qualidade de vida, pelo contacto com a natureza e com actividades de lazer;

b) Hortas Pedagógicas, cuja finalidade é apoiar para iniciativas de educação ambiental desenvolvidas nas escolas e outras associações.

2.3 Zonas de ocupação temporária em áreas expectantes, designadas Hortas Dispersas.

Art. 2º Objectivos

1. Objectivos gerais

a) Contribuir para a maior sustentabilidade ambiental da cidade a vários níveis, nomeadamente: Mantendo ecossistemas ainda existentes; contribuir para uma melhoria do microclima pela melhoria da qualidade do ar através do aumento da produção de oxigénio; melhoria da qualidade dos solos por práticas de correcção orgânica e mobilizações culturais adequadas; correcto aproveitamento das águas do solo e melhoria dos sistemas hídricos pelo aumento da permeabilidade dos solos.

b) Contribuir para um acréscimo da saúde pública pela sensibilização e possibilidade de acesso de toda a população ao consumo de produtos frescos.

c) Factor de valorização paisagística pela organização espacial de áreas na sua maioria degradadas, que não teriam quaisquer ocupações.

d) Factor de valorização cultural, pela sensibilização geral da população aos sistemas de produção artesanais, aproximando as populações citadinas ao espaço rural e proporcionar diferentes actividades recreativas a toda a população urbana.

e) Sensibilização de todas as populações de diferentes estratos á importância dos alimentos frescos e da vantagem nutricional e económica da agricultura biológica.

f) Contribuir para o abastecimento em produtos frescos dos centros urbanos.

2. Objectivos específicos de cada tipologia de Horta:

2.1. Hortas do ponto 2.1 do Artº1 – Hortas Sociais ou comunitárias.

a) Funcionar como terapia ocupacional, pelo cultivo da terra em populações socialmente desfavorecidas e /ou por faixas etárias não activas profissionalmente.

b) Contribuir para um acréscimo do bem-estar físico / económico / social pela possibilidade de consumo e/ou comercialização de produtos essenciais ao consumo, bem como a promoção de interacção social entre as comunidades. c) Disponibilização de meios de educação ambiental que promovam a importância dos alimentos frescos e da vantagem nutricional e económica da agricultura biológica, incluindo formação específica de práticas de cultura e tratamento de resíduos.

2.2 Hortas do ponto 2.2 do Artº1, alínea a) – Hortas de Recreio, de uso individual ou colectivo:

a) Contribuir para um acréscimo do bem estar físico / psicológico pelo contacto com as práticas agrícolas, em populações não activas profissionalmente quer pela faixa etária quer por quaisquer incapacidades físicas ou mentais, cujo cultivo da terra contribua para melhoria do bem estar físico / psicológico.

b) Contribuir para uma melhoria social pela promoção das relações entre os indivíduos das diferentes comunidades, lutando contra o isolamento e individualismo característicos das comunidades urbanas actuais.

2.3 Hortas do ponto 2.2 do Artº1, alínea b) – Hortas Pedagógicas:

a) Promover a educação ambiental por acções de informação e sensibilização das práticas de agricultura biológica e tratamento sustentável de resíduos.

b) Articulação com as populações e várias entidades / instituições de interesse público da ligação do Homem à Terra, inerente ao mundo rural, bem como a educação da convicção e vontade de defesa do meio ambiente.

2.4 Hortas do ponto 2.3 do Artº1 – Hortas Dispersas:

a) Legitimar a ocupação para produção de terrenos expectantes, municipais, até a intervenção prevista para o espaço ser efectuada, mediante acordos de ocupação temporária.

b) Valorização ambiental / ecológica e paisagística dos terrenos.

c) Contribuição para um acréscimo do rendimento familiar das populações desfavorecidas, público-alvo desta tipologia de Hortas, tanto pela possibilidade de consumo de frescos como pela sua possível comercialização.

Art. 3º Áreas de Implementação

1. As Hortas a que se refere o ponto 2.1 e ponto 2.2, alínea a) e b) do Art. 1º, nomeadamente Hortas Sociais ou comunitárias, Hortas de Recreio, de uso individual ou colectivo e Espaços Verdes de Produção no PDM de Lisboa e/ou Parques Urbanos que integrem áreas de Hortas, ambos integrados na Estrutura Ecológica do PDM, e terrenos Municipais com aptidões naturais para a prática de agricultura.

2. As Hortas do ponto 2.3 do Art. 1, Hortas Dispersas, enquadram-se em terrenos expectantes públicos, estando condicionadas e legitimadas pelo acordo estabelecido com o município, cessando aquando do início de implementação dos usos pré definidos para os espaços em questão, com aviso prévio de pelo menos 3 meses ao agricultor. Não há dimensão definida para cada parcela.

Art. 4º Acesso e utilização

Este artigo refere-se exclusivamente às Hortas do ponto 2.1 e ponto 2.2, alínea a) e b) do Art. 1º, dado que a ocupação das Hortas Dispersas é espontânea, sendo a intervenção da CML, apenas ao nível da legitimação temporária, controlo das existências e se possível auxílio em termos de infra-estruturas.

1. Qualquer Cidadão (ou entidade no caso das Hortas pedagógicas) poderá candidatar-se a uma parcela de cultivo.

2. A candidatura será feita pelo preenchimento de um impresso disponibilizado pela CML, contendo os dados pessoais e os objectivos do Utilizador.

3. A CML ou a entidade gestora do espaço legitimada pela CML, procederá à selecção dos novos candidatos de acordo com a área de residência e os objectivos estabelecidos pelo futuro utilizador, mediante a tipologia social, pedagógica ou recreativa das diferentes Hortas.

4. Dentro dos critérios definidos no ponto anterior, a selecção será feita sempre por ordem cronológica de chegada das aplicações, salvo condições especiais que se provem ser fundamentais para a sobrevivência de agregados familiares no caso das Hortas Sociais.

5. Caso os terrenos estejam já ocupados por Hortas, os actuais agricultores terão sempre a preferência de cultivo, em detrimento de novas candidaturas.

6. Em caso de reparcelamento das áreas de cultivo, por questões de ordenamento ou de infraestruturização da área, se não houver área de cultivo para todos os agricultores existentes, ter-se-á que proceder à selecção, por ordem cronológica de ocupação efectiva, devendo-se dar espaços alternativos aos restantes logo que haja disponibilidade.

7. Após concluído o processo de candidatura e de atribuição, os seleccionados deverão celebrar um contrato de Utilização.

Art. 5º Duração, Renovação e Revogação dos Contratos

1. Os contratos de Utilização terão a duração de um ano e são renováveis por igual período de tempo.

2. O Contrato de Utilização implica o pagamento de uma renda regida pelo Regulamento da Taxas de Ocupação do Espaço Público – DPI, sendo que, no caso das Hortas Sociais será sempre utilizada a taxa mínima em vigor, podendo, ser dispensada o pagamento da referida renda caso se comprove que o rendimento familiar a não poderá suportar.

3. A CML pode rescindir o contrato de utilização caso seja provado o abandono do cultivo da parcela por um período mínimo de 60 dias, sem justificação, ou não sejam cumpridos os requisitos impostos no art. 7º.

4. A CML deverá notificar os utilizadores da revogação do contrato, com um período de 20 dias para apresentação de reclamação fundamentada por parte do utilizador.

5. Entende-se por factores válidos de justificação para a interrupção do cultivo, quaisquer que se relacionem com motivos de doença, devidamente comprovados, ou caso não sejam cumpridas as obrigações da CML perante os utilizadores, constantes no art. 6º que sejam motivo para a impossibilidade de cultivo.

6. O utilizador pode cessar o contrato de utilização, devendo informar a CML com a antecedência de 20 dias.

Artº 6 Direitos dos Utilizadores

1. Direitos relativos às Hortas do ponto 2.1 do Art. 1º - a) Hortas Sociais ou comunitárias:

a) Cultivar uma parcela de terreno com produtos hortícolas, com dimensões máximas de 150m².

b) Aceder a uma tomada de água instalada e suportada pela CML, ou pela entidade gestora do espaço legitimada pela CML, que poderá ser individual ou colectiva de acordo com o definido pela CML

c) Possibilidade de instalação de construções de apoio, que caso não sejam fornecidas pela CML, deverão ser estruturas de carácter efémero, de madeira, com dimensões nunca superiores a 6,0m² de área e 2,5m de altura, sendo exclusivamente para aprovisionamento de ferramentas e materiais de apoio ao cultivo.

d) Caso a CML julgue necessário poderá exigir que as construções de apoio definidas no ponto anterior sejam agrupadas e partilhadas entre diversos utilizadores, sendo fornecido uma área de 3,0m² no mínimo para cada um.

e) Ter acesso a informação e acompanhamento técnico, no sentido de promoção da agricultura biológica e praticas de cultivo mais adequadas.

f) Ter acesso e esclarecimentos relativamente á utilização de compostos, quando disponibilizado.

2. Direitos relativos às Hortas do ponto 2.2 do art. 1º - a) Hortas de Recreio, de uso individual ou colectivo às Hortas do ponto 2.2 do Art. 1º, alínea b) – Hortas Pedagógicas.

a) Cultivar uma parcela de terreno com produtos hortícolas, com dimensões máximas de 100m².

b) Aceder a uma tomada de água instalada pela CML, ou pela entidade gestora do espaço legitimada pela CML, sendo os custos suportados pelo utilizador, salvo seja estabelecido acordo de interesse público para serem suportados os custos com as entidades em questão.

c) Possibilidade de instalação de construções de apoio, fornecidas pela CML, deverão ser estruturas de carácter efémero, de madeira, com dimensões nunca superiores a 6,0m² de área e 2,5m de altura, sendo exclusivamente para aprovisionamento de ferramentas e materiais de apoio ao cultivo.

d) Caso a CML julgue necessário poderá exigir que as construções de apoio definidas no ponto anterior sejam agrupadas e partilhadas entre diversos utilizadores, sendo fornecido uma área de 3,0m² no mínimo para cada um, ou caso já existam estruturas que se possam adequar, deverão se realizar as alterações necessárias para a sua utilização.

e) Frequentar cursos de informação e ter acesso a acompanhamento técnico disponibilizado pela CML, ou pela entidade gestora do espaço legitimada pela CML, no sentido de promoção da agricultura biológica e praticas de cultivo mais adequadas, não sendo permitida a utilização de produtos químicos.

f) Ter acesso e esclarecimentos relativamente à utilização de compostos, quando disponibilizado, sendo exigida a sua utilização no encaminhamento dos resíduos produzidos.

3. Direitos relativos às Hortas do ponto 2.3 do art. 1º - a) Hortas Dispersas.

a) Cultivar uma parcela de terreno com produtos hortícolas.

b) Aceder a uma tomada de água colectiva, caso se verifique a possibilidade desta instalação

c) Possibilidade de instalação de construções de apoio, que caso não sejam fornecidas pela CML, deverão ser estruturas de carácter efémero, de madeira, com dimensões nunca superiores a 4,0m² de área e 2,0m de altura, sendo exclusivamente para aprovisionamento de ferramentas e materiais de apoio ao cultivo.

Art. 7º Deveres dos Utilizadores

1. Cultivar obrigatoriamente a Horta
2. Liquidar os encargos inerentes à utilização da Horta quando existentes
3. Garantir o asseio, segurança e bom uso das áreas Hortícolas.
4. Avisar a CML de qualquer irregularidade detectada no local.
5. Colocar os resíduos sólidos produzidos nos contentores à disposição para o efeito ou, no caso de não existirem (Hortas Dispersas), assegurarem à sua conta o seu encaminhamento a local adequado fora da área Hortícola.
6. Utilizarem meios adequados de cultivo e recorrer / promover boas práticas ambientais.
7. Respeitar o parcelamento definido pela CML quando existente.
8. Respeitar as directrizes definidas pelo Regulamento de Utilização, relativamente aos materiais a utilizarem na horta, tais como vedações, “espantalhos”, etc., definidos consoante cada tipologia de Horta e a área em que está inserida, estando obrigados a retirar quaisquer materiais que se considerem não serem adequados.
9. Utilizar sempre água adequada para a rega dos produtos hortícolas, sendo absolutamente proibida a rega com áreas contaminadas com quaisquer produtos que constituam perigo para a saúde pública.

Art. 8º Destino dos produtos cultivados

1. Os produtos cultivados nas Hortas do ponto 2.2 do art. 1º -alinea a) Hortas de Recreio, de uso individual ou colectivo e alinea b) Hortas Pedagógicas só poderão ser utilizados para consumo próprio, salvo iniciativas de fundo social a serem aprovadas pela CML, ou pela entidade gestora do espaço legitimada pela CML.
2. Os produtos cultivados nas Hortas do ponto 2.1 do art. 1º - Hortas Sociais ou Comunitárias poderão ser utilizados para consumo próprio ou integrados em sistemas individuais ou cooperativos de produção e escoamento de produtos frescos, desde que fiscalizados e aprovados pela CML e legitimados pela legislação em vigor relativamente à comercialização destes produtos.

Art. 9º Proibições

Em todas as áreas destinadas a Agricultura Urbana, os utilizadores não podem:

1. Efectuar quaisquer tipos de construções, sem aprovação da CML
2. Utilizar fertilização com produtos que não respeitem o disposto no art. 6º, ou que provoquem danos tanto a nível ambiental como da qualidade das colheitas em termos de saúde pública.

3. Cultivar plantas das quais se possam extrair substâncias psicotrópicas nos termos da lei em vigor.

4. Ser responsável pela circulação de quaisquer veículos motorizados ou não, sem autorização da CML.

5. Executar qualquer actividade que produza fogo ou que represente problemas de segurança pública.

6. Comercializar quaisquer produtos sem autorização prévia da CML.

7. Promover maus relacionamentos no grupo ou acções que impliquem danos nas parcelas ou nos restantes utilizadores das áreas agrícolas.